



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Rafaella Prata Rabello

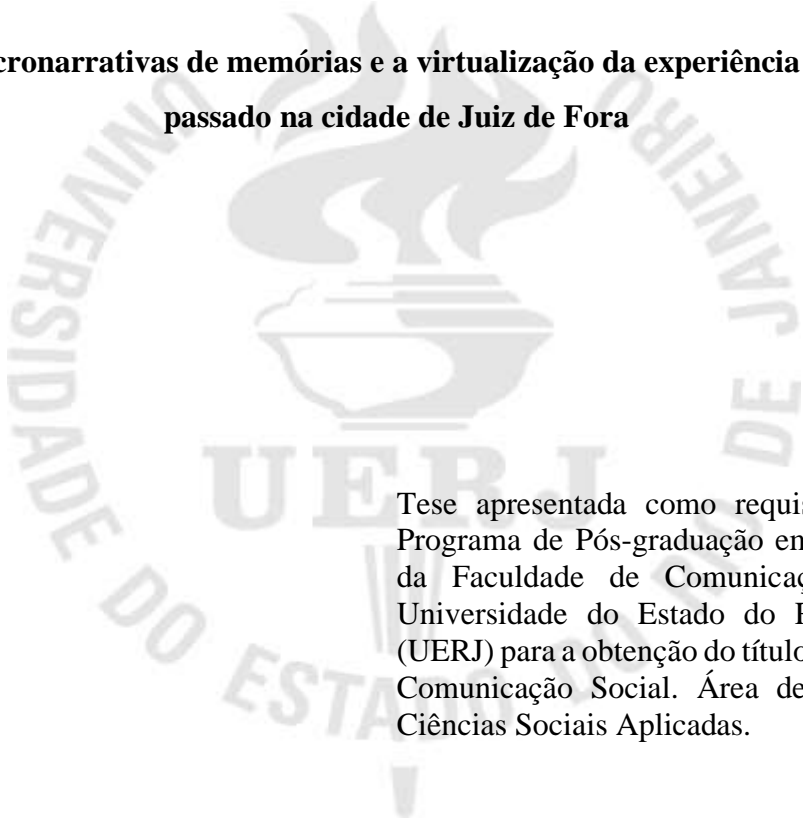
**Micronarrativas de memórias e a virtualização da experiência de
passado na cidade de Juiz de Fora**

Rio de Janeiro

2020

Rafaella Prata Rabello

**Micronarrativas de memórias e a virtualização da experiência de
passado na cidade de Juiz de Fora**



Tese apresentada como requisito parcial ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para a obtenção do título de Doutora em Comunicação Social. Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Leticia Cantarela Matheus

Co-orientadora: Rosali Maria Nunes Henriques

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R114 Rabello, Rafaella Prata.
Micronarrativas de memórias e a virtualização da experiência de passado na cidade de Juiz de Fora / Rafaella Prata Rabello. – 2020.
152 f.

Orientadora: Leticia Cantarela Matheus
Co-orientadora: Rosali Maria Nunes Henriques
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social.

1. Relações Internacionais – Teses. 2. República Democrática do Congo – Teses. 3. Conflitos – Teses. I. Matheus, Leticia Cantarela. II. Rosali Maria Nunes Henriques. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. IV. Título.

es CDU 316.77(815.12)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rafaella Prata Rabello

**Micronarrativas de memórias e a virtualização da experiência de
passado na cidade de Juiz de Fora**

Tese apresentada como requisito parcial ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para a obtenção do título de Doutora em Comunicação Social. Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Aprovada em 20 de maio de 2020.

Banca Examinadora.

Prof.^a. Leticia Cantarela Mateus (Orientadora)
Faculdade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof.^a. Rosali Maria Nunes Henriques (Co-Orientadora)
Universidade Nova de Lisboa – NOVA

Prof. Ricardo Ferreira Freitas
Faculdade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof. Daniel Rodrigo Meirinho De Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof.^a. Christina Ferraz Musse
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Prof.^a. Iluska Coutinho
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Rio de Janeiro

2020

Até pouco tempo atrás, a melhor coisa que eu fui capaz de pensar em favor da civilização, fora a aceitação irrestrita da ordem do universo, foi que ela tornou possível a existência do artista, do poeta, do filósofo e do cientista. Mas acho que isso não é o melhor. Hoje acredito que o melhor é aquilo que entra direto na nossa casa. Quando se diz que estamos muito ocupados com os meios de vida para conseguir viver, respondo que o principal valor da civilização é simplesmente que ela torna os meios de vida mais complexos; que ela exige grande combinação de esforços intelectuais, em vez de esforços simples e descoordenados, para que a população possa ser alimentada, vestida, abrigada e transportada de um lugar a outro. Esforços intelectuais mais complexos e mais intensos significam uma vida mais plena e mais rica. Significam mais vida. A vida é um fim em si mesma, e a única questão sobre o valor da vida é tirar dela o máximo proveito.

Só mais uma palavra. Estamos todos muito próximos do desespero. A proteção que nos faz flutuar sobre as ondas de desespero compõe-se de esperança, fé no valor inexplicável e no desfecho certo do esforço e profunda e subconsciente satisfação que advém do exercício de nosso potencial.

Oliver Wendell Holmes Jr. (Boston, 8 de março de 1841 – Washington, D.C., 6 de março de 1935) foi um jurista, advogado, professor universitário, juiz da Suprema Corte e filósofo americano. Pai do Realismo Jurídico e conhecido como o “grande dissidente” pela forma como teorizou e praticou o direito, influenciou o pensamento jurídico norte-americano do século XX.

Não é o crítico que importa; nem aquele que aponta onde foi que o homem tropeçou ou como o autor das façanhas poderia ter feito melhor. O crédito pertence ao homem que está por inteiro na arena da vida, cujo rosto está manchado de poeira, suor e sangue; que luta bravamente. Que erra, que decepciona, porque não há esforço sem erros e decepções; mas que, na verdade, se empenha em seus feitos; que conhece o entusiasmo, as grandes paixões; que se entrega a uma causa digna; que, na melhor das hipóteses, conhece no final o triunfo da grande conquista e que, na pior, se fracassar, ao menos fracassa ousando grandemente.

Trecho do discurso “Cidadania em uma República” (ou “O Homem na Arena”), proferido na Sorbonne por Theodore Roosevelt, em 23 de abril de 1910. A vontade de se preparar tem que ser maior do que a vontade de vencer. Vencer será consequência da boa preparação. Bob Knight – (Massillon, 25 de outubro de 1940) é um treinador de basquete americano aposentado. Apelidado de “o General”, Knight venceu 902 jogos masculinos de basquete universitário da Divisão I da NCAA, um recorde na época de sua aposentadoria e atualmente o terceiro de todos os tempos.

As imagens são tudo, menos borboletas afixadas numa placa de cortiça para a felicidade sábia, porém perversa e mortífera, do entomologista. Elas são ao mesmo tempo movimentos e tempos, irrefreáveis e imprevisíveis. Elas migram pelo espaço e sobrevivem na história, como

disse Aby Warburg. Elas se transformam e mudam de aspecto, voam por aqui e por ali, aparecem e desaparecem alternadamente. Elas vivem suas “vidas” por elas mesmas, e são essas mesmas “vidas” que nos interessam e nos “olham”, muito mais do que as cascas de pele morta que podem deixar à nossa disposição. A melhor maneira de olhar para as imagens seria de saber observá-las sem comprometer a sua liberdade de movimento; por isso, observá-las não seria guardá-las para si mesmo, mas ao contrário, deixá-las serem. Emancipá-las de nossas próprias fantasias de “visão integral”, “classificação universal” ou “conhecimento absoluto”. É procedendo assim - aceitando o risco de um princípio de incompletude perpétua quanto à nossa vontade de saber - que o sujeito da visão poderá emancipar-se, de acordo com a feliz expressão de Jacques Rancière [...] O que chama a atenção nesse quadro mal esboçado é que todos esses pensadores fizeram das imagens seus operadores privilegiados (ou os cristais) da dimensão histórica e política como tal. Eles colocam o tempo no coração da imagem e a imagem no coração do tempo. Como todos leram Freud, com atenção, eles compreenderam que uma imagem – seja mental, literária ou plástica –, além de representar alguém ou significar algo, manifesta um desejo. Mas um desejo, como todo desejo, é confuso na memória. Dessa forma, as imagens se manifestam: elas se levantam, elas às vezes também nos levantam¹. Elas evidenciam que a política é, antes de tudo, um campo de subjetivação e imaginação, de desejo e memória. Mesmo que façam na forma de um sintoma, como acontece com frequência, isso não impede que, no fundo, as imagens sejam políticas e por essa mesma razão que, voluntariamente ou não, elas tomem posição entre mil e uma coisas possíveis: uma reminiscência e um esquecimento, um desejo e uma recusa, um lugar público e um espaço privado, um raciocínio e uma fantasia, uma emoção solidária e um gesto solitário, um saber e um não saber [...] Muitas dessas imagens, no Ocidente pelo menos, tiveram “voltado os olhos” para esse momento crucial na iconografia política que foram os Desastres, os Disparates e os Caprichos, de Francisco Goya. Desde aquele momento, que foi ao mesmo tempo Iluminismo (da razão) e Claro-Obscuro (da imagem e da imaginação), os olhos da história tornaram-se mais frequentemente desvendados e politicamente decididos para que o tornar sensível ande de mãos dadas com o criticar. Para que o ver ande de mãos dadas com o denunciar a injustiça. Para que o desejo de emancipação se torne sensível ou imaginado. Olhos livres da história: livres de ver a história da maneira como ela nos forma; livres de gritar, e diante dela, criticar; livres de ver dentro desta mesma história as chances de imaginar ou prever nossa liberdade

DIDI-HUBERMAN, 2018, p.171

¹ N.T.: Soulever é aqui traduzido como levantar, para manter-se o mais próximo do sentido original de tomar uma posição política. O que se coloca na ideia de soulèvement, ou seja, levantes.

“Juiz de Fora! Juiz de Fora!
Guardo entre as minhas recordações
Mais amáveis, mais repousantes
Tuas manhãs!

Um fundo de chácara na Rua Direita
Coberto de trapuerabas.
Uma velha jabuticabeira cansada de doçura.
Tuas três horas da tarde...

Tuas noites de cineminha namoriscueiro...
Teu lindo parque senhorial mais segundo reinado
do que a própria Quinta da Boa Vista...
Teus bondes sem pressa dando voltas vadias...

Juiz de Fora! Juiz de Fora!
Tu tão de dentro deste Brasil!
Tão docemente provinciana...

Primeiro sorriso de Minas Gerais!”

Manuel Bandeira

DEDICATÓRIA

Ao Espírito Santo de Deus. À minha mãe Cristina pela resiliência e apoio incondicional, amor forte e sintonia inexplicável. Ao meu pai pela fé que nos alicerça. À Isabella, que me fez lembrar da guerreira que existe em mim. Ao tio Wilmar, meu grande mestre, amigo e conselheiro. Em cada momento da escrita desta tese o senhor guiava as minhas reflexões – aonde quer que esteja – além do meu coração e da memória. À minha maior e eterna saudade – ao meu avô Luiz Gonzaga Prata – segundo pai, melhor amigo, amor maior do mundo. À avó Therezinha, minha parceira do cotidiano, tão carinhosa. À vovó Hilda, que me ensinou o poder da palavra de Deus. Ao vovô Zé – porque foi um referencial de postura e caráter para mim.

Ao ex-aluno Caique Octávio Roque, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

À Leticia Matheus por me receber com tanta afetividade na UERJ. É uma honra ser a sua primeira (des)orientanda de doutorado. Intelectual impecável, mulher com uma força admirável, professora maravilhosa. Desde a minha primeira ida à UERJ até a minha defesa da dissertação e, posteriormente, em conversas sobre a tese, foi sempre generosa. No meu projeto de doutorado aceitou a ideia incipiente de mergulhar em micronarrativas.

À minha amada e preciosa Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Lugar em que se avista o Cristo Redentor e o Maracanã, o meu lugar no mundo – até nas frases das paredes eu me sinto representada. Quanto orgulho tenho de ser uerjiana! Sou privilegiada por chegar ao doutorado sendo discente desde a graduação em universidades públicas e gratuitas brasileiras.

Agradeço à minha mãe postíça, Rosali Henriques, pela qual tenho uma eterna gratidão pela generosidade e co-orientação. A nossa afinidade excede explicações materialistas: é muita energia reunida. Pesquisadora exímia, trabalhadora incansável, corajosa e ousada nos projetos pessoais e profissionais, altruísta, mente/memória brilhante, capacidade impressionante de adaptação e resolução de problemas, dedicação integral e profunda em tudo que faz. Toda a minha formação teórica em memória social eu devo aos seus ensinamentos. Eu conheci o Museu da Pessoa e a história oral graças a você. Nem preciso dizer o quanto sou fascinada, né?! Só para lembrar de São Paulo e do Museu da Língua Portuguesa: “Amor da minha vida daqui até a eternidade, nossos destinos foram traçados na maternidade”, Cazusa.

Sou muito grata por ter tido a professora e pesquisadora Marialva Barbosa na minha banca de qualificação. Esta, que sempre foi uma referência teórica para mim devido à sua potência acadêmica, simbolizou um feixe de luz a me guiar por outros caminhos acadêmicos. Devo a ela os percursos e escolhas teórico-metodológicas-empíricas que traçaram a versão final desta tese. Minha reverência ao seu papel educacional e intelectual no campo da Comunicação foi potencializada após a sua apreciação da minha pesquisa. Ao professor Ricardo Freitas, pela disponibilidade como docente, integrante da minha qualificação e defesa e por todas as colocações. Agradeço à professora Christina Ferraz Musse pela amizade de sempre e as trocas nas reuniões do grupo “Comunicação, Cidade e Memória”, nos momentos na FACOM. Ao Marcelo Lemos, que se tornou um amigo muito especial, generoso e fiel. Aos mestres dos cursos de Jornalismo no CES/JF e de Letras na UFJF e aos incríveis professores(as) do PPGCOM/UERJ, em especial: Cintia Sanmartin Fernandes, Robson Braga, Patricia Rebello, Sonia Virgínia Moreira, Márcio Souza Gonçalves, Denise da Costa Oliveira Siqueira, Erick Felinto. Ao professor Alexandre Faria, que me fez mergulhar nos escritos de João do Rio,

fazendo com que me apaixonasse ainda mais pelo Jornalismo e me ensinando a descobrir na literatura brasileira uma leitura crítica e potente. Este docente sempre foi uma inspiração para mim, principalmente como se encontrou comigo numa tarde para discutir o meu projeto de doutorado. Sempre sorrindo, escuta atenta, considerações precisas. Ao jornalista e amigo Wendell Guiducci de Oliveira, pelo encontro na escrita do projeto e diversas referências sobre micronarrativas.

À Fernanda Nalon Sanglard, que me fez levantar da cama para escrever o projeto de doutorado uma semana antes do término das inscrições. Pessoa tão competente e querida! À amiga maravilhosa Haydêe Arantes, que me ajudou a formatar o primeiro artigo acadêmico, esteve comigo no meu primeiro voo de avião e acadêmico (para o Intercom Recife – 2011). Ao querido Thiago Mendes de Oliveira, amigo uerjiano, que escreveu uma belíssima dissertação e que me ajudou muito na concepção do projeto de doutorado. À Sônia Barreto de Novaes (USP), com quem trocava figurinhas acadêmicas via *Facebook*. Aos amigos de todos os momentos: Jordane Trindade e Júlio Cabral. Ao “Jojô” pela revisão e formatação final deste trabalho e por ter sido um amigo fiel. À amiga Ana Carolina Polessa pela viagem maravilhosa a Lima e por todas as trocas da nossa amizade, acadêmicas e intelectuais. Ao reitor da Universidade de Lima, Walter Neira Bronttis, ao querido professor e amigo Martos Castañeda Nestor Jose, ao maravilhoso amigo Heitor Rocha, professor associado da UFPE e editor da Revista Jornalismo e Cidadania.

À querida psicóloga Carolina Infante, exemplo de competência e profissional humanizada. A Maria José e a Sarah Rocha, que também me abraçaram e trataram das minhas dores mais profundas. À tia Juscélia, que esteve na torcida, em muitas orações e auxílios. Ao tio Luiz Afonso pela ajuda em momento oportuno. À tia Edna pelo empréstimo do apartamento e pelas viagens ao longo destes últimos anos, que nos aproximaram bastante. Ao Frederico e ao Conrado, meus pequenos grandes amores. Ao João Pedro, ao Tio Haroldo e tia Rosane pela companhia em tantas histórias. À minha madrinha Rita de Cássia Godinho Guimarães, um exemplo de profissional. À tia Joana e ao tio Francisco pelas orações, conselhos e cuidados. À Fabiana e ao Jomar – o seu apoio para os estudos e no momento da minha doença jamais serão esquecidos. Ao João, que tanto nos alegra. Ao tio Loester pela torcida, orações, carinho, livros e materiais doados para esta pesquisa. À Flávia e Franciane, porque está no nosso sangue a luta e a resistência.

Ao Sr. Luiz Carlos Jardim, Gerente Administrativo da empresa Útil, que fez o papel do meu avô, cuidando de perto das minhas idas e vindas ao Rio de Janeiro, possibilitando a minha permanência no curso de doutorado. Ao funcionário Bruno Costa pela atenção

dispensada. Ao companheiro maravilhoso de estrada: Lucas Gamonal. Aos professores(as) da PUCRJ, em especial à Vera Lucia Follain de Figueiredo e Cláudia Pereira.

Aos amigos Iluska Coutinho e Jorge Felz, que foram parceiros em várias etapas com um enorme suporte. A todos os colegas do departamento de Técnicas Profissionais e Conteúdos Estratégicos (TCE) da Faculdade de Comunicação (FACOM) da UFJF, por serem generosos e compreensíveis com diversas etapas durante os meus dois preciosos anos como professora substituta. Conteí com a torcida e a cooperação de vocês no maior desafio que a vida me apresentou no ano de 2019. Jamais me esquecerei das mensagens de vocês! Aos colegas Allan Gouvêa e Nara Mourão por terem dividido lindos momentos comigo nas salas e laboratórios da FACOM. À Aline Maia, doce e gentil. À minha companheira de sexta na FACOM e de batalhas pela “(r)existência”, Júlia Pessoa. À direção da Faculdade que me deu total autonomia e sustento, ao corpo docente – solidários nos meus projetos, a todos os funcionários da secretaria e terceirizados.

Aos alunos(as) dos cursos de Publicidade e Propaganda e Administração da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) campus Barbacena. Aos queridos alunos(as) da FACOM/UFJF: vocês talvez nunca entendam o quão eu sou grata e descubro mais sobre o significado da vida com vocês diariamente. Nós, professores, precisamos nos sentar em cadeiras na mesma altura dos alunos. Autoridade não se cria por intimidação. Ao vê-los nesta perspectiva, vocês se tornaram meus amigos para sempre. São pássaros e borboletas, quero contemplar lindas e grandiosas trajetórias de sucesso na vida de cada um. Eu permanentemente me via como uma árvore, que foi criando raízes, arborizando, dando frutos, e agora oferecendo uma copa a quem passa por mim. Inclusive vocês. Voltem a todo tempo para os meus galhos, folhas e sombra.

Aos professores do PPGCOM/UERJ com os quais tive disciplinas, pelo conhecimento compartilhado. Aos colegas das turmas pela companhia nas aulas e nos momentos de descontração. Por tudo que aprendi nas salas e corredores da UERJ e sigo absorvendo nos grupos do WhatsApp: “Em busca do objeto per.” e “PPGCOM UERJ 2016”. Às (des)orientandas Raquel Dornelas e Érica Fortuna. Ao grupo “Mulheres que tesem”, pela força na reta final – e mais importante para a conclusão dessa empreitada. Às secretárias Eliana Siciliano e Amanda Neves do PPGCOM/UERJ.

Aos bolsistas Samuel Fontainha, Renan Anderson Frossard Valente e Mariana de Oliveira Ramalho, à aluna Emanuelle Esteves, assim como a professora Teresa Medeiros e aos técnicos Anderson e Monique da FACOM. À Estela Saléh da Cunha, coordenadora do Polo Interdisciplinar Sobre o Processo de Envelhecimento da UFJF e à sua secretaria Fátima. A

todos(as) os(as) entrevistados(as) pela boa vontade em contar as suas memórias sobre Juiz de Fora.

À Rosália Maria Nunes Henriques Huaira pela compilação e análise estatística dos dados coletados nos questionários e por ter cedido a sua bela casa (paraíso particular) para eu me hospedar durante a escrita da tese. À Karina Medici Barrella pela exímia transcrição das entrevistas com os idosos. À Heliane Casarin, da Divisão da Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, pelas contribuições na investigação dos dados históricos sobre Juiz de Fora. À Júlia Pessôa (pela entrevista) e por recuperar os dados quantitativos da *fanpage* do jornal Tribuna de Minas, ajudas preciosas.

RESUMO

RABELLO, R. P. *Micronarrativas de memórias e a virtualização da experiência de passado na cidade de Juiz de Fora*. 2020. 152 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

As cidades são um emaranhado de espaços urbanos, organismo vivo e em constante mutação. Os ritos nesses locais surgem, se modificam ou são destruídos ao longo do tempo. Mas, o que resta desses vestígios em nossa memória? Há uma apropriação ativa e temporal dos lugares e daí decorrem as narrativas sobre eles. E essa memória, tal como as ruínas do passado, está repleta de elementos intangíveis e diz a respeito a uma cidade mais imaginada do que vivida. O aporte teórico alçado nesta tese refere-se: a memória social, ao desenvolvimento do conceito de micronarrativas, a discussões sobre cidade, a dinâmica do Facebook e a existência de álbuns de fotografias digitais. O empenho será no entendimento da cidade de Juiz de Fora, MG, Brasil, e propõe-se a utilizar da compreensão de “imaginação histórica” por Hayden White (1970) a partir de quatro caminhos: no primeiro caminho analisa-se os comentários sobre as fotos na *fanpage* “Maria do Resguardo” (MR), dedicada a fotografias antigas de Juiz de Fora e considerada nesta pesquisa como uma plataforma de memória na rede social *Facebook*. O segundo caminho aponta para uma época sem as novas tecnologias da informação: foram selecionados trechos em obras de memorialistas do final do século XIX até a década de 40 do século XX, a partir das micronarrativas de José Rangel, Pedro Nava, Murilo Mendes e Rachel Jardim. O terceiro caminho afigura-se em entrevistas temáticas a idosos moradores da cidade, que transfiguram as lembranças do município. O último caminho retoma o primeiro, pois busca-se nas redes sociais as micronarrativas presentes nos comentários da página do jornal “Tribuna de Minas” no *Facebook*. A partir da análise dos comentários do público na campanha chamada “Memórias Afetivas”, realizada pelo jornal em maio de 2019 por ocasião do aniversário da cidade, comunica-se as ruínas e o transbordamento de memória nas mídias. Trabalhada pela lembrança dos fãs, a memória que resiste nesses mecanismos constitui uma temporalidade qualificada. As páginas sistematizam assim a passagem do tempo que elas tentam subverter, ao (re)apresentar as pistas de uma sobrevivência que exige (ou necessita) ser nomeada. Os sujeitos rememoradores (fãs que comentam nas publicações) são espécies de artesãos do momento histórico, que costuram outras camadas de memórias da cidade nas suas micronarrativas e dão visibilidade às temporalidades de Juiz de Fora. Revelam percepções temporais particulares numa perspectiva memorialista com um tratamento dado às questões relativas à história da cidade como efeméride. Os textos se aproximam de narrativas testemunhais em trocas afetivas nos blocos de sentimentos saudosistas e nostálgicos.

Palavras-chave: Memória. Cidades. Micronarrativas. Redes Sociais. Fotografias.

ABSTRACT

RABELLO, R. P. *Micronarratives of memories and the virtualization of past experience in the city of Juiz de Fora*. 2020. 152 f. Tese (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The cities are not just a tangle of urban spaces. They are a living and constantly changing organism. Urban spaces and rites arise, change or are destroyed over time. But what remains of these traces in our memory? Cities, but mainly urban spaces and rites, inhabit our memories, as we all appropriate the dynamics of spaces and our narratives about them follow. And this memory, like the vestiges of the past, is full of intangible elements and concerns a city more imagined than lived. Furthermore, this appropriation of urban space is temporal and is constantly changing. To understand the dynamics of this appropriation, we analyzed narratives about urban spaces in the city of Juiz de Fora. We propose to look at this Juiz de Fora imagined from four paths: in the first path we analyze the comments on the photos on the fanpage “Maria do Resguardo” (MR), dedicated to old photographs of Juiz de Fora. It is a digital album with images and texts about the city on the social network *Facebook*, making use of memory and time, in what we are calling a memory platform. The second way we point to a time without new information technologies and social networks. We analyzed the narratives of memory about Juiz de Fora from excerpts in works by memorialists who focused on the urban spaces and rites of the city. From the micronarratives present in the works of José Rangel, Pedro Nava, Murilo Mendes and Rachel Jardim, we unveiled Juiz de Fora from the end of the 19th century and until the 40's of the 20th century, with memories of a city that no longer exists. In the third way, we chose to analyze the narratives in a later period, based on thematic interviews with elderly residents of the city. The memories about the spaces and the appropriation of these spaces by these elderly people present us with an imagined city, whose dynamics changes all the time. The last path returns to the first, as we search the social networks for the micronarratives present in the comments of the “Tribuna de Minas” page on *Facebook*. From the analysis of public comments in the campaign called “Memories Affective”, carried out by the newspaper in May 2019 on the occasion of the city's anniversary, we understand the ruins and the overflow of memory in the media. These traces, remains and ruins of the city virtually resist, through the MR fanpage and the “Tribuna de Minas” booklet. Worked by the fans' memory, the memory that appears in these mechanisms constitutes a qualified temporality. The pages thus systematize the passage of time that they try to subvert, by (re) presenting the vestiges of a survival that demands (or needs) to be named. The remembering subjects (fans who comment on the publications) are species of artisans of the historical moment, who sew other layers of memories of the city in their micronarratives and give visibility to the temporalities of Juiz de Fora. They reveal particular temporal perceptions in a memorialist perspective with a treatment given to issues related to the city's history as an ephemera. The texts come close to testimonial narratives in affective exchanges in the nostalgic and nostalgic feeling blocks.

Keywords: Narratives. Memory. Cities. Micronarratives. Juiz de Fora.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Fanpage</i> “MR”	42
Figura 2 – Colégio Stella Matutina.....	44
Figura 3 – Desfile militar na Av. Rio Branco.....	46
Figura 4 – Antigo Clube Juiz de Fora.....	46
Figura 5 – Hospital Militar	48
Figura 6 – Hospital Militar	49
Figura 7 – Garganta do Dilermando	50
Figura 8– Fotos antigas e atuais do Bairro Manoel Honório.....	51
Figura 9 – Parque Halfeld.....	51
Figura 10 – Trevo do Bom Pastor	53
Figura 11 – Avenida Rio Branco em 1908, na altura do Parque Halfeld	62
Figura 12 – Rua Halfeld, em foto tirada do Parque Halfeld, 1932.....	66
Figura 13 – Parque Halfeld e antigo prédio da Prefeitura, atual Funalfa.	69
Figura 14 – Villa Ferreira Lage – 1861 – foto de H. R. Klumb.	70
Figura 15 – Largo do Riachuelo – Enchente de 1906.	73
Figura 16 – Colégio e Capela Stella Matutina.....	74
Figura 17– Crianças e professora no Largo Riachuelo.....	75
Figura 18 – Igreja de São Sebastião (1940).....	76
Figura 19 – Bonde na Av. Rio Branco, em frente ao Parque Halfeld (1940).....	91
Figura 20 – Bonde infantil da linha 9	93
Figura 21 – Aspectos do interior do Cine-Theatro Central (1940).....	96
Figura 22 – Interior do Cine Excelsior	99
Figura 23 – Fachada do prédio do Museu Mariano Procópio (1940).....	100
Figura 24 – Lago do parque do Museu Mariano Procópio, década de 1970.....	102
Figura 25 – Família de Paolla Genevain	107
Figura 26 – Post sobre o chalé da Av. Rio Branco.....	113
Figura 27 – Exemplos de comentários Chalé na Av. Rio Branco	115
Figura 28 – <i>Post</i> sobre o Colégio Magister	116
Figura 29 – Exemplos de comentários Colégio Magister.....	117
Figura 30 – <i>Post</i> sobre o Museu Mariano Procópio	118
Figura 31 – Exemplos de comentários Museu Mariano Procópio.....	119
Figura 32 – Post sobre as Casas Regentes e comércio no centro	120

Figura 33 – Exemplos de comentários Casas Regente e comércio	121
Figura 34 – Mais exemplos de comentários Casas Regente e comércio	121
Figura 35 – Post sobre os cinemas de Juiz de Fora	123
Figura 36 – Exemplos de comentários Cine Veneza	124
Figura 37 – Mais exemplos de comentários Cine Veneza.....	124
Figura 38 – <i>Post</i> sobre o Café Apollo e lanchonetes.....	125
Figura 39 – Exemplos de comentários Café Apollo e lanchonetes	126
Figura 40 – Mais exemplos de comentários Café Apollo e lanchonetes.....	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1–	Faixa etária e sexo do público da <i>fanpage</i> “MR”	41
Gráfico 2 –	Número de idosos, por sexo	87
Gráfico 3 –	Local de nascimento.....	87
Gráfico 4 –	Faixa etária dos idosos	88
Gráfico 5 –	Principais bairros citados	88
Gráfico 6 –	Nível de escolaridade	89
Gráfico 7 –	Posts mais comentados	111
Gráfico 8–	Posts mais compartilhados	112
Gráfico 9 –	Comentários sobre o chalé Av. Rio Branco	114
Gráfico 10 –	Comentários sobre o Colégio Magister.....	116
Gráfico 11 –	Comentários sobre o Museu Mariano Procópio.....	118
Gráfico 12 –	Comentários Casas Regente e comércio	120
Gráfico 13 –	Comentários Cine Veneza.....	122
Gráfico 14 –	Comentários sobre Café Apollo e lanchonetes	125

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	A VIRTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA NA FANPAGE “MARIA DO RESGUARDO”	31
1.1	Mídias digitais e o arquivamento da memória	31
1.2	O Facebook e a memória: análise da fanpage “Maria do Resguardo”	39
1.2.1	<u>Colégio Stella Matutina</u>	44
1.2.2	<u>Desfiles na Avenida Rio Branco</u>	45
1.2.3	<u>Clube Juiz de Fora</u>	46
1.2.4	<u>Hospital Militar</u>	48
1.2.5	<u>Garganta do Dilermando</u>	50
1.2.6	<u>Bairro Manoel Honório</u>	51
1.2.7	<u>Parque Halfeld</u>	51
1.2.8	<u>Trevo do Bom Pastor</u>	53
2	NARRATIVAS SOBRE A CIDADE DE JUIZ DE FORA	55
2.1	Sobre o conceito de narrativas e micronarrativas	55
2.2	A cidade de Juiz de Fora nas lembranças de seus memorialistas	59
2.2.1	<u>Avenida Rio Branco</u>	61
2.2.2	<u>Rua Halfeld</u>	65
2.2.3	<u>Parque Halfeld</u>	66
2.2.4	<u>Museu Mariano Procópio</u>	69
2.2.5	<u>Rio Paraibuna</u>	71
2.2.6	<u>Colégio Stella Matutina</u>	73
2.2.7	<u>Largo do Riachuelo</u>	75
2.2.8	<u>Igreja de São Sebastião</u>	76
3	OS PERCURSOS DA MEMÓRIA NOS ESPAÇOS: A CIDADE IMAGINADA	78
3.1	As cidades e suas imaginações	78
3.2	Juiz de fora imaginada: lembranças de idosos	86
3.2.1	<u>Bondes</u>	90
3.2.2	<u>Cinemas de Juiz de Fora</u>	94
3.2.3	<u>Museu Mariano Procópio</u>	100

4	RUÍNAS E TRANSBORDAMENTO DE MEMÓRIA NAS MÍDIAS DIGITAIS	104
4.1	Memória, imagem e imaginação	104
4.2	Memórias afetivas nas páginas do jornal “Tribuna de Minas”	107
4.2.1	<u>Chalé da Avenida Rio Branco</u>	113
4.2.2	<u>Colégio Magister</u>	115
4.2.3	<u>Museu Mariano Procópio</u>	117
4.2.4	<u>Casas Regente e comércio do centro</u>	119
4.2.5	<u>Cine Veneza</u>	122
4.2.6	<u>Café Apollo e lanchonetes</u>	125
	CONCLUSÃO	128
	REFERÊNCIAS	131
	APÊNDICE - Entrevistas	139
	ANEXO A – Tabela da Arte da Pesquisa	140
	ANEXO B – Questionário – Memória dos idosos	144
	ANEXO C – Roteiro temático de entrevistas	146
	ANEXO D – Imagens de Juiz de Fora em 2 tempos	147
	ANEXO E – Imagens de Memória Afetiva	149

INTRODUÇÃO

“A memória é uma ilha de edição”, já dizia Waly Salomão². Essa frase proporciona entrever as perspectivas da memória nos processos de lembranças e esquecimentos, pois a memória é seletiva, não é possível guardar tudo ou pelo menos não é possível lembrar-se de tudo. Mas o que resta dos vestígios do passado guardado na memória? Como os espaços urbanos das cidades se configuram e reconfiguram as lembranças? Que mecanismos ou ferramentas podem ser usados para reavivar a memória? Como a internet pode alavancar os processos de rememoração? São muitas questões que instigaram a continuar os estudos sobre a memória, a cidade de Juiz de Fora³ e as redes sociais, iniciados no mestrado em Comunicação na UFJF e que tiveram prosseguimento no doutorado em Comunicação na UERJ. Essa pesquisa surgiu a partir de desdobramentos da dissertação defendida em fevereiro de 2015, quando os imaginários sobre a cidade de Juiz de Fora despertaram esta autora para outras perspectivas de estudo sobre as narrativas que evocam as lembranças do passado a partir das imagens fotográficas da *fanpage* “Maria do Resguardo”⁴.

A pesquisa de mestrado foi orientada em uma linha teórica sobre os eixos de discussão que o assunto suscita: os lugares de memória; o espaço urbano e sua configuração e o *Facebook* como espaço de trocas e acionamento da memória. Naquela ocasião, pode-se observar que os seguidores da *fanpage* se ressentiam de não haver “lugares de memória”, na opinião deles, com os quais se identificavam ou que pudessem ter sensação de pertencimento local. Isso pode ser percebido através de comentários que faziam referência aos locais que eram frequentados em diferentes etapas da vida. Além de terem a oportunidade discutir projetos de cidade, oferecendo

² Poeta e letrista de canções, nascido em Jequié, BA, em 1943 e falecido no Rio de Janeiro em 2003.

³ Juiz de Fora é um município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais. A cidade localiza-se a sudeste da capital do estado (Belo Horizonte), distando de 283 km. Sua população é 563.769 moradores no ano de 2017, segundo contagem feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo então a quarta mais populosa de Minas Gerais e a 37ª do Brasil. A ocupação da cidade de Juiz de Fora remonta à criação do Caminho Novo, aberto por Garcia Rodrigues em 1707 e que ligava a cidade do Rio de Janeiro à região aurífera. Foi a partir da picada aberta por Garcia Rodrigues que se deu o povoamento de Juiz de Fora, primeiramente na região do Morro da Boiada (atual bairro Santo Antônio) e depois se expandindo em torno da variante aberta chamada Estrada do Paraibuna, que se transformou na principal rua de Juiz de Fora. Elevada à vila em 1850 com o nome de Santo Antônio do Paraibuna, desmembrando-se de Barbacena, Juiz de Fora foi elevada à condição de cidade em 1856 com o nome de Paraibuna (OLIVEIRA, 1966). Em 1865 passa a se chamar Juiz de Fora, em referência à fazenda do Juiz de Fora, uma das mais antigas da região, e onde ficara hospedado o juiz de fora, magistrado da coroa portuguesa. É uma cidade que teve grande desenvolvimento nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, tendo como base da economia a produção cafeeira. Com a decadência do café no Vale do Paraíba, Juiz de Fora vai sofrer decadência econômica, que irá se acentuar a partir da década de 50 do século XX (GIROLETTI, 1980).

⁴ RABELLO, Rafaella Prata. *A Juiz de Fora que habita na memória: uma cartografia sentimental da cidade na fanpage “Maria do Resguardo”*. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

críticas às transformações urbanas, como demolições e especulação imobiliária, os usuários encontraram na *fanpage* um substituto virtual para esses “lugares de memória” que lhes garantiriam um ambiente de pertencimento.

Partindo das indagações do mestrado e mergulhando mais profundamente na pesquisa de doutorado, são apresentados dois eixos de desenvolvimento da tese. O primeiro diz respeito à forma como se produzem, gerem e se relacionam memórias coletivas no ambiente digital, especificamente na rede social *online Facebook*. Em segundo lugar, desenvolveu-se uma reflexão sobre uma dimensão que não estava muito clara na época do mestrado, que é a relação intrínseca entre memória e espaço. Com exceção de Henri Bergson (1999), que construiu a mais conhecida filosofia sobre esta relação, mas que nem tratava de espaço urbano nem adotava perspectiva sociológica sobre a memória, geralmente, as pesquisas sobre memória aparecerem dentro de um tripé conceitual cujas demais pontas são identidade e narrativa. De certa forma, foi nessa perspectiva que se desenvolveu a pesquisa de mestrado: a relação entre memória, pertencimento e, de modo pouco aprofundado, a narrativa. Desta vez, além de se aprofundar na análise narrativa, a autora “finca o pé” na cidade. Nesta tese, portanto, procurou-se entender qual a relação entre as memórias sobre Juiz de Fora a partir de um processo de espacialização que se dá dentro da rede social *online* (embora não exclusivamente fechada): memória e espacialidades (virtuais, imagens, narrativas de imagens que constroem novas espacialidades), mas também os processos de espacialização de memórias que se dão em outros territórios narrativos, tais como em relatos de moradores da cidade e de antigos memorialistas, compondo um quadro amplo de memória. Sabe-se que as construções das narrativas sobre as cidades são sempre vinculadas ao processo de rememoração e a partir de vivências pessoais.

No entanto, muito dessas lembranças que emergem nas narrativas de memória sobre as cidades estão repletas do que Walter Benjamin afirma serem memórias involuntárias. Segundo Benjamin (1994), a memória involuntária não parte de uma lembrança proposital conduzida pela razão com o desejo de constituir uma história nos mínimos detalhes, e sim pela memória revestida das esperanças não concretizadas, que pode ser identificada, decodificada, através de uma leitura. Para Benjamin, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação...” (1994, p. 232). As cidades são, dessa forma, relembradas e reconstruídas pelas memórias involuntárias das pessoas a cada tempo e no seu próprio tempo.

Na dialogia entre ciberespaço e a memória, de acordo com Ferrara (2008): “a memória já não pertence ao tempo, mas ao espaço que se constrói em mediação colaborativa em todos os cantos do planeta” (p. 136). Para a autora, esta “memória centrífuga” reinventa o território

do lugar que, deslocado fisicamente, se situa informacionalmente e exige uma solidariedade que, em interação, reagrega, reagrupa, reterritorializa; porém, agora, em um espaço não movediço porque inconstante, mas fluido porque irreduzível à sua manutenção no tempo da lembrança. “Essa memória-presente de natureza produtiva porque se apoia na troca de informações e conhecimentos, supera a característica centrípeta da lembrança, para fazer da própria comunicação a natureza organizativa do espaço” (FERRARA, 2008, p. 136). Assim, compreendem-se as trocas midiáticas através de instrumentos como celulares e *tablets*, que desaparecem com as distâncias, diferenças e constroem outra geografia.

Foram tomados os álbuns fotográficos como arquivos a partir dos quais é possível cartografar além dos mapas e traços da cidade, percorrer as experiências, as marcas subjetivas que compõem a vida em uma cidade. Desse modo, o modo cartográfico do qual a pesquisa se aproxima é menos do mapa e mais do croqui. De acordo com Armando Silva (2001), pode-se desenhar um mapa, um território, a partir das imagens fotográficas. O álbum é uma forma de ver as organizações familiares, as composições étnicas, as apropriações e trajetos pela cidade a partir das imagens construídas e registradas e das experiências relatadas. Como “escalas do mundo”, (SONTAG, 2004) as fotos são testemunhos, interpretações, desvelam experiências. As fotos podem contar biografias de uma pessoa, mas também de um grupo social, de uma cidade. Conforme Ecléa Bosi e toma-se aqui esta sua percepção como referência metodológica: “Escutando depoimentos, nós percebemos que os bairros têm não só uma fisionomia como uma biografia” (BOSI, 1994, p. 204). As fotografias indicaram as pessoas, evocaram as narrativas, dando não apenas uma outra fisionomia da cidade, mas outra dimensão biográfica para ela, pois, “Nas histórias de vida podemos acompanhar as transformações do espaço urbano” (BOSI, 1994, p. 204).

O tempo, quando desliza no território urbano, deixa imagens que falam de uma outra época: cenário sempre restaurado ou reconstruído para que a cidade possa dizer do seu passado ou de uma eternidade sonhada pelo próprio homem. E a dialética do novo e da tradição dá um significado especial ao presente ao ser ressignificada diariamente nas narrativas e nas mídias digitais que encenam uma cidade imaginada. Mas como é a relação entre memória, internet (mídias digitais) e o espaço urbano? Como as mídias digitais emergem a memória na contemporaneidade? Ainda há muito o que entender sobre o papel da memória na construção dessas narrativas sobre os espaços.

As cidades seriam espaços fluidos e dinâmicos, sendo apropriadas pelas pessoas de formas diferentes. Essa apropriação dos espaços de uma cidade pelas pessoas não depende somente da interação delas com a urbe, mas também do seu lugar no mundo, no tempo e no

próprio espaço. O processo de rememoração é um dos caminhos para a construção e reconstrução dos espaços das urbes no imaginário das pessoas. E, as narrativas de memória sobre as cidades estão impregnadas de lembranças e esquecimentos. Para esta pesquisa, entende-se que, quando existe um vestígio (marca deixada por homens e mulheres no passado, como uma espécie de pedaço do acontecimento perdido e reencontrado em micronarrativas sobre a cidade) a imaginação vai sendo composta de imagens que incluem a presença, do passado, neste caso, por meio da virtualidade – entendida como a potência da vida. Aí como resultado, vai se ressignificando as memórias sobre a cidade que habita na imaginação dos cidadãos da cidade.

Sendo assim, foi desenvolvido um problema de pesquisa: como as mídias digitais, escritas reminiscentes e as histórias orais rememoram os espaços da cidade? E tem-se uma pergunta abrangente no que se refere às discussões na tese: de que modo a virtualização da memória na rede social *Facebook*, em livros de memorialistas, nas entrevistas de idosos, em encartes de um jornal de mídia impressa ajudam no processo de reconstrução do espaço da cidade que não mais existe ou que está completamente reconfigurado? Portanto, tem-se a hipótese de que, no caso específico deste estudo, pode-se afirmar que a memória e a imaginação são processos que projetam significados de Juiz de Fora ou inserem novos sentidos, de acordo com a contemporaneidade do tempo urbano e seu processo de transformação.

Existiriam várias realidades, modificadas no discurso, realidades que se interpretam ou se leem por meio de um modelo narrativo, uma escolha de interpretação e descrição dos espaços contemporâneos. Na cidade contemporânea, as imagens superam e fantasiam a realidade, por isso é imprescindível dispor de uma disciplina para olhar a passagem do tempo nas imagens que encenam o antigo. A cidade está sempre em mudança de significado e função, seu passado reinventado com as novas intervenções que falam de um outro tempo. Recordar seria, assim, conferir novos sentidos às paisagens do instante presente, onde estariam encravados tempos diferentes, às vezes distantes, outras vezes próximos.

O *corpus empírico* da pesquisa se constituiu em quatro tipos de narradores diferentes a partir das questões levantadas durante a pesquisa e quem apresentam uma Juiz de Fora idealizada pelos seus narradores. A escolha desses narradores específicos para contar essa história deve-se sobretudo para entendermos as narrativas sobre a cidade de Juiz de Fora em tempos históricos diferenciados. Os primeiros narradores são quatro memorialistas juiz-foranos: Murilo Mendes, Raquel Jardim, Pedro Nava e José Rangel. Com foco no final do século XIX até meados do século XX, esses narradores apresentam uma cidade completamente diferente, por exemplo, daquela dos idosos entrevistados para o projeto. O segundo grupo de

narradores são idosos que relembrou espaços afetivos guardados em suas memórias. Eles responderam um questionário (ANEXO B) e alguns deles foram entrevistados para o projeto através da técnica de história oral. Os outros grupos de narradores vieram através das redes sociais, mais precisamente, do *Facebook*. Desde a introdução de redes sociais *online* no Brasil, como foi o caso do Orkut em 2004, é possível verificar o fenômeno da apresentação de fotografias antigas de cidades, em formato digital, nas comunidades específicas criadas para tal. Mas o fenômeno passou a chamar mais a atenção a partir de 2008, com a introdução, no país, do *Facebook*, que possibilitou uma maior divulgação de fotos antigas a partir da possibilidade do compartilhamento através de páginas temáticas. Além disso, O *Facebook* possibilitou a criação de páginas dedicadas exclusivamente a determinados assuntos, unindo agilidade e possibilidade de comentários e compartilhamento pelos usuários. Essas páginas temáticas são chamadas de *fanpages*.

Ao acessarmos variadas páginas de fotografias antigas no ambiente virtual, encontramos pedaços de diversos quebra cabeças que poderiam compor cenários de outros tempos. Este será um dos materiais empíricos desta tese: as fotos republicadas sobre uma outra Juiz de Fora, de outro tempo, pulverizadas nas redes sociais. O que impressiona ao clicarmos na *fanpage* do *Facebook* intitulada “Maria do Resguardo”, dedicada à memória histórica de Juiz de Fora (MG) e ativa desde 2009, é que parece termos aberto um imenso baú, com milhares de imagens remanescentes. E para compor este universo mnemônico, ainda nos deparamos com mosaicos de escritas que integram uma das histórias possíveis sobre a cidade com fatos que certamente ficaram adormecidos e/ou silenciados nas grandes narrativas históricas.

Ao compreendermos que a função de memória da *fanpage* “Maria do Resguardo” (“MR”) se dá pela capacidade da criação ao seu redor de diferentes modos de subjetividades com implicações identitárias, estéticas, políticas, sociais, entendemos a necessidade de explorar a relação entre o espaço urbano e os processos de memória. Em contrapartida, alguns fãs não creem que a memória pessoal deva interferir para que as pessoas tenham apego aos locais e/ou monumentos. As demonstrações da admiração pela cidade do passado se sobressaem quando comparadas com os comentários que defendem o progresso através da modernização. Os informacionais aparecem de modo equilibrado pela necessidade de referências que os membros possuem para ativar as memórias. São lembradas datas, rotinas dos moradores de algum bairro citado, nomes de personagens, curiosidades.

Todas essas variáveis se encontram num conjunto de elementos guiados pelas recordações e apagamentos da memória individual ou coletiva das pessoas. No caso dos comentários em redes sociais, a escrita, na maioria das postagens, refere-se a um lampejo de

algum momento da vida ao reconhecer determinado local ou personagem registrado na fotografia publicada. A noção de brevidade das escritas pode ser reflexo de uma cultura que valoriza a instantaneidade e a rapidez. Os “mapas de significado” que podem ser engendrados na investigação de fragmentos de texto foram localizados nas expressões memorialísticas nas quais ocorre uma apropriação desses tempos de outrora, construindo, perpetuando, fixando e dando a ver uma imaginação sobre a cidade.

Ao usar o *Facebook* como uma ferramenta de rememoração, a *fanpage* “Maria do Resguardo” traz à tona memórias dos espaços da cidade de Juiz de Fora. O *Facebook*, com suas possibilidades e configurações, permite, dessa forma, que as recordações dos usuários da *fanpage* sobre o espaço urbano da cidade de Juiz de Fora sejam reelaboradas a partir de suas vivências pessoais e de suas lembranças. A tecnologia, mais do que aliada, é parte integrante do processo de rememoração, uma vez que sem ela essa rememoração não seria possível.

A partir de “Maria do Resguardo”, percebe-se a necessidade de armazenamento da memória em um suporte, como uma rede social, que paradoxalmente se caracteriza pela atualização permanente. Mesmo com a crescente capacidade de armazenamento de memórias cibernéticas, as pessoas continuam apegadas aos arquivos físicos, associando as lembranças a certos tipos de referências materiais. Paradoxalmente, “Maria do Resguardo” virtualiza antigas materialidades, ao mesmo tempo em que promove um culto desses objetos do passado.

Então encontramos o último grupo de narradores de objeto empírico da pesquisa: um encarte especial feito pelo jornal “Tribuna de Minas” em comemoração ao aniversário de Juiz de Fora, que foi construído a partir de micronarrativas deixadas na *fanpage* deste veículo de mídia – disparados por fotografias coletadas na *fanpage* “Maria do Resguardo”, que depois foram transformados num caderno impresso e digitalizado.

A composição destas memórias é alimentada pela convicção de que as imagens dispostas poderão ser repetidamente significadas. É possível perceber, nesta página, a presença de uma delicada relação entre a real amplitude de armazenamento e a lógica da exposição, com a supervalorização ao que é postado. Dada a própria velocidade que marca este cenário, evidencia-se uma dinâmica em que o antigo é continuamente encoberto pelas novas imagens depositadas. As postagens que têm grande alcance de usuários serão em seguida desprestigiadas em um círculo sucessivo de substituições. E neste imenso arquivo em que os fãs ressignificam lembranças, os cidadãos podem ter dificuldades de apreender estas memórias e/ou de permanecer num consumo exacerbado de imagens, pela dificuldade de retê-las.

Com relação à metodologia, os temas presentes nessa pesquisa, que são: comunicação, memória, cidade, imagens, narrativas e mídias digitais se mostram campos intrinsecamente

relacionados na história com questões relevantes a serem debatidas na atualidade. Cada um deles apresenta dinâmicas diferenciadas, mas que podem ser estudados em conjunto. Acredita-se que o ambiente virtual se apresente como uma alternativa bastante vantajosa na preservação e na divulgação das imagens, o que inclui a possibilidade de ampliar a comunicação através das redes interativas que fomentam a troca de ideias e opiniões. As memórias expressas em ambientes virtuais, com a pluralidade de fontes, representam a oportunidade de compreender os processos mnemônicos e de relação com a cidade graças à sua paradoxal condição de efemeridade. Aqui, portanto, a virtualidade se revela como efemeridade da memória. Este paradoxo apresenta-se especialmente rico. Pelo processo de digitalização da memória, constrói-se a ilusão de que ali todos os conhecimentos produzidos poderão sempre estar ali, por exemplo, nas redes sociais, disponíveis ao consumo imediato, pleno e ilimitado.

Barbosa e Ribeiro (2011) defendem que os estudos da comunicação carecem de uma consistente metodologia de pesquisa e análise históricas e acreditam que os estudiosos devem desenvolver a perspectiva da “imaginação sociológica (ou histórica)”, no sentido de Wright Mills (1995). As autoras defendem que, no esforço de perceber o passado, devemos seguir os rastros que perduram no tempo que: “podem estar em fimbrias de narrativas que teimosamente continuam nos informando os passos do passado” (BARBOSA; RIBEIRO, p. 25). Sendo assim, foram selecionados nesta pesquisa os diversos vestígios que tentam dar conta das perguntas que se dirigem ao passado da cidade.

Para isso, metodologicamente, foram observados comentários sobre a cidade de Juiz de Fora na tentativa de entender como as pessoas constroem e reconstróem suas memórias individuais a partir do espaço social da cidade pelas micronarrativas que os objetos empíricos revelaram na rede social *Facebook*. Também está em jogo uma imaginação sobre Juiz de Fora, que tensiona continuidades e rupturas em relação a uma historiografia oficial da cidade, que foi construída através da literatura pelos memorialistas em consonância com a oficialização dos registros feitos pelos historiadores e pela imprensa.

Para a realização das entrevistas com os idosos foi utilizada a metodologia da história oral. Essa metodologia teve início em 1975 no Brasil, de acordo com a historiadora e pesquisadora Luciana Quillet Heymann⁵. De acordo com essa autora, a história oral se difere de uma entrevista jornalística porque o repórter não tem ideia de que está produzindo uma fonte histórica. E o jornalista também não entende que a memória é reelaborada e, não resgatada. O tempo da entrevista também é maior: a escuta é muito mais atenta e sem intervenções do

⁵ Em oficina proferida no curso da Faculdade de História da Universidade Federal de Juiz de Fora em 28 de novembro de 2011.

entrevistador e cortes de edições jornalísticos. O entrevistador não quer o “furo”, mas a interpretação do depoente, a visão de mundo. A verdade não é discutida: o entrevistador só capta informações que remetem a acontecimentos e fatos ou capta os fragmentos de constituição da memória do entrevistado (que é objeto de contínua negociação, seleção e organização). Aqui a base teórica/metodológica é a publicação “A Voz do Passado”, de Paul Thompson (1992). Publicada originalmente em 1978, essa obra de Thompson sistematiza a metodologia e propõe discussões sobre o uso da história oral. Thompson aponta que a singularidade e a representatividade de cada história de vida é que fazem da história oral uma fonte importante de informação, nos mais variados campos de estudo. A metodologia também foi baseada no Museu da Pessoa (WORCMAN; VASQUEZ PEREIRA, 2006), que com sua experiência de mais de 30 anos de atividade, tem utilizado a história oral como instrumento para o registro da memória social. Para essa pesquisa optou-se por fazer entrevistas temáticas e semidirigidas, com um roteiro (ANEXO C) produzido com perguntas que motivaram os idosos a falarem de suas experiências em suas relações com os espaços urbanos da cidade de Juiz de Fora. Ao realizar entrevistas de história oral em pesquisas, presta-se ciência da formação das fontes de pesquisa e que essa produção torna as pessoas que montam os roteiros, escutam os depoimentos e fazem a edição, coautores desses documentos. Para resguardar os direitos dos entrevistados, optou-se por não colocar os nomes completos nos trechos apresentados, mas apenas as iniciais dos mesmos.

Quanto aos objetivos, interessa à pesquisa entender que cidade é essa que vive na imaginação das pessoas. Qual seria então essa Juiz de Fora que vive na imaginação e nas memórias dos usuários da *fanpage*? Quais são as relações que essas pessoas possuem com espaços e lugares que já não mais existem e que residem atualmente apenas nas memórias de quem os conheceu e deles usufruiu?

Faz-se necessário, neste momento, encontrar uma justificativa teórica para o estudo através da feitura de um estado da arte da pesquisa. “Maria do Resguardo” faz parte de um fenômeno recente segundo o qual proliferam perfis dedicados à vida nas cidades, mas também especificamente à memória. Com diferente abordagem, Oliveira (2015) chega a uma conclusão próxima de que os comentários nostálgicos em páginas do *Facebook* sobre as cidades Fortaleza e Rio de Janeiro falam de uma valorização da experiência “vivida” e de construções arquetípicas sobre o espaço e o tempo condutoras de relações sacralizadas e monumentais com a memória e com as fotografias. Estas páginas promovem uma circulação de narrativas contagiadas por valores simbólicos e carregam sentidos e relações com a cidade que possuem como lastro o afeto.

Oliveira (2015) teve como objeto empírico as *fanpages* “Fortaleza Nobre”, de Fortaleza, e “O Rio de Janeiro que não vivi”, do Rio de Janeiro, duas das maiores metrópoles brasileiras em população com características distintas no que se refere à memória coletiva. Nessa dissertação visualiza-se alguns aspectos que sinalizam para o início desta tese de doutorado. O problema foi que os comentaristas têm uma experiência com a cidade sensível ao “curtir”, comentar e compartilhar imagens antigas na sociabilidade, entendida como expressão comunicativa. O autor conclui que os comentários produzem relações sacralizadas e monumentais com a memória e a fotografia.

Na mesma linha de investigação, Oliveira (2018) usou como objeto empírico grupos no *Facebook* dedicados à cidade de Bias Fortes, MG. A divulgação dessa relação entre a memória do vivido e sua reelaboração no presente, tal como é proposta, se configuraria em uma possível forma de produção de sentidos sobre a cidade e para aqueles que possuem com ela algum vínculo de pertencimento e identidade. A autora questiona a contribuição desses materiais para a representação da memória local, por meio da descrição e interpretação das narrativas construídas sobre a cidade nos vídeos partilhados neste espaço digital. A autora conclui que o grupo funciona como um espaço imaginário de exposição de narrativas sobre a cidade estudada, pela divulgação de arquivos que apelam às lembranças dos membros.

Foram apresentados trabalhos que lidam com os conceitos de memória, cidade, *Facebook*, narrativa e fotografia de formas mais ou menos aprofundadas e de perspectivas sinérgicas, porém tais trabalhos ficaram restritos à questão da profundidade. Por outro lado, verificou-se alguns trabalhos como sinalizadores da emergência de uma pesquisa, permitida pelo tempo que a autora dispunha para a pesquisa num doutorado, que abrangesse destes conceitos de modo mais refinado e que fosse capaz de entrelaçar estas densidades teóricas com objetos empíricos ricos o suficiente para múltiplas leituras. Portanto, o enfoque aqui é fazer este desafiador tear: unir as pontas que faltavam para bordar um mapa palimpsesto sobre a cidade de Juiz de Fora do passado – na memória, do presente – nas micronarrativas e que aponta para aspectos futuros de tantas cidades possíveis na imaginação.

Nesta etapa apresenta-se a fundamentação teórica, deixando claras as opções/escolhas de autores, ou seja, a demarcação de princípios, que atendem aos itens 2, 3, 4 e 5 da pesquisa. Para dar conta do problema de pesquisa foi acionado o conceito de virtualização da memória, pegando principalmente a perspectiva de Bergson (2010). Ao tratar do arquivamento da memória na internet dialoga-se com o trabalho de Henriques (2014). Partindo do tripé: fotografia, memória e dispositivos digitais, são retomadas as discussões de Flusser (1985) e Van Dijck (2007). Adentrando no principal paradoxo encontrando na pesquisa, faz-se a

proposta de um embate entre os conceitos de narrativa (incluindo os testemunhos orais) pelo olhar minucioso de Ricoeur (2007) e arquivo (bancos de dados digitais) pela concepção de Manovich (2015). Ao discutir o termo: “labirinto global de arquivamento” mobiliza-se o entendimento de Colombo (1986).

Para trazer à tona a argumentação sobre o álbum virtual, propõe-se uma ligação com as compreensões de Armando Silva (2008) e Fraga (2015). Neste momento, chegamos, então, à questão central desta tese: o conceito de cidade ressignificado por imagens sentimentais, tema complexo que me fez a autora desta pesquisa debruçar-se na leitura do teórico Didi-Huberman (2013). Em sincronia com esta questão, foi preciso entender o intrincado, múltiplo e heterogêneo elo entre: memória, redes sociais e mídias digitais com o auxílio de Murray (2003). Ademais, se fez necessário assimilar sabedoria ao que diz respeito à história do *Facebook*, visto que é esta a rede social que serve de suporte midiático para os alguns dos objetos da pesquisa. Por fim, é levantada a dicotomia entre os excessos de memória que geram muitos esquecimentos, explorada por Huyssen (2000).

Apoia-se o capítulo 3 nos estudos de Ginzburg (1989) sobre a micro história. Elucida-se que o aspecto adotado é de narrativas das memórias em fragmentos, que é explicado pela premissa teórica de Faria (2010) sobre a dialética do fragmento. Em desdobramento desta reflexão, Oliveira (2016) parte da apreensão de Benjamin, que possui uma interpretação melancólica do fragmento – ruína do todo; nostalgia irrecuperável de uma totalidade, a qual é entendida nesta tese, como uma nostalgia que seria a volta às cidades imaginadas para se chegar a uma tentativa de definição (impossível) da Juiz de Fora do presente.

Convida-se novamente a autora Murray (2003) para se ter um parecer sobre as micronarrativas enquanto fragmentos nos ambientes digitais. Essa tese é determinada pela noção de Matheus (2011) sobre: “o narrar enquanto sinônimo de comunicação e de uma transfiguração temporal”. Finalmente chega-se ao conceito de micronarrativas da pesquisadora Figueiredo (2010), que defende a revalorização da narrativa para conexão com o outro, fazendo parte de um empenho para a construção da memória, da identidade e do sentido.

Complementa-se esta conferência teórica do capítulo 3 com a caracterização de um álbum afetivo trazida por Musse (2017), autora que problematiza o deslocamento da narração das fotos para o espaço público. Fechando as questões teóricas desta parte do trabalho, reforça-se o papel das narrativas de memória nos processos comunicacionais dado por Bosi (1994). E dando um acabamento nesta discussão, Benjamin (1994) aponta que as narrativas escritas alimentam a tradição oral.

O desejo de traçar uma cartografia sentimental da cidade que acompanha a autores desde os tempos do mestrado é reavivado porque percebe-se a brecha que aponta para uma frouxidão teórica que daria conta dos conceitos: cidade, território, espaço e lugar de modo mais convergente, aproximativo. Por isto, aciona-se Rolnik (2011) para explicar o que seria uma cartografia sentimental da cidade. Associado a ela, cola-se a concepção de “cartografia imaginária” de Gomes (2008). Com isto, Ferrara (2000) nos chama a perceber as micro linguagens da cidade. E tudo se torna mais nítido quando Rolnik (2004) mostra que a arquitetura é como o registro da vida social.

Graças à maestria de Caiafa (2007), a função subjetiva das cidades ficou conhecida, que se revela pelas escritas monumentais na cidade reconhecida por Martín-Barbero (2000), que aparecem pelos “modelos explicativos” de Huysen (2000). Desta forma, percebemos a carência de uma história cultural urbana que contemple a representificação da memória. A autora desta tese complementa defendendo uma atitude hermenêutica do pesquisador para ler o discurso sobre a cidade – Pesavento (2007).

A cidade que excede a representação pela imaginação da memória é sinalizada por Jeudy (2005) e Bosi (1983). Santos (1994) traz a “Economia política da cidade”. A imagem mental da cidade é apontada por Lynch (2011) pelas narrativas através da “imaginabilidade”. Outro conceito é o de imaginação sociológica da cidade proposto por Harvey (1980). E, por fim, chegamos na cidade imaginária ou da imaginação de Resende (2002). Desloca-se um pouco as discussões para as clivagens estéticas entre fotografia e cidade de Bellavance (1997). Retoma-se as reflexões sobre os outros conceitos discorridos no capítulo 4, partindo das três modalidades de compreensão do espaço Harvey (2006) a partir da noção de três perspectivas de espaço do Lefebvre (1991) com a defesa pelo “direito a cidade”. Chega-se, então, na diferença entre território e/ou lugar de Haesbaer (2007).

Fechando os aspectos teóricos principais, lançam-se as interpretações em dados sobre os idosos de Juiz de Fora com a explicação metodológica dos questionários e análise deles. Este objeto empírico surgiu porque foi sentido que existiam territórios existenciais na cidade e, por isto, optou-se por traçar mapas das memórias que habitam nos moradores idosos de Juiz de Fora. Foram apresentados os temas principais dos questionários e trechos selecionados das transcrições das entrevistas com a cidade imaginada dos idosos. As categorias são: Bondes, Cinemas de Juiz de Fora e Museu Mariano Procópio, porque tiveram prevalência nas lembranças e na imaginação coletiva.

Faz-se uma breve descrição dos capítulos para guiar a leitura e facilitar a compreensão da tese em geral. No capítulo 2, optou-se por desenvolver uma pesquisa sobre a virtualização

da memória e a cidade de Juiz de Fora. Também foi analisado um dos objetos empíricos da pesquisa, o qual foram desenvolvidos no mestrado e que se alargam nessa pesquisa, a *fanpage* “Maria do Resguardo”. Nessa parte, foi apresentado um histórico da *fanpage* estudada e alguns elementos sobre o uso das redes sociais *online* como forma de preservação da memória, tendo como foco principal, as postagens sobre a cidade de Juiz de Fora e sua representação na *fanpage*. E para finalizar, foram feitas as análises de quadros conceituais de publicações da amostra. O *corpus* se concentrou nas onze postagens com maior número de comentários no ano de 2017, estes *posts* também foram selecionados porque dialogam diretamente com os outros objetos empíricos que participam da estrutura deste trabalho, através dos espaços de memória que aparecem nas fotografias e iniciam um fio narrativo capaz de conduzir percepção e interpretações.

No capítulo 3, foi examinado o conceito de “narrativas” e deduziu-se o conceito de “micronarrativas” a partir da lógica do fragmento. É feita uma imersão em autores que seriam capazes de inteirar sobre “conceitos chaves” que vão aparecendo nas memórias escritas em multifacetadas narrativas dos memorialistas que anunciam as sortidas imaginações sobre a Juiz de Fora do passado. Foram incorporadas as seguintes leituras: a) “A Idade do Serrote” (1968) do poeta juizdeforano Murilo Mendes; b) o educador José Rangel que descreveu suas memórias de infância em Juiz de Fora; c) pelos livros do maior memorialista brasileiro, o médico Pedro Nava; d) Rachel Jardim e suas memórias dos anos 1940. E por que foram utilizados os memorialistas de Juiz de Fora? Porque se entende que a construção das narrativas e micronarrativas sobre as cidades passam também pelo registro de seus escritores, seus poetas e seus memorialistas. Esses autores discorrem sobre os espaços urbanos que conviveram durante o período em que moraram em Juiz de Fora e para cada um deles, a cidade se apresenta de uma forma única. Com vivências em períodos históricos distintos, José Rangel no final do século XIX, Pedro Nava no início do século XX, Murilo Mendes nos anos 20/30 do século XX e Rachel Jardim nos anos 1940, cada um deles apresenta memórias e experiências diferentes dos mesmos espaços. À pesquisa interessa analisar como os espaços foram lembrados por eles e como é a construção dos espaços em suas narrativas sobre a cidade. Neste capítulo, foram abordados também os aspectos históricos sobre a cidade de Juiz de Fora e que ajudaram a compor um perfil dessa cidade imaginada.

No capítulo 4, foram explorados os conceitos de “cidade” e “espaço” e debateu-se sobre a questão da cidade imaginada. Foram selecionados trechos das entrevistas realizadas com os idosos do Polo Interdisciplinar do Idoso, projeto de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora. No capítulo cinco, articulou-se a respeito das memórias afetivas sobre a cidade,

disponíveis graças ao projeto “Memória afetiva”, elaborado pela jornalista Júlia Pessôa, do jornal impresso/digital Tribuna de Minas.

Ao mergulhar no capítulo 5, depara-se com a cidade em imagens nas mídias digitais do jornal impresso Tribuna de Minas no projeto “Memória afetiva”. O percurso conceitual de memória foi apoiado em: Vernant (1990), Yates (2007), Pollak (1989), Augé (2001), Huyssen (2000), Ricoeur (2007) e a “representância” e, para amarrar, explicações sobre memória individual e coletiva de Halbwachs (2003). O embate entre testemunho e documento advém de Chartier (2002); o conceito de imaginação por Flusser (1998); a fotografia como memória de Sontag (2004); a fotografia como memória social de Barthes (1984) e a análise histórica da fotografia Dubois (1993).

As memórias afetivas no jornal Tribuna de Minas são desmembradas nas seguintes partes: a) histórico do jornal; b) entrevista com a jornalista idealizadora do projeto; c) explicações da execução do projeto. Salienta-se, então, o conceito de “memórias afetivas” de Izquierdo (1989). A metodologia e as categorias de análise da amostra surgiram através da “dominante temática” de Van Dijk (2000). Ao fim, tem-se os *prints* dos lugares mais comentados e a exploração profunda das micronarrativas destes espaços: Chalé da Avenida Rio Branco, Colégio Magister, Museu Mariano Procópio, Casas Regente e comércio do Centro, Cine Veneza, Café Apollo e lanchonetes.

Micronarrativas e cidades, histórias de vidas em seus infinitos desdobramentos, entrelaçamentos e perspectivas. Os corpos que atuam na cidade e têm ela em si pelos textos inscritos nas memórias dos espaços. Cidades-narrativas-imaginadas: sempre na fluidez do urbano, nas infinitas leituras possíveis. Esta tese pretende fixar de vez a fragmentação do espaço e do tempo pós-modernos, já que a pesquisadora e os habitantes desta cidade são nômades, situacionistas, perdidos na cidade para tentar, então, mapeá-la. Ser uma andarilha encantada, contemplativa com as potências da cidade de Juiz de Fora, bem como de qualquer outra cidade do mundo. A caminhada acadêmica e pelas ruas, galerias, morros e lugares da cidade mineira, mostraram um labirinto desafiador e instigante, que forçaram a conduzir o leitor ao entendimento de que pela literatura da cidade chegamos à arte do conviver e da erupção das subjetividades – pelas memórias individuais e coletivas ressignificadas de Juiz de Fora. A tese é multidisciplinar e neste encontro entre a urbe e os sujeitos, procura educar os olhares dos leitores para refinar as suas relações com os espaços deslocando os saberes políticos e estéticos sobre a cidade imaginada, todas as cidades, a cidade – Juiz de Fora, MG.

1 A VIRTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA NA *FANPAGE* “MARIA DO RESGUARDO”

O virtual não é o que está ligado à internet, mas à possibilidade de vir a ser, na concepção mais clássica do termo e que se apoia nos pressupostos de Aristóteles de potência. A virtualização é assim entendida como potência e possibilidade. Partindo de Bergson (2010, p. 158) que afirma que “Essencialmente virtual, o passado não pode ser apreendido por nós como passado”, entendemos que a internet traz para o campo da memória uma possibilidade: a de que as imagens produzidas no passado e disponibilizadas nas redes sociais recriam espaços e lugares e produzem narrativas que recriam as cidades no imaginário das pessoas. Através da profusão de imagens nas redes sociais, procurou-se compreender os processos de rememoração e a possibilidade de produção de narrativas, tendo a imagem como o gatilho de memória, num espaço que é recheado e alimentado constantemente por imagens. Assim, estas práticas que atravessam a constituição da identidade e a produção de imagem traduzem-se em diversas possibilidades de memória no mundo contemporâneo. Nesse capítulo analisar-se-á a rememoração dos espaços da cidade imaginada a partir de comentários na *fanpage* “Maria do Resguardo”, tendo como premissa que a memória é fluida, dinâmica e que é retroalimentada pelas redes sociais. Mas como é possível afirmar que as redes sociais facilitam a memória? Acredita-se que as mídias digitais favorecem o arquivamento da memória ao possibilitar rememoração a partir de imagens disponibilizadas nos sites, *fanpages* e blogues.

1.1 Mídias digitais e o arquivamento da memória

De acordo com o dicionário Houaiss, a internet é definida por ser uma “rede de computadores dispersos por todo o planeta que trocam dados e mensagens utilizando um protocolo comum”. Criada inicialmente como uma rede de informações militares na década de 1960, transformou-se posteriormente numa rede acadêmica e hoje está presente em nosso cotidiano. Desde o surgimento dos *blogs*, em 2000 e o advento da *web 2.0*, a internet se tornou espaço de múltiplas interações. Mas, principalmente depois de 2004, após o surgimento das primeiras redes sociais, ela tem se tornado cada vez mais um meio de interação social e compartilhamento de memórias. As redes sociais enquanto espaço de compartilhamento de memórias já foi objeto de estudo de alguns pesquisadores no Brasil. A abordagem de Henriques (2014) é a de que as redes sociais se tornam arquivos virtuais das imagens das pessoas. Ao estudar o uso das redes sociais pelos nativos digitais, ela analisa os rastros digitais deixados

pelos jovens no *Facebook* como uma espécie de pegada digital de suas existências. Segundo Henriques (2014), o *Facebook* tornou-se um lugar de lembranças e esquecimentos, quando possibilita que as fotografias, agora produzidas exclusivamente em formato digital, sejam preservadas nos seus servidores, uma vez que não há possibilidade de excluir definitivamente os nossos registros de memória presentes nessa rede social. Para Henriques (2014), o *Facebook* acaba por se tornar uma espécie de *backup* virtual de nossas imagens, pois ao servir também como suporte para divulgação de fotos antigas, o *Facebook* torna-se também uma espécie de museu virtual de memórias dos espaços representados nas imagens. É nesse sentido que ele pode ser pensado como uma espécie de arquivo, ainda que com um tipo de dinâmica própria, pois diferentemente de instituições da memória, tais como os museus, o *Facebook* não tem como objetivo preservar a memória, mas a interação entre pessoas através de ligações sociais (HENRIQUES, 2014).

Em concordância com Henriques, pode-se pensar as *fanpages* do *Facebook* como arquivos de memória, fazendo-se necessário compreendermos esta terminologia e os embates conceituais que a envolvem. De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2004): o “arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, independente da natureza do suporte”. Se adotamos uma ideia de que o passado pode ser resgatado, conseqüentemente o arquivo passa a ser entendido como um antídoto contra o esquecimento, como se ele pudesse ser um lugar de suspensão de um tempo cronológico e em fluxo permanente. No entanto, os arquivos podem ser rearrumados e reorganizados, com implicações para a construção da história e da tradição. Do mesmo modo, a memória pode ser reorganizada enquanto conjunto de lembranças e esquecimentos. Nesse sentido, pode-se afirmar que as redes sociais, e no caso deste estudo o *Facebook*, tornam-se uma espécie de arquivos de memórias não só pessoais, mas também das memórias dos espaços das cidades, uma vez que se transformam em espaços de preservação e divulgação desses registros imagéticos armazenados em computadores pessoais.

Vilém Flusser (1985) distinguia a imagem técnica produzida pela fotografia das demais, como a do cinema, que precisa de um meio de distribuição, enquanto a fotografia, em contrapartida constitui-se como “folha” que pode ser multiplicada e descartada (FLUSSER, 1985, p. 26). A automatização do ato de fotografar torna a fotografia cada vez mais descartável, pois facilita sua multiplicação num universo do domínio da imagem, pela televisão ou nos anúncios publicitários impressos. A imagem técnica, resultado do uso destes dispositivos, são concepções de mundo que classificam os indivíduos e suas relações sociais. A magia da “caixa

preta” é agora reconfigurada pelos aplicativos, e as ferramentas que estes oferecem como forma de instigar a imaginação e transformar o mundo representado em imagem fotográfica.

A fotografia tornou-se um meio não só de apreensão do real, mas também um caminho acessível à memória, como uma construção social. Neste sentido, a memória da qual trata esta pesquisa está imbricada no campo da sociedade contemporânea, sendo definida como uma memória social. E os objetos que a cultura atual produz serão compreendidos como “*mediated memory objects*”, de acordo com o conceito defendido por José Van Dijck, pois estes objetos tem a função de “gatilho” para o acesso das memórias individuais (DIJCK, 2007, p. 28). A fotografia então, funciona como um elo entre o passado e o presente, onde a imagem é uma representação dinâmica, que poderá ser acessada, apropriada e reinventada no futuro.

Para Nayhara Marylin Fraga (2015), a foto é um arquivo visual, o registro de um determinado tempo, um meio de memória que acessamos quando precisamos recorrer às lembranças dos eventos passados. “A construção do acervo visual é acrescida de imagens de outros indivíduos, que de alguma maneira, faz uma trama, uma rede de relacionamento imagético e de memórias que se cruzam nos álbuns de família e nos porta-retratos. Atualmente, podemos identificar esta trama imagética de memória nas redes sociais no ciberespaço” (FRAGA, 2015, p. 19). A autora problematiza que a fotografia digital encontra sua possibilidade como memória porque tem estratos de um luto simbolizado, que fica na fotografia.

Concorda-se plenamente com o entendimento de Fraga (2015), quando a autora reflete que, com a digitalização das imagens, a necessidade de revelar fotos foi diminuindo e com a utilização de *blog* e redes sociais no ciberespaço, muitas pessoas optaram pelos álbuns de fotografias virtuais. “Nesta perspectiva o álbum virtual de fotografia define uma nova dinâmica social de visibilidade, cujo nascimento está nos álbuns tradicionais. A criação dos álbuns virtuais não é uma ruptura com o passado, mas uma tentativa de continuidade” (FRAGA, 2015, p. 24). E ela finaliza a problematização disto dizendo que, no entanto, existe algo curioso sobre a utilização destes álbuns virtuais. Sua existência está, muitas vezes, condicionada à utilização de uma rede social virtual, um *blog* ou similar, dependendo da procura dos usuários.

Fraga (2015) avança afirmando que: o álbum virtual não demanda um evento social, uma visita familiar ou de amigos em sua casa, onde em algum momento um álbum de fotografia seria aberto e todos conversariam sobre um evento passado. Fotografias digitais são acumuladas em pastas dentro de computadores, cartões de memória e celulares. E os recursos tecnológicos atuais, como salvar na “nuvem” ou acessar os computadores por rede, não necessitam de um evento social e as reproduções de imagens podem ser acessadas a distância. Quando são

inseridas no ciberespaço, as visualizações podem ser feitas a qualquer momento, por qualquer pessoa que faça parte de um grupo de amigos, como no *Facebook* e estará disponível a qualquer usuário. Os comentários são escritos quando permitidos nas fotos ou apagados quando indesejados. Para Fraga (2015, p. 26), “o encontro social é virtual e fragmentando”, pois, o tempo em que esta conversa acontece é determinado pela visualização de cada usuário. Então ela supõe que: “o tempo é uma construção subjetiva, pois os usuários podem recorrer ao álbum virtual de acordo com seus interesses, desejos e escolhas que são construídas dentro de um conjunto de valores. Assim, a tecnologia tenta criar uma linha temporal cuja percepção é uma construção subjetiva de seus usuários” (FRAGA, 2015, p. 26). Existe, também, uma ideia de poder sobre sua produção de memória e sobre a condução do tempo, pois são os usuários responsáveis pela manipulação espaço e tempo destas fotografias, assim, “atribuímos à memória um novo significado toda vez que o meio que a representa sofre modificações” (FRAGA, 2015, p. 28).

E Fraga (2015) ainda provoca dizendo que o ciberespaço deu a possibilidade de tornar a fotografia um “ser vivo”, desapegada do seu papel de uma memória imutável, condicionada ao tempo e à história. Em meio a relações espaço/temporais que se transmutam diante da oferta de percepções sensoriais cada vez mais instigantes, a fotografia viu-se adaptada aos novos desejos dos consumidores. “Ela não é mais apenas uma “máquina de esperar”, é também a diminuição da espera, como um duplo entre espera e consumação imediata do tempo ao se projetar tão rápido na internet e perambular tão fácil em redes sociais como o *Facebook*” (FRAGA, 2015, p. 32), conclui. A produção de memória está vinculada a este jogo entre tecnologia e a produção das experiências dos sujeitos contemporâneos, na linha tênue entre a defasagem e o excesso de ícones, sendo extraída do tempo individual e coletivo das subjetividades que contam suas histórias através de fotografias, daquilo que foi considerado fotografável e que se reinventou em imaginação, sendo compartilhadas em redes sociais como o *Facebook*.

Ao se transformarem em arquivos de imagens que acabam por reativar a memória, as redes sociais reforçam os aspectos arquivísticos da memória. Nesse sentido, Manovich (2015) aponta que vivemos a cultura do arquivo, visto que a cultura digital ampliou o espaço dos objetos que não contam histórias; itens individualizados em que a importância é próxima entre eles. Ele alerta que a nossa apreensão do mundo é maior pelo banco de dados do que pelas narrativas e explica que é grande o consumo de micronarrativas porque como ela é pessoal, não provoca incômodo. Ele atribui a isto a quantidade de relatos em primeira pessoa em comparação com poucos em terceira. Também sobre a questão dos arquivos, Ricoeur (2007) afirma que o

momento do arquivo é o momento do ingresso na escrita da operação historiográfica, sendo: “como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental” (RICOEUR, 2007, p. 177). Os testemunhos orais só se tornam documentos depois de registrados, distanciando-se do que chamamos de testemunho. Deste modo, torna-se viável tratar da memória arquivada ou documentada. Assim, o autor defende que o “arquivo” continua associado às questões memorialísticas, mesmo quando não é referido no sentido lato – físico, material e técnico.

Os arquivos funcionam como um sistema de memória, e como tal, traem-nos quando não registramos ou perdemos algo. A internet é fruto de uma obsessão de memória e de uma mania arquivística, que se divide em: gravação (memorização), arquivamento (informação cifrada e localizada no sistema), arquivamento da gravação e gravação do arquivamento – para evitar o esquecimento (COLOMBO, 1986). Essas coleções e “paixões arquivísticas” são formas de obsessão mnemônica, que, segundo Colombo (1986), se sujeitam à lógica da cultura e da técnica contemporâneas, impregnando a vida individual e coletiva no cotidiano. O terror ao esquecimento faz o homem de hoje parecer protegido e ao mesmo tempo, dotado de signo, os seres perdem as próprias recordações pessoais. “E o passado esvai-se lenta, porém dolorosamente, no tempo que em vão tentamos dominar” (COLOMBO, 1986, p. 20).

A espacialização da memória dentro de onde se faz o arquivamento deve ser entendida em dois sentidos: um “espaço” de memória na prateleira ou nas memórias de massa. O novo conhecimento de mundo é menos linear e funcional, todavia mais articulado e analógico. É uma estrutura de percepção do labirinto, em que o usuário experimenta as atividades como uma sucessão de fragmentos, mas o conjunto jamais é por ele captado. Sendo assim, pode-se considerar a modernidade como um labirinto global de arquivamento, através de bancos de dados com conhecimentos infinitos.

No que se refere à função mimética da imagem, este aspecto é defendido por Colombo (1986) como um tema que carece somente de saber se a mimese deve ser entendida positiva ou negativamente. A foto é passado, ausência, fazendo com que a passagem do tempo apareça na fotografia. Por isto, o autor considera que a ausência na foto, o estranhamento, são bem maiores do que no texto (que pode ser atualizado mentalmente). Para Colombo (1986), os sujeitos estão sem identidade ou com identidade “fraca”, visto que houve um esvaziamento do significado testemunhal da imagem, a dessacralização dos signos-lembranças, a sempre maior abstração do tempo medido (sem a faculdade de evocar um horizonte natural) e, por fim, o mito do esquecimento – vindo do cego abandono da materialidade do suporte. Colombo destaca que:

“se para os renascentistas a importância do sistema memorial estava estreitamente ligada à função do indivíduo no mundo, para a consciência arquivística contemporânea os arquivos suprem as falibilidades do sujeito” (COLOMBO, 1986, p. 111) e faz com que ele se torne parcialmente a sua imortalidade ou a imortalidade do saber que ele ajuda a criar.

Armando Silva (2008) problematiza que um álbum de fotografias não é só memória, mas também ruína, usado como reescrita, sofrendo outra concepção do arquivo de imagens e uma mutação na maneira de viver a recordação, fazendo reproduções eletrônicas. O autor cria o termo “extimidade” para classificar o quanto a expressão da subjetividade se transforma no *Facebook*, graças aos novos territórios de manifestação de si. E nestes arquivos tecnológicos, são postadas imagens que constituem os fatores de identidade visual da cidade. Entendemos os arquivos digitais como ruína, mas também como vestígios, uma vez que eles são sobreviventes ao excesso de imagens produzidas digitalmente. A preservação das imagens digitais depende mais de seu compartilhamento nas mídias digitais, tais como blogs, redes sociais, sites específicos como *Google Photos* e *Pinterest*, do que da preservação física propriamente dita. Quanto mais compartilhada, mais preservada será a imagem. Nesse sentido, as imagens digitais também são vestígios de um passado, mas também ruínas desse mesmo passado.

Nesse sentido, uma *fanpage* de imagens é uma espécie de relicário com imagens sentimentais da cidade, que tem ênfase naquilo que Didi-Huberman (2013) examina como fantasmal, sobrevivência, rastro, espectro, intermitência, desconstruindo a ideia de imagem manipulada. Reflete sobre a centralidade da imagem no mundo contemporâneo, apresentando a força material da imagem, que não somente reflete, mas, também constitui. A imagem se empodera, personifica. O arquivo, segundo ele, em princípio seria sem hierarquia, um vestígio material do rumor dos mortos, onde resgatamos a história dos esquecidos e dos inaudíveis. Segundo o autor, o documento traz duas verdades, aquela aparente e outra além da superfície (através da montagem) e cria interrupções.

Ao tratar da “análise do tempos” diante da herança winckelmanniana, Georges Didi-Huberman (2013), questiona a existência de um tempo de imagens sem a dualidade “vida e morte” nem “grandeza e decadência” e sinaliza para o aparecimento do: a) *Tempo para os fantasmas*: “uma reparição das imagens, uma ‘sobrevivência’ que não estivesse submetida ao modelo de transmissão pressuposto pela “imitação” das obras antigas por obras mais recentes” (p. 24); b) *Tempo para a memória* das imagens: “um obscuro jogo entre o recalado e seu eterno retorno – que não fosse o proposto pela história da arte” (p. 24); c) *Tempo para os sintomas*: na história das imagens da arte tornando-se um *modelo sintomal*, “no qual o devir das formas devia ser analisado como um conjunto de processos tensivos” (p. 25). E através desta complexidade,

observamos que as imagens da cidade atraem a atenção das pessoas quando surgem nas redes sociais através de “sobrevivências” imagéticas, reminiscências, reparações de formas de partes antigas da cidade. O compartilhamento e a reprodução das imagens das cidades nas mídias digitais possibilitam a sobrevivência de uma cidade imaginada.

Esta história *fantasmal*, de acordo com Didi-Huberman (2013), implicaria no arquivo sendo considerado como um vestígio material do rumor dos mortos: “as próprias imagens, nessa óptica de retorno de fantasmas, viriam a ser consideradas como aquilo que sobrevive de uma dinâmica e uma sedimentação antropológicas tornadas parciais, virtuais, por terem sido em larga medida, destruídas pelo tempo” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 35), exigindo múltiplos olhares na análise destes restos: “entre fantasma e sintoma, a ideia de sobrevivência seria, no campo das ciências históricas e antropológicas, uma expressão específica de rastro” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 48). No *Facebook*, encontramos um coletivo de imagens que mesclam passado e presente e que favorecem uma ressignificação da memória da cidade.

Mas como as redes sociais e as mídias digitais incentivam a rememoração do passado? Elas produzem rememoração através de duas estratégias: a primeira delas diz respeito à própria possibilidade de compartilhamento já explicitada anteriormente. Isso ocorre porque a proliferação gera multiplicidade e, conseqüentemente, preservação. Segundo Murray (2003) as seguintes características dos ambientes digitais são os seguintes: procedimentais, participativos, espaciais e enciclopédicos. Estes meios são procedimentais porque funcionam como um motor, no qual os procedimentos colaboram com as estruturas das narrativas, já que as redes sociais fomentam os registros da memória cotidiana, apresentando ferramentas e formas de elaboração de narrativas de memória, levando a participações interativas. Devido à imersão dos ambientes digitais, Murray afirma que eles favorecem a espacialidade e o enciclopedismo. Segundo Murray, a internet permite a criação de narrativas em forma de mosaicos, criando justaposições, tal como acontece nas narrativas do cinema, possibilitando uma leitura da memória social através das junções de seus vários pedaços. A segunda estratégia é através do mecanismo de lembranças das redes sociais. O algoritmo do *Facebook*, por exemplo, está sempre nos lembrando de alguma foto ou evento já ocorrido nos anos anteriores. Ao incentivar esse excesso de memória, o *Facebook* torna-se uma espécie de Funes⁶ que só vive para lembrar. Huyssen questiona se esse excesso de memória não acabaria produzindo um “explosivo” esquecimento, pois, “Quanto mais nos pedem para lembrar, no rastro da explosão da informação e da

⁶ O conto ‘Funes, o memorioso’, Jorge Luís Borges conta a história de um homem, que após uma queda de um cavalo passa a lembrar de todos os detalhes da sua vida, sem esquecer nenhum pormenor.

comercialização da memória, mais nos sentimos no perigo do esquecimento e mais forte é a necessidade de esquecer” (HUYSSSEN, 2000, p. 20).

Em relação à questão do arquivo de nossas memórias, individuais e coletivas cada rede social possui estratégias diferenciadas. O *Instagram*, por exemplo, se popularizou por ser uma maneira simples de capturar e compartilhar fotografias do mundo. Ao seguir amigos e familiares, os usuários veem o que eles estão fazendo e descobrimos contas do mundo inteiro que estão compartilhando coisas que apreciamos sob forma de destaques ou situações cotidianas. No *Instagram* prioriza-se a memória individual e narcisista.

O *Facebook*, além das estratégias apontadas anteriormente, apresenta possibilidades de interações na memória coletiva ao incentivar a criação de *fanpages*, por exemplo. *Fanpage* é uma página criada especialmente para ser um canal de comunicação com fãs dentro do *Facebook* (*fan page* = página para fãs, em tradução literal). Diferente de perfis, as *fanpages* são espaços que reúnem pessoas interessadas sobre um assunto, empresa, causa ou personalidade em comum. É o fã que escolhe se vai ou não seguir as atualizações de determinada página e esta não possui nenhuma restrição ao número de fãs. Permite a edição de abas com conteúdo irrestrito, por exemplo: colocar fotos, vídeos, fóruns de discussão, informações sobre produtos específicos, eventos e avaliações de usuários. Uma página de fãs oferece a opção de relatório, que apresenta importantes dados sobre os fãs (como localização, idade, idioma e sexo) e a repercussão da página (quantas pessoas visitaram, quais os posts mais comentados, quantas fotos e vídeos foram vistos, etc.). Todas essas informações são inacessíveis para quem tem apenas um perfil. A página pode ser administrada por diversas pessoas simultaneamente. Além disso, podemos nos manter conectados em nossos perfis pessoais ao mesmo tempo. Há níveis de hierarquia em que cada função possui um maior limite de poder sobre as outras. São elas: administrador, editor, moderador, anunciante e analista.

Da mesma forma que as redes sociais não foram concebidas para serem espaços de rememoração, mas de convívio social, segundo Kirkpatrick (2011), também não foram concebidas como instrumento político, embora logo no princípio os fundadores perceberam um potencial diferenciado. Elas são uma forma de comunicação que produz efeitos interpessoais fundamentalmente novos. Logo, este “efeito” ocorre quando a rede coloca as pessoas em contato, às vezes surpreendendo, em torno de algo em comum: uma experiência, um interesse, um problema ou uma causa; em pequena ou grande escala. “O *software* do *Facebook* imprime uma característica viral à informação” (KIRKPATRICK, 2011, p. 15). Este fluxo de notícias e dados é ininterrupto e interfere no cotidiano, na intimidade de pequenos grupos, tendo um potente poder emocional e afetando “o teor da vida dos usuários” (p. 20). Kirkpatrick (2011)

diferencia o *Facebook* de outros negócios, principalmente, pelo compromisso ligado com a verdadeira identidade do usuário. Realça as muitas experiências culturais: “é uma plataforma para que elas obtenham mais da própria vida” (p. 25). Portanto, podemos inferir que diversas memórias individuais e coletivas estão deslizando pelos *feeds* (linha do tempo dos perfis no *Facebook*). O sucesso das redes sociais *online* como o *Facebook*, deve-se à possibilidade de interagir com as outras pessoas através de um simples clique, compartilhando, curtindo ou postando informações sobre a própria pessoa ou notícias de *sites* e *blogs*. Mas, não podemos esquecer que a principal motivação para o uso de uma rede social online é justamente a interação social.

1.2 O *Facebook* e a memória: análise da fanpage “Maria do Resguardo”

Criada em 2012, por Marcelo Lemos, a fanpage “Maria do Resguardo” compartilha fotografias antigas da cidade de Juiz de Fora. “Maria do Resguardo” (MR) é alguém que guarda coisas antigas, segundo Marcelo Lemos, entrevistado pela pesquisa em 2017. Na imaginação dele, uma protagonista foi criada e ganhou força para se perpetuar no imaginário daqueles que admiram o trabalho realizado por ele; porque foi Marcelo que iniciou coleções de fotos, idealizou e montou uma personagem que inspira e aspira as projeções de memórias coletivas na rede social *Facebook*.

Quem é Maria do Resguardo? Atendendo a curiosidade dos que querem saber mais sobre Maria do Resguardo, venho dizer: A maioria, dos que me conhecem, já se acostumaram com a minha aparência e dizem amar o que eu faço. Orgulho-me em dizer que sinto recompensada pela enorme acolhida e pela alegria que as recordações trazem a todos nós. Juntos, faremos o maior álbum da “Família Juiz de Fora”. Minha existência é muito pequena em comparação a grandiosidade histórica da nossa cidade com a qual vivemos esta fascinante história de amor. Em essência, nos remetemos ao passado para trazer ao presente, nossas melhores lembranças. Gosto do moderno. Utilizo da boa tecnologia, mantenho-me conservadora na maneira de empregá-la. Gosto de lembrar o passado. Dele saio em busca de um futuro que mantenha resguardada a memória da cidade. Sonho que este álbum de lembranças cresça robusto e mantenha a energia dos vencedores. Que, mesmo já tendo sido visto e admirado por milhares de pessoas, se renove a cada visita. Minha casa estará sempre aberta para recebê-los. Anote e divulgue aos amigos o meu endereço: <http://www.mariadoresguardo.com.br/> Sejam todos bem vindos, a entrada é franca. Aqui, somos uma equipe e nossa recompensa, além da satisfação que proporcionamos, é poder contar com o carinho dos amigos que nos enviam suas belas imagens. Um carinhoso amplexo a todos, Maria do Resguardo e equipe (Descrição da fanpage “MR” extraída do Facebook, 2018).

A imagem que representa tal personagem é a fotografia de Brigida Lemos, esposa de Marcelo, que não participa do trabalho desenvolvido pelo parceiro. A “Maria do Resguardo” ganha vida através das narrativas que circulam na página e pela verossimilhança que o gestor

mantém, pois não revela a identidade da protagonista. Por sua vez, ela também é autora da história da cidade, já que condensa os comentários.

Na *fanpage* “MR” são contadas histórias de diversas épocas para muitas pessoas que queiram acompanhá-las. E, sucessivamente, os sujeitos imprimem marcas e opiniões sobre lugares e experiências em várias etapas da vida. Ocorrem assim, inúmeras ressignificações por parte dos sujeitos e dos seus respectivos leitores (ou no caso, fãs da página).

A *fanpage* “Maria do Resguardo” (MR) é um álbum digital com imagens e textos sobre a cidade da rede social *Facebook*, fazendo uso da memória e do tempo, nisso que está sendo chamado de uma plataforma de memória. MR trabalha a perda pela presença na formação de um acervo de “pequenos testemunhos”. As postagens são intuitivas (de acordo com a escolha aleatória do gestor) e possibilitam uma reescrita infinita nos registros digitais. São listas narrativas, inventários e coleções imagéticas, que atestam a deterioração e o esquecimento que o arquivo figura. A página sistematiza a passagem do tempo que ela mesma tenta subverter, ao (re)apresentar os vestígios de uma sobrevivência que exige (ou necessita) ser nomeada. Rastros, vestígios e ruínas da cidade que resistem virtualmente, através da *fanpage*, ao desaparecimento das recordações. Trabalhada pela lembrança dos fãs, a memória que aparece na MR constitui uma “temporalidade qualificada”. O idealizador e administrador Marcelo Lemos organiza os cacos e reúne fragmentos que testemunham o passado. Ao perceber um desgaste na preservação das memórias da cidade, ele repara certos relatos oficiais, exprimindo uma condição de impedimento do esquecimento natural ou voluntário.

Na configuração narrativa, MR é uma história constitutiva das pessoas e de suas ações, uma instância de encontro, alargando as memórias disputadas no presente, construindo territórios, remetendo à memória coletiva e apresentando contradições, falhas e diferenças narrativas. São postadas micronarrativas, ou seja, fissuras da memória em discursos que, pelos resíduos da cidade, fazem o seu regime de historicidade, valendo-se das lembranças para a valorização do presente. Os sujeitos rememoradores (fãs que comentam nas publicações) são espécies de artesãos do momento histórico, que costuram outras camadas de memórias da cidade nas suas micronarrativas e dão visibilidade às temporalidades de Juiz de Fora. Revelam percepções temporais particulares numa perspectiva memorialista com um tratamento dado às questões relativas à história da cidade como efeméride. Os textos se aproximam de narrativas testemunhais em trocas afetivas nos blocos de sentimentos saudosistas e nostálgicos.

A *fanpage* “Maria do Resguardo” derivou dos trabalhos do *blog* homônimo, criado em 2009, que possui mais de um milhão de visitantes até os dias atuais. A criação do *blog* foi ideia de Marcelo Lemos, nascido em 1963 e criado em Juiz de Fora. Marcelo trabalhou como policial

militar de 1982 até o final de 1990. Possui Ensino Médio completo e um curso de eletrotécnica. Autodidata na utilização do computador. Durante anos foi proprietário de uma loja de CD's e DVD's Nacionais e Importados, *Blu-ray* e camisas de Rock e Jogos no Centro da cidade, onde recebia muitas doações de fotografias antigas. Recentemente preferiu migrar para um grupo de vendas online.

“Maria do Resguardo” tem uma característica ensaística, visto que o gestor Marcelo Lemos não remete ao autobiográfico e sim ao coletivo. Este formato pode ser associado a uma desobediência, a um desejo de oportunizar que a memória coletiva reocupe os “lugares de memória” da cidade e os ressignifiquem. E existe um deslizamento de narrativas nas postagens sem a hierarquia de suportes midiáticos, burgueses.

Entende-se na análise que Marcelo Lemos é o autor principal das histórias, pertencentes a uma imaginação histórica sobre a cidade. Os sujeitos rememoradores (fãs que curtiram a página) serão tratados como personagens e coautores, compartilhando narrativas memorialísticas sobre Juiz de Fora na dimensão digital.

Gráfico 1– Faixa etária e sexo do público da *fanpage* “MR”



Fonte: *Fanpage* “Maria do Resguardo”.

As faixas etárias com os maiores percentuais de fãs estão entre 25 a 44 anos de idade, a grande maioria da própria cidade de Juiz de Fora. “O Facebook viabiliza o ideal anterior de que ‘um dia’ vamos começar a pôr nossas fotos em álbuns apropriados, já que o Facebook é relativamente simples de se usar, uma vez que as imagens são digitalizadas” (MILLER, 2014, p. 5). Por isso as pessoas com mais idade utilizam o álbum digital, ou seja, acreditam que esta será a tendência de se guardar fotografias no futuro. De acordo com o gestor: “os jovens não me procuram, só as pessoas de meia idade. Os jovens acessam por curiosidade de saber o que tinha ali antes” (LEMOS, 2017). Essas afirmações confirmam o grupo de interesse predominante na página.

Figura 1 – Fanpage “MR”



Fonte: Fanpage “Maria do Resguardo”.

A supremacia de seguidores da região Sudeste deve-se provavelmente ao fato da página tratar de localidades com conteúdo que fazem mais sentido para quem conhece, admira ou deseja prestigiar a cidade. Além disso, diversas pessoas nascidas em Juiz de Fora e que se estabeleceram em outras regiões ou aquelas que moraram um período na cidade podem manifestar interesse pela temática do passado de lugares em que vivenciaram algo. Mesmo assim, são pessoas, que, em sua maioria, não faziam parte das gerações que viveram o período retratado nas fotografias, seduzidos por um passado que não conheceram.

É possível caracterizar a página como uma reunião ordenada de objetos de interesse estético, que obedece às lógicas de publicações do *Facebook*. “Maria do Resguardo” é um tipo de depósito de fotografias, dados sobre Juiz de Fora e narrativas. Com mais de 8 mil curtidas, administrada por Marcelo Lemos, a página sensibiliza atenção porque tem um volume de aproximadamente 15 mil fotos de imagens remanescentes, acessadas em modo público. É um exercício excessivo de rememoração, que é permanentemente acionado pelas imagens. O gestor da página, Marcelo Lemos, seleciona as fotografias e predomina na realização das postagens, que raramente foram feitas no ano de 2017 por um colaborador, que colorizava as imagens.

Sendo assim, pode-se dizer que a *fanpage* “Maria do Resguardo” – assim como outras *fanpages* – são uma nova forma de arquivamento das memórias ou uma forma de produzir esquecimentos? A hipótese é de que são as duas coisas ao mesmo tempo só que de forma mais acelerada. O volume de imagens remanescentes é muito grande, se comparado a outras páginas que se propõem a postar fotografias antigas no ambiente digital. Leva-se em conta também que o esquecimento é parte constitutiva essencial do processo de lembrar. Além disso, no *Facebook*, os fãs da “MR” são submetidos a outros diversos estímulos no seu perfil, sendo praticamente impossível registrar tudo o que curtem, comentam e compartilham.

O objetivo é compreender os traços identitários que seus moradores identificam na cidade, a partir de concepções que sustentaram, legitimaram e os constroem no “arquivável”. Busca-se nesta parte do trabalho investigar como se dão os limites entre a história pública e privada nos comentários e *posts*, bem como descrever as histórias de vida e sua relação com a cidade. Às vezes “Maria do Resguardo” faz uma reflexão sobre a postagem nos comentários, questionando ou induzindo mais comentários.

Algumas publicações tiveram alto alcance, chegando a uma média de mais de 15 mil visualizações. Ignorou-se postagens de vídeos, publicidade ou apenas marcando algum perfil. Os sujeitos rememoradores comentam sobre a pichação na década de 1980, por exemplo. Entendeu-se como outro modo de se apropriarem de lugares simbólicos e com grande visibilidade da cidade e ressignificarem seus usos.

Em outro *post* promoveram um debate político sobre a organização da ditadura. Destaca-se que as tropas saíram de Juiz de Fora em 1964, então a estrutura da cidade – com a brigada bem no Centro – desperta este fluxo narrativo. Vários sujeitos pedem imagens desses locais atualmente. Seria isso, conforme interpretação da autora, a busca do passado como forma de compreensão do presente, que ainda tem grupos de direita extremista que ocupam o a região central para fazerem manifestação em defesa do governo autoritário brasileiro desde o ano de 2018.

Os fãs da página trazem dados e referências culturais e históricas. Um dos comentários analisados continha um poema de própria autoria do sujeito sobre a cidade. São diversos atos narrativos que são compostos por micronarrativas. No comentário de outra publicação respondem “vc tá certa”, referindo-se à protagonista “Maria do Resguardo”, que mantém a personagem nas respostas. O gestor Marcelo Lemos pede que os sujeitos não comentem em caixa alta, provavelmente, para evitar que um comentário tenha mais destaque do que outros. E solicita a doação de fotos. Os internautas chegam a debater questões sobre o tempo e a infância (que é a época sempre mencionada). “MR” é classificada como cápsula do tempo por alguns

fãs. A protagonista rebate alguns comentários e chega a se descrever numa das postagens, mais em caráter de *marketing* pessoal do que revelador.

Neste capítulo serão disponibilizadas as publicações com maior número de comentários no ano de 2017 porque se entende que foram temas/espacos que atraíram mais atenção do público. Em geral, os sujeitos rememoradores demonstram afeto por certas casas demolidas no Centro ou que possuíam uma arquitetura eclética, voltando sempre a citá-las. Ficam, inclusive, mais preocupados em debater sobre os monumentos do que falar sobre uma personalidade da época ou questionar sobre as pessoas registradas nas fotografias.

1.2.1 Colégio Stella Matutina

A demolição do colégio e da capela do Stella Matutina foi um marco nas discussões sobre patrimônio na cidade nos anos 1980 (ALMEIDA, 2012). Os comentários sobre uma foto do Colégio Stella Matutina revelam indignação com a perda do prédio do colégio.

- P1 Estudei muitos anos aí. Pena terem posto abaixo essas coisas lindas
 P2 Muito lindo
 P3 H.S, a capela da qual te falei, Rio Branco quase chegando na Itamar Franco
 P4 Este era um marco na história de nossa cidade. Infelizmente a ganância e o progresso (?) acabaram com esta beleza arquitetônica. Resta lamentar e lembrar.
 P5 Saudoso colégio Stella matutina e sua capela demolida. Mais uma agressão ao patrimônio histórico de Juiz de Fora.
 P6 Estudei muitos anos aí. Tão lindo esse Stella!!!
 P7 E a capela era tão bonita.
 P8 Adoro esta foto. Passava muito lá quando criança.
 P9 Considero esta a maior perda de JF, embora entendimentos contrários. Além da perda em si, foi um dos marcos da bela JF que já existiu.
 P10 Gente foi a maior degradação demolir este patrimônio histórico.
 P11 Sera verdade o que ouvi dizer – que a próxima demolição será o Solar Mafalda, ex Grupo Central, que deve virar shopping? Dói só de imaginar! Tomara que não passe de boatos mesmo!
 P12 Também concordo!! Essa foi realmente a maior perda que essa cidade já teve. Uma obra arquitetônica dessas, foi desumano e imperdoável.
 P13 Era do colégio stela matutino onde fiz minha primeira comunhão.
 P14 Inesquecível Colégio Stella Matutina!!! Estudei muitos anos e me formei como professora!! Saudades!!!
 P15 Muito lindo.
 MR Veja mais fotos neste link (blog MR)
 (Comentários extraídos da *fanpage* Maria do Resguardo).

Figura 2 – Colégio Stella Matutina



Fonte – *Fanpage* “Maria do Resguardo”, 10/01/2018.

Nos comentários fica clara a incompreensão das pessoas frente à falta de valorização cultural do bem demolido. A demolição do colégio da capela é tema comum de postagem e é sempre reavivado por diversos membros nos comentários.

1.2.2 Desfiles na Avenida Rio Branco

A Avenida Rio Branco sempre foi o local escolhido para os desfiles militares do 7 de setembro. No período da ditadura militar, os desfiles ganharam uma dimensão maior e o jornal “Diário Mercantil” dava muito espaço para esse evento.

- P1 Gosto muito quando posta essas fotos poderia tentar conseguir mais pode ter certeza quem tem pessoas que tem fotos antigas
 - P2 Mts saudades, amei!!!
 - P3 Desfilei algumas por esta avenida. 65 e 66 pelo então Ginásio Estadual e em 64 pelo 4 Esq. Rec. Mec. Com muito orgulho!
 - P4 Massa!!!!
 - P5 Já trabalhava aí na Av Rio Branco. Vejo o trilho do bonde.
 - P6 Saudades dos bondes.
 - P7 Saudades....
 - P8 Amei.
- (Comentários extraídos da *fanpage* Maria do Resguardo).

Fica destacada nestas narrativas a identificação dos fãs pela recuperação memorialística através de fotografias. Esse disparo é diretamente relacionado ao saudosismo por locais que marcam a identidade da cidade, como é o caso da Avenida Rio Branco, principal via de acesso a Juiz de Fora, com uma extensão que atravessa uma grande parte de pontos

turísticos centrais, onde se encontram a antiga sede da prefeitura, o Parque e a Rua Halfeld, a Catedral Metropolitana, etc. Os bondes são citados sempre na página “MR”.

Figura 3 – Desfile militar na Av. Rio Branco



Fonte: Fanpage “Maria do Resguardo”.

1.2.3 Clube Juiz de Fora

O Clube de Juiz de Fora foi fundado em 1890 e suas instalações ficavam na esquina da Avenida Rio Branco com Rua Halfeld. Um incêndio na manhã de quarta-feira de cinzas, em 1950, acabou por destruir as paredes internas do prédio. O prédio foi demolido e em seu local foi construído um edifício para abrigar escritórios e lojas, sendo os dois últimos andares reservados ao Clube. Em 2015 o Clube deixou de funcionar definitivamente.

Figura 4 – Antigo Clube Juiz de Fora




Maria do Resguardo
...

10 de ago às 15:42 • 🌐

Antigo Clube Juiz de Fora (esquina Halfeld e Rio Branco). Prédio destruído pelo Incêndio no carnaval de 1950.

Foto tirada por Alberto Surerus Moutinho na parte da manhã no dia seguinte ao incêndio. Era o baile do 3º dia de carnaval que contava com a presença de Oscar e Osmar Surerus e entre outras celebridades da época.

<http://www.mariadoresguardo.com.br/search/label/Carnaval?updated-max=2011-03-02T16:32:00-03:00&max-results=20&start=60&by-date=false>

Fonte: *Fanpage* “Maria do Resguardo”.

P1 Nunca tinha visto uma foto do antigo Clube assim tão de perto. Lembro-me que minha mãe falava que naquele ano uma das marchas de maior sucesso dizia algo assim: “esse ano vai pegar no carnaval”. Em que ano foi? 1950?

P2 Também não tinha visto foto do antigo clube, mt bom.

P3 Este prédio foi construído no início da década de 30. Pegou fogo no carnaval de 1950. O novo prédio ficou pronto em 1958.

P4 Que pena! Não sabia! Será que esta antiga e linda edificação sobreviveria ao poder econômico? Seria tombado?

P5 Como é linda a arquitetura antiga! Fico triste quando vejo uma maravilha desta ser destruída, ou pelo incêndio, como foi o caso, ou por desleixo, demolição, etc. Uma pena!

P6 Nunca ouvi falar desse incêndio A gente assusta como a história vai se apagando

P7 O Brasil é um país sem história. Sites como maridoresguardo e que ainda mostra um pouco para gente. Parabéns!!!

P8 Muito interessante.

P9 Muito bacana conhecer a história de nossa cidade...

P10 Não o conheci dessa época

P11 Morava na rua Santa Rita e fui, com meus pais ao local

MR qual foi a sua impressão do que viu?

P13 Tinha 4 anos, só me lembro das chamas e fumaça... !!!

P14 parece o prédio da prefeitura ao lado do parque Halfeld. Ele foi reconstruído?

P15 Que fatalidade! Pegar fogo em pleno carnaval! Naquela época os salões bombavam! Será q houve vítima? E qual a causa do incêndio? Onde poderia obter essas informações e fotos?

MR Não houve vítimas, me parece que foi curto circuito, vou entrar em contato com o Sr. Alberto Surerus, autor da foto para saber mais. *Inclui anexo 4 links do blog com mais fotos.

P16 Realmente era bem parecido com o da Prefeitura. O conjunto arquitetônico da época era lindo. Alguns prédios ainda resistem na Rua Halfeld. Muito parecido gb com o antigo Banco de Crédito Real , hj lojas Riachuelo (descaracterizado).
(Comentários extraídos da *fanpage* Maria do Resguardo).

Nas narrativas memorialísticas da página percebemos que existem curiosidades sobre detalhes do passado e uma sedução para se conhecer fatos sobre monumentos. Tanto que, nesta publicação “MR” responde aos comentários prometendo apurar mais informações e disponibilizando *links* com outras perspectivas do lugar em *posts* anteriores. “Maria do Resguardo” também estimula o caráter descritivo/opinativo dos sujeitos rememoradores.

1.2.4 Hospital Militar

Figura 5 – Hospital Militar



Fonte: *Fanpage* “Maria do Resguardo”.

P1 Bom diaaaa

P2 Para mim, novidade total. Parabéns pela grande contribuição que tem trazido para nossa memória.

P3 Nossa ali foi hospital militar? Arlindo Leite isto é mais Velho do que o rascunho da Bíblia. Arlindo Leite foi prefeito ou vice-prefeito sei lá. Não me lembro mais.
(Comentários extraídos da *fanpage* Maria do Resguardo).

Nesta postagem os sujeitos mais uma vez realçam o valor reminescente da página nos aspectos da memória cotidiana do passado associados a informações da memória oficial,

reunidas em caráter colaborativo através deste arquivo narrativo. Não chamou a atenção os militares retratados, mas sim o local desconhecido. Arlindo Leite é um personagem que volta e meia é citado, às vezes tendo publicações dedicadas em especial à sua figura. Eleito vice-prefeito de Juiz de Fora em 1958, assumiu a prefeitura em 1962, após a renúncia do Prefeito Olavo Costa, que renunciou para concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados. Foi médico militar, professor e um dos fundadores do Sport Club Juiz de Fora.

Figura 6 – Hospital Militar



Fonte: *Fanpage* “Maria do Resguardo”.

P1 Linda foto!

P2 Sabe na Pe Café exatamente?

MR Esquina com a Av. Itamar Franco (Independência).

P3 Muito legal.

P4 Ai não era o Material bélico (oficina de manutenção de armas do exército)?

P5 MUITOOOOO bom lembrar...

P6 Também gostaria de saber, se foi onde era o Material Bélico.

P7 Gosto muito de ver as foto de Juiz de Fora antigas, sou de Juiz de Fora e apaixonada pela essa linda cidade!!!!

P8 Abra a foto H.B. tem uma nota escrita pelo vovô Arlindo

P9 Adoro ver a letra dele.

P10 Parece a letra da sua mãe, ou melhor a dela parece com a dele rrsrsr

F. V. V. mostre ao seu pai

P 11 Sim Tia ...eles estão viajando mas vou enviar por e-mail muito legal ...mas queria saber onde esta o Bivô na foto ???

(Comentários extraídos da *fanpage* Maria do Resguardo)

O Hospital Militar aparece em postagem subsequente e desperta mais uma vez a curiosidade pelo local em detrimento aos cidadãos fotografados. “MR” responde a uma dúvida. A memória pessoal da família do Arlindo Leite (mais uma vez mencionado) aparece através de um vestígio observado na postagem – uma nota escrita por ele.

1.2.5 Garganta do Dilermando

Dilermando Martins da Costa Cruz Filho (1907-1971) foi prefeito de Juiz de Fora entre 1947 e 1950. Era cardiologista e foi médico da polícia militar, vereador, deputado estadual e federal. O nome Garganta do Dilermando foi uma homenagem ao ex-prefeito. A Garganta foi construída com o objetivo de ligar o Centro da cidade à BR-353 e a outros bairros importantes da cidade. A abertura foi realizada no final da década de 1960. A construção da Garganta do Dilermando prolongou a Avenida Rio Branco até o bairro Bom Clima, modificando totalmente a numeração da avenida.

Figura 7 – Garganta do Dilermando



Fonte: *Fanpage* “Maria do Resguardo”, 22.434 pessoas alcançadas.

Nesta publicação os comentários dos sujeitos rememoradores demonstraram nostalgia com a idealização do passado, considerado “bom”. Ocorre um saudosismo, principalmente pelo período da infância. Eles procuram uma relação de verossimilhança com o espaço urbano, ao desvelarem histórias desconhecidas sobre lugares bastante frequentados da cidade. Foram feitas menções ao ruralismo da época retratado na fotografia. “Maria do Resguardo” pergunta a um dos sujeitos a razão de uma crítica e tem respostas detalhadas com curiosidades e fatos rememorados por ele:

P1: Estudei em Juiz de Fora nos anos 1950/1951, época em que foi escavada a "Garganta do Dilermando". Obra duramente criticada pelos eleitores do candidato a prefeito Olavo Costa, do PTB. O então prefeito de Juiz de Fora, Dilermando (UDN?) decidiu prolongar a Av. Rio Branco em linha reta, a partir do bairro Manoel Honório, visando uma ligação da mesma (avenida) à estrada que ligava JF a diversas cidades

próximas. O custo da obra era absurdo para a época. Daí a reação da oposição (PTB) ao Dilermando tendo feito uma crítica desenhando uma caricatura do prefeito com a boca aberta, jorrando notas de 1.000 cruzeiros ladeira abaixo, adaptada justamente a esse "corte" feito no morro da foto. Daí a expressão "garganta do Dilermando". Deu para entender, Maria do Resguardo? Ahrs. (Comentário extraído da *fanpage* "MR", 2017).

1.2.6 Bairro Manoel Honório

O bairro Manoel Horário está localizado na região Leste de Juiz de Fora, mas muito próximo ao centro. Duas das principais avenidas de Juiz de Fora, a Avenida Rio Branco e a Avenida Brasil cortam o bairro. A sua origem está ligada à Fazenda da Divisa, que pertenceu ao Coronal Manoel Honório de Campos. Falecido em 1911, ele foi vereador de Juiz de Fora entre 1895 e 1897. A sede da Fazenda da Divisa ficava na atual Rua Américo Lobo.

Mais uma vez aparece um saudosismo do período da infância. Os sujeitos rememoradores fazem o reconhecimento de alguns elementos e/ou lugares que existiam ou foram modificados: padaria, um bar (que aparece na parte central da fotografia), o crescimento da árvore. Demonstram afetividade pelo bairro e uma sensação de pertencimento, até mesmo de pessoas que já se mudaram de lá há muitos anos.

Figura 8– Fotos antigas e atuais do Bairro Manoel Honório



Fonte: *Fanpage* "Maria do Resguardo", 15.411 pessoas alcançadas.

1.2.7 Parque Halfeld

Figura 9 – Parque Halfeld



Fonte: Fanpage “Maria do Resguardo”, 27.506 pessoas alcançadas.

A fotografia é colorizada, e apenas um dos sujeitos se opõe a esta prática, sendo o único que comenta sobre esta edição na imagem:

P1: “Gosto muito das fotos, mas, nesse caso, prefiro em preto e branco. O parque merece um projeto a partir de um concurso nacional, mas a prefeitura tem que tomar a atitude. Vereadores parecem não ligar muito para essas coisas”.

Pode ser que o fato de ser colorida somado ao lugar de memória com forte poder simbólico, por ser no Centro da cidade, sejam as causas de que esta publicação tenha o maior número de comentários da amostra, totalizando 83 narrativas, excedendo totalmente a média de no máximo 20 comentários por postagem na página.

Percebe-se em diversos comentários que o local do passado foi considerado mais bonito, conservado limpo e cuidado do que o do presente, que, aparece como um lixo, sombrio, degradado, abandonado e destruído. Esta idealização é reforçada quando tratam o lugar como um parque de fato no passado e uma praça maltratada atualmente. Existe uma crítica à evolução, uma noção de que com o passar do tempo houve uma regressão da qualidade daquele local:

P2: “as modificações estragaram tudo”.

Eles reivindicam que o passado deve voltar a existir no presente material deste espaço. Também usam de ironia:

P3: “hoje é tão feio que os ratos são o charme”.

Questionam ainda, as decisões políticas que permitiram e as que perpetuaram esta configuração:

P4: Que beleza, hoje não passa de uma praça mal cuidada, perigosa, tem até feira livre de vez em quando, prostituição, mendigos, assaltantes, traficantes, ambulantes. Lembro-me da Biblioteca Municipal que ficava no meio do parque. O Itamar mandou derrubar e fez lá um parquinho infantil, ridículo, que não durou muito tempo. O pior é que se você pegar qualquer "guia turístico" de Juiz de Fora lá está como atração o Parque Halfeld. Não que o turista que visita nossa cidade (será que isto existe?) vá esperando encontrar um Central Park, mas via ficar muito decepcionado com o que vai ver, o que acha o prefeito Bruno Siqueira? (Comentários extraído *da fanpage* “MR”, 2017).

Os sujeitos rememoradores defendem a preservação dos espaços de convívio de Juiz de Fora, valorizando a arquitetura de antes, cobrando resoluções do poder público. Há uma frustração com relação ao prefeito citado (Bruno Siqueira), este que teve a fama de deixar Juiz de Fora abandonada. A cidade do passado é considerada como atrativa turisticamente, mas a do presente é empobrecida em infraestrutura atrativa.

1.2.8 Trevo do Bom Pastor

O bairro do Bom Pastor surgiu no local chamado anteriormente de Lamaçal, onde havia uma lagoa e algumas casinhas simples. A região pertenceu a José Antônio da Silva Pinto, o barão de Bertioga, fundador da Santa Casa de Misericórdia e vereador nos anos de 1853 a 1865 e de 1861 a 1864. Um serviço de drenagem foi feito na lagoa e em 1948 surgiu o loteamento Jardim Bom Pastor nas terras que pertenceram ao juiz Benjamin Colucci. O trevo do Bom Pastor situava-se na confluência da Av. Dr. José Procópio Filho e Avenida Rio Branco. Durante umas das alterações realizadas na Avenida Rio Branco nos anos 1980 o trevo desapareceu.

Figura 10 – Trevo do Bom Pastor



Fonte: *Fanpage* “Maria do Resguardo”, 19.331 pessoas alcançadas.

Um sujeito rememorador comenta que ainda têm pessoas que reconhecem esta região pelo mesmo apelido do passado, “trevo do Bom Pastor”. Outro comenta que:

P1: “Hoje é uma podriqueira de prédios, haja poluição e viva o dinheiro empresarial”, fazendo uma crítica à expansão puramente econômica da cidade.

O saudosismo da infância aparece como em outras publicações: ex-morador; a bebida de um bar; etc. Um comentário destaca que na época havia poucos recursos, ainda sim era bom. Um deles escreve:

P2: “Muito pega de Gordini neste trevo, depois de alguns bailes no CBP, sem capotar”. Outro diz:

P3: “Lembro Nesse cruzamento começava a festa das Nações e tinha um barzinho no posto Chalé”.

(Comentários extraído da *fanpage* “MR”, 2017).

Alguns outros comentários citavam que o bonde passava neste trecho.

2 NARRATIVAS SOBRE A CIDADE DE JUIZ DE FORA

Ao nos debruçarmos sobre as memórias de uma cidade é preciso compreender que elas são sempre múltiplas e dependem de vários fatores, tais como o tempo e o próprio espaço da narrativa. As cidades residem e, principalmente, se perpetuam na memória de seus moradores. Para entendermos melhor esse processo e as memórias dos espaços, optou-se por analisar as memórias escritas de seus moradores. No entanto, não quaisquer moradores, mas seus memorialistas. A partir deles se deseja entender como Juiz de Fora mudou ao longo do século XX e quais são essas múltiplas cidades imaginadas por eles, cada um em um tempo distinto. Em primeiro lugar, é preciso entender os próprios conceitos de narrativa e de micronarrativas e como elas são produzidas e reproduzidas no nosso cotidiano. Nesse capítulo são analisados esses conceitos tendo como premissa de que as narrativas são dinâmicas e mudam o tempo todo. As múltiplas narrativas sobre Juiz de Fora revelam quais cidades imaginadas são construídas a partir das lembranças de seus memorialistas.

2.1 Sobre o conceito de narrativas e micronarrativas

As micronarrativas estão ligadas aos pressupostos da micro-história e seus desdobramentos. A micro-história, que surgiu na Itália nos anos 1980, a partir da publicação da série “Microstorie” sob a direção de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, sofreu influência da História Social e da “Nova História”. Embora ainda sofrer com o estigma de ser uma “pequena história” (VAINFAS, 2002), e muitas vezes confundida com a História das Mentalidades e História do Cotidiano, a micro-história opera em uma escala reduzida de observação, mas pode nos ajudar a entender os universos das narrativas dos sujeitos da história em qualquer evento histórico. Ao valorizar os indivíduos e suas experiências pessoais, a micro-história traz à tona as memórias individuais e coletivas presentes nas narrativas, além, é claro, de possibilitar “indagar as estruturas invisíveis dentro da quais aquele indivíduo se articula” (GINZBURG, 1989, p. 177-178). Mais do que uma prática historiográfica, a micro-história possibilita uma análise mais aprofundada, pois “toda ação social é vista como resultado de uma grande negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais” (LEVI, 1992, p. 135). Dessa forma, ao se valorizar da trajetória do indivíduo, a micro-história permite um olhar diferenciado não somente sobre a conjuntura do período, mas também sobre as relações sociais engendradas por ele em seu percurso de vida.

As narrativas de memória são compostas de fragmentos. Mas o que são esses fragmentos? Como eles se configuram nos processos memoriais? Em seu ensaio “Plenitude e carência: a dialética do fragmento”, Maria Lúcia Guimarães de Faria (2010) entende o fragmento como uma autêntica manifestação do pensamento e compara duas perspectivas diversas sobre esta forma de expressão: a visão de Schlegel, que enxerga o fragmento como “a centelha primordial de um pensamento em gestação”, e não uma imperfeição; e a de Walter Benjamin, que o entende como a representação melancólica de um mundo que se despedaça: “realizando-se na fronteira entre o entusiasmo da reflexão poética e a angústia de uma meta sempre fugidia, o fragmento reúne dialeticamente o ardor de um pensamento em demanda da perfeição e da dor de nunca chegar a perfazer-se” (FARIA, 2010, p. 2). Schlegel percebe no homem uma tendência natural à fragmentação. A incompletude humana deriva do fato de sermos seres finitos com aspirações ao infinito. Mas toda expressão limita. Assim, ao tentar exprimir o absoluto, o homem cai na miséria de criar representações finitas, concretamente limitadas. O melhor que pode fazer é tentar aprisionar o momento fulgurante de intuição em algo “quase-representável”, e a forma ideal de fazê-lo é através do fragmento.

Ao escolher o fragmento como forma de expressão, Schlegel – como Friedrich Nietzsche, como Dalton Trevisan, como Fernando Bonassi – não o faz de forma arbitrária, mas consciente de que é um formato adequado à fragmentação primordial do próprio eu. É justamente na deveniência, na qual flutuam pequenas plenitudes-relâmpago, que jaz a grandeza do fragmento, pois segundo Faria (2010, p. 9):

A grande originalidade do fragmento reside, portanto, na simultaneidade de caos e cosmos, na interpenetração dinâmica do finito e infinito, na contemporaneidade instantânea da plenitude de um pensamento autopropulsivo e da inevitável limitação decorrente da finitude radical do conhecimento humano.

Os fragmentos são elementos que constroem e reconstroem as narrativas, pois diante do reconhecimento do homem como um ser de facetas múltiplas, sujeito a forças que o atravessam e o transformam continuamente, “o fragmento surge como um microcosmos que contém o todo, não despedaçado em diversas partes que representam cada qual um aspecto de uma unidade original, mas como pequenas representações desse todo, com todas as contradições e paradoxos inerentes à consciência humana” (OLIVEIRA, 2016, p. 99). Wendell Guiducci de Oliveira completa que o texto fragmentário encarna a incompletude.

Em sua análise fragmentária no barroco alemão, Walter Benjamin elabora uma interpretação um tanto melancólica do fragmento, encarando-o como a representação de um mundo real em ruínas, feito em estilhaços, descontínuo. “Benjamin percebe o fragmento como

a ruína do todo, e o sentimento que lhe inspira, longe do entusiasmo autopropulsivo de Schlegel, é a nostalgia pela perda irrecuperável de uma totalidade amada e sagrada” (FARIA, 2010, p. 11). O fragmento é, segundo a visão benjaminiana, uma alegoria de sua própria alma despedaçada, não em um mero sentido ilustrativo, mas como uma forma de expressão autêntica. “Todavia, transformado em alegoria, um objeto perde sua expressão autônoma, sua vida: morto, desprovido de vitalidade, passa a ser o que alegorista deseja que seja” (OLIVEIRA, 2016, p. 104). A alegoria é, então, segundo Oliveira, um modo de expressão adequado a um mundo em processo de esquartejamento, onde as coisas, arrancadas de sua totalidade, tornam-se escombros desprovidos de sentido, abertos a significações quaisquer que possam ser-lhes atribuídas.

Pelas fendas e brechas que se criam ao longo desta fronteira infinita, são inúmeras as condições de leitura das micronarrativas enquanto fragmentos, indisciplinadas, abertas. Janet Murray (2003), no que se refere ao fragmento, destaca que os ambientes digitais são: procedimentais, participativos, espaciais e enciclopédicos. Estes meios são procedimentais porque funcionam como um motor, no qual os procedimentos colaboram com as estruturas das narrativas, já que as redes sociais fomentam os registros da memória cotidiana, apresentando ferramentas e formas de elaboração de narrativas de memória, levando a participações interativas. Devido à imersão dos ambientes digitais, a autora afirma que eles favorecem a espacialidade e o enciclopedismo. Murray busca compreender a evocação da experiência cotidiana e da percepção dos momentos, através de uma assinatura emocional: “a fragmentação da estrutura narrativa representa padrões de fragmentação histórica, e os modelos de leitura ecoam esforços dos personagens para reconstruírem o passado de modo a restaurar a coerência perdida” (MURRAY, 2003, p. 49).

Segundo Murray, a internet permite a criação de narrativas em forma de mosaicos, criando justaposições, tal como acontecem nas narrativas do cinema, possibilitando uma leitura da memória social através das junções de seus vários pedaços. Nesse sentido, “[...] o computador oferece-nos maneiras de dominar a fragmentação. [...] Ele nos proporciona um caleidoscópio multidimensional, com o qual podemos reagrupar os fragmentos tantas vezes quantas quisermos, e permite que transitemos entre padrões alternados de organização em mosaicos” (MURRAY, 2003, p. 155).

Adota-se nesta pesquisa a noção de narrativa apresentada por Leticia Matheus (2011), em que o narrar é uma trama de ações, sentimentos e tempos em contínuo processo de significação. A autora explica as camadas temporais que se desenrolam na duração narrativa e

que: “a linguagem é o único acesso ao tempo” (MATHEUS, 2011, p. 217). Para ela, o narrar é sinônimo de comunicar e de uma transfiguração temporal.

Vera Figueiredo (2010) defende a revalorização da narrativa como instância de organização da experiência, da conexão com o outro, da retomada identitária: “As micronarrativas [...] assumindo-se como centro de definição do sentido de sua própria vida” (FIGUEIREDO, 2010, p. 88). E ela sintetiza que: as narrativas locais de experiências vividas se oporiam, tanto à temporalidade associada ao progresso pela modernidade, quanto ao esvaziamento do tempo operado pelo cibercapitalismo e pela globalização. Figueiredo comenta que nas construções contemporâneas aquele que narra passa a ser valorizado como lugar de ancoragem, na primeira pessoa, sem que seu relato precise respeitar o pacto de relação com o formato das mídias. O artista mantém o elo com o real em função de ser a voz que narra, de sua autorreferência. O que passa a importar é o seu olhar perante a comunidade. Figueiredo também distingue as diferentes produções e estabelece uma prioridade: “Em meio à guerra de relatos, toma-se partido daquele que parte do indivíduo comum, não porque seja mais fiel aos fatos, mas porque tem a marca pessoal, constituindo um esforço voltado para a construção da memória, da identidade e do sentido” (FIGUEIREDO, 2010, p. 94). Tal esforço dos conceitos mencionados colabora ainda para desdobramentos que levam ao fortalecimento da defesa de determinadas causas sociais, pelo valor afetivo, intelectual e representativo que podem ser estabelecidos tanto no indivíduo, quanto no grupo do qual faz parte.

Mariana Musse (2017) trata do cotidiano enquanto narrativas no livro “Narrativas fotográficas no Instagram” e mostra a experiência vivida no agora, no instantâneo, enquanto no âmbito de pesquisa, os registros fotográficos se referem ao passado. A autora trata da era do retrato, da Era Kodak e da Era Digital. Ela reflete sobre o álbum digital e as novas formas de guardar fotografias no contexto digital. Debate a questão do armazenamento de fotografias e lembranças, que, segundo questionamentos da autora, se tornaram objetos de distribuição com um valor temporal de intercâmbio, sujeitas a reciclagens e reformulações. Traz também a noção de álbum afetivo. E, problematiza o deslocamento da narração das fotos para o espaço público.

Definimos nossa identidade individual e coletiva através de histórias e nossa história individual se tece a partir de outras narrativas. Com o avanço das tecnologias de comunicação, grande parte da nossa subjetividade passa a ser composta pelo nosso consumo de mídias e redes sociais. Reforça-se desse modo o papel das narrativas de memória nos processos comunicacionais, uma vez que a memória está ligada à linguagem. Para Ecléa Bosi, que trabalhou com narrativa de idosos moradores da cidade de São Paulo, “A narração é uma forma

artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o ‘em si’ do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa” (BOSI, 1994, p. 88).

Na modernidade, as grandes narrativas possuíam uma significativa força na vida das pessoas, eram elas que davam sentido para o passado, o presente e o futuro da humanidade. Tramas que prometiam uma visão positiva do indivíduo em relação à sociedade, com ideias de liberação, transformação e evolução. Eram narrativas que sustentavam padrões, crenças, seguranças e esperanças, de lutas contra desafios para um futuro positivo.

Porém, essas grandes narrativas, explicativas sobre o mundo que serviam como referências para sociedade, começaram a enfraquecer a partir do século XX e se perderam na pós-modernidade. Assim temos que, frente à crescente globalização, recentemente viabilizada pela ascensão das novas mídias, que promovem o fluxo constantemente crescente de informações, ideias e conhecimentos, que promove a atualização constante de conceitos sobre todos os aspectos da nossa realidade, tornando-a um simulacro, nosso mundo se fragmenta e se torna fluido, colocando em cheque a solidez de preceitos e identidades das instituições da sociedade tradicional. Walter Benjamin (1994), em seu ensaio “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, discute o papel do narrador e das narrativas tradicionais na modernidade. A crise da memória e da narrativa, segundo esse autor deve-se principalmente porque “a arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção” (BENJAMIN, 1994, p. 201). Benjamin (1994) aponta que as narrativas escritas alimentam a tradição oral.

Por isso, temos que uma diferença relevante entre a modernidade e a pós-modernidade está na construção das narrativas. É o fim das grandes narrativas, que podiam confortar com explicações sobre a vida. Nesse sentido, as micronarrativas trazem um elemento primordial na atualidade: elas são acessíveis a qualquer um, através das mídias digitais. As micronarrativas devem ser então, capazes de criar identificação nos receptores, desenvolvendo a sensibilidade das pessoas com discursos que podem ser criativos, particulares e íntimos. São autobiografias curiosas e afetivas dos indivíduos, que nesta tese são feitas com relação à cidade de Juiz de Fora, estimulando o compartilhamento de suas experiências, sentimentos, constituindo o reflexo da sua crítica ou do seu envolvimento e do orgulho ou rejeição em fazer parte de uma narrativa maior, podendo levar a uma compreensão dos espaços e objetos da cidade, acessados pelas lembranças acionadas pelas fotografias digitais.

2.2 A cidade de Juiz de Fora nas lembranças de seus memorialistas

Conhecida por ser “um trecho de terra cercada de pianos por todos os lados” MENDES, 2018, p. 74), como ressalta em seu livro de memórias “A Idade do Serrote”, publicado originalmente em 1968, o poeta juizdeforano Murilo Mendes, Juiz de Fora é uma cidade repleta de memórias. Murilo Mendes, que teve uma carreira profícua como poeta deixou nessa obra publicada originalmente em 1968 suas impressões e memórias daquela que é considerada a “Atenas Mineira” ou “Manchester Mineira”. Murilo Mendes nasceu em Juiz de Fora a 13 de maio de 1901 e morreu em Lisboa no dia 13 de agosto de 1975. Em seu livro de memórias, publicado pela primeira vez em 1968, descreve a cidade natal e sua paisagem urbana com a narrativa baseada na memória histórica e social de Juiz de Fora. O cenário da infância no interior mineiro conecta-se com um mundo de informações culturais que compõem o cotidiano daquele “menino experimental” de “olho precoce” – o poeta quando adolescente. Nesse contexto, Juiz de Fora ocupa posição central nas menções à Rua Halfeld e seu *footing*.

A tradição memorialista da cidade passa pelo educador José Rangel que descreveu suas memórias de infância em Juiz de Fora. José Rangel, escritor, um dos fundadores da Academia Mineira de Letras, nasceu em Pitangui em 17 de agosto de 1868. Em 1877 mudou-se com a família para Juiz de Fora. Em seu livro de memórias “Como o tempo passa!”, publicado em 1940, ano de sua morte, ele relata suas experiências na cidade natal, a chegada em Juiz de Fora, as primeiras impressões de uma cidade que já era bem povoada naquela época. Rangel perdeu o pai aos 12 anos de idade, tendo sua mãe ficado viúva com seis filhos pequenos. Em Juiz de Fora estudou no Colégio Progresso e no Ateneu Mineiro. Posteriormente foi estudar na Escola de Farmácia de Ouro Preto e embora não tenha concluído seus estudos trabalhou como farmacêutico em Juiz de Fora (KAPPEL, 2019). José Rangel foi educador e diretor da primeira escola pública da cidade de Juiz de Fora, inaugurada em 4 de fevereiro de 1907 (YAZBECK, 2007). Em 1922 mudou-se para a capital federal, Rio de Janeiro, onde exerceu a função de diretor da Escola Normal. A Juiz de Fora retratada por José Rangel, embora fosse na ocasião a maior cidade do estado de Minas Gerais, é ainda uma cidade rural e pacata. Em suas memórias de infância, Rangel apresenta aspectos bucólicos de uma cidade que começa a florescer, mas que ainda possuía poucas ruas.

Outra contribuição valiosa são os livros do maior memorialista brasileiro, o médico Pedro Nava. Pedro da Silva Nava nasceu em Juiz de Fora, em 5 de junho de 1903. Passou sua infância em Juiz de Fora, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Médico, ilustrador, poeta bissexto, Pedro Nava participou do movimento modernista em Minas e é considerado o maior memorialista brasileiro. Começou a escrever suas memórias em 1968, logo após a morte da mãe. Publicou seis livros de memória, deixando o sétimo incompleto quando se suicidou no

Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1984. Nos dois primeiros livros, *Baú de Ossos e Balão Cativo*, Pedro Nava retrata o período dos 10 primeiros anos de sua vida entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, descreve o cotidiano da família e sua ascendência familiar. No quinto volume de suas memórias, *Galo das Trevas*, Pedro Nava retoma sua narrativa sobre Juiz de Fora, de volta à cidade em 1926, já como médico. No entanto, nas narrativas desse período, Pedro Nava assume o personagem José Egon Barros da Cunha, supostamente seu primo. Juiz de Fora passa a se chamar Desterro. Ele muda os nomes das pessoas e dos lugares, mas é possível identificá-los. As representações dos espaços na obra de Pedro Nava têm grande importância, e segundo Aguiar (1998) são como extensões de si próprio, da sua narrativa de memória. Com descrições ricas das pessoas com quem conviveu, dos costumes e dos espaços percorridos, a obra de Pedro Nava é uma fonte inesgotável de informações sobre os espaços e cotidiano das cidades por onde andou: Juiz de Fora, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Pedro Nava é um colecionador de objetos da família e suas memórias, “*um bricoleur*” (HENRIQUES, 2015). A sua narrativa sobre os espaços onde viveu é rica e nos ajuda a entender Juiz de Fora no início do século XX, quando a cidade ainda possuía um ar europeu, mas era uma espécie de “Europa dos pobres”.

E, finalmente, Rachel Jardim e suas memórias dos anos 1940. Rachel Jardim distingue-se dos autores anteriormente citados por ser a única mulher do grupo. Nascida em Juiz de Fora em 18 de setembro de 1926, a obra de Rachel Jardim é essencialmente memorialística. Formada em Direito pela PUC/RJ, foi funcionária pública, tendo inclusive dirigido o serviço de Patrimônio Cultural e Artístico do Rio de Janeiro. Rachel Jardim publicou vários livros de memória e contos. Em seu primeiro livro, “Anos 40: a ficção e o real de uma época”, ela retrata os costumes, os hábitos e os espaços que frequentou em Juiz de Fora nessa década, principalmente no período em que morou interna no Colégio Stella Matutina. Rachel Jardim reconstrói o cotidiano das famílias nos anos 1930 e 1940 e aponta a rigidez dos costumes numa cidade muito provinciana (ROCHA; PEREIRA, 2009). Com base nos textos desses quatro autores iremos descrever alguns espaços da cidade de Juiz de Fora, conjugando as memórias com os períodos históricos correspondentes.

Nessa lista ainda podemos apontar as memórias de Inácio Gama que foram citadas por Albino Esteves (1915) em seu “Álbum do Município de Juiz de Fora” e por Pedro Nava em seu “Baú de Ossos”, mas cujo manuscrito se perdeu ao longo do tempo. Essa tradição memorialista resultou em descrições de espaços e lugares da cidade que se modificaram ao longo de sua existência.

2.2.1 Avenida Rio Branco

A avenida Rio Branco é a principal avenida de Juiz de Fora e corta a cidade no sentido eixo norte e sul. Era uma picada nas terras da fazenda “Juiz de Fora”, de Antônio Dias Tostes. Esta picada posteriormente deu origem à Avenida Rio Branco, construída em 1836 pelo engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld a pedido do governo imperial. Sua primeira designação foi Estrada do Paraibuna (ou Estrada Nova ou Estrada Geral). Posteriormente teve seu nome mudado para Rua Principal, e em 1860, já como Rua Direita teve plano aprovado na Câmara Municipal para ampliação de ruas adjacentes. José Rangel assim descreve a Avenida Rio Branco no final do século XIX, como rua ainda muito ligada aos aspectos rurais:

Na época a que me refiro, a zona urbana habitada, era bastante circunscrita – a Rua Direita, hoje Avenida Rio Branco, ia do Lamaçal⁷ ao Largo do Riachuelo, servindo de eixo para as ruas transversais; um pouco adiante do local onde se instalou o Jardim de Infância, existia o Hotel dos Bambus, assim denominado por se encontrarem em frente ao prédio baixo e mal conservado, dessa hospedaria, duas enormes touceiras de bambus, separados por alguns metros, mas cujas folhagens formavam cúpula fechada, com sombra acolhedora, sob a qual via uma tosca mesa redonda, em que se jogava a matilha ou o solo [...] (RANGEL, 1940, p. 52).

A Rua Direita era cortada pelo córrego Independência, que depois de canalizado deu origem à Av. Independência⁸. Para atravessar o córrego foi construída a Ponte do Queiroz, na altura da Rua Rei Alberto. José Rangel descreve como era precária a Rua Direita no final do século XIX, retrata uma cidade ainda muito rural, ligada à produção cafeeira e sem o glamour que ela iria adquirir no início do século XX com seus casarões e mansardas:

Da rua Direita, realmente reta, por exceção, só o centro era calçado a “macadam”⁹, em faixa estreita, e sem conservação, o resto era poeira ou lamaçal; no seu ponto de convergência com o largo do Riachuelo, existiam dois coqueiros de cada lado e, a eles correspondentes, outros tantos marcos salientes de granito lavrado; coqueiros e marcos semelhantes se erguiam, por sua vez, na ponte do Queiroz, sobre o córrego Independência, que atravessava a rua a descoberto” (RANGEL, 1940, p. 60).

Figura 11 – Avenida Rio Branco em 1908, na altura do Parque Halfeld

⁷ Região do atual bairro do Bom Pastor.

⁸ Atual Avenida Presidente Itamar Franco.

⁹ Técnica criada pelo engenheiro escocês John Loudon McAdam e introduzida no Brasil por Mariano Procópio quando da criação da primeira estrada pavimentada do país, em 1861.



Fonte: Blog Maria do Resguardo.

No início do século XX são erguidos casarões na parte sul, em direção ao bairro Alto dos Passos, nos dois lados da Avenida Rio Branco. Esses casarões dos barões de café foram sendo destruídos ao longo do século XX e atualmente muitos poucos restam para contar a história dos tempos áureos da cidade. Pedro Nava descreve a Rua Direita dividindo-a ao meio pela Rua Halfeld: o lado sul era o lado conservador e institucional da cidade: Câmara, fórum, igreja matriz, Santa Casa de Misericórdia e cadeia, enquanto o lado norte era mais irreverente e alegre, tais como o Parque Halfeld, o Largo do Riachuelo, as fábricas, as ruas de prostituição e a maçonaria.

Nasci nessa rua, no número 179, em frente à Mecânica¹⁰, no sobrado onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a Avenida Rio Branco hesitou minha vida. A direção de Milheiros e Mariano Procópio. A da Rua Espírito Santo e do Alto dos Passos. [...] Além de dar assim leste e oeste para a escolha do destino, a Rua Direita é a reta onde cabem todas as ruas de Juiz de Fora. [...] É assim que podemos dividir Juiz de Fora não apenas nas duas direções da Rua Direita, mas ainda nos dois mundos da Rua Direita. Sua separação é dada pela Rua Halfeld (NAVA, 1983, p. 19).

A atual designação foi atribuída em 18 de outubro de 1912, logo após a morte do diplomata José Maria Paranhos, o Barão do Rio Branco. A Avenida Rio Branco foi o principal trajeto das linhas de bondes que ligavam o centro da cidade a alguns bairros. Pedro Nava reforça em outro trecho de suas memórias os edifícios e os habitantes dessa avenida, com várias instituições públicas, mas também outras não tão aceitas pela sociedade de Juiz de Fora, como a maçonaria, por exemplo.

¹⁰ A Mecânica Mineira foi fundada em 1889 por Belisário Fonseca. Ficava no Largo do Riachuelo, esquina com Av. Rio Branco e Av. Getúlio Vargas. Hoje abriga o edifício Prefeito Adhemar Resende Andrade (prédio da Cesama) (FAZOLATTO, 2001).

O caminho para a casa de minha avó – do nosso 142 ao 179 – eu o fazia de mãos dadas com minha prima e minha mãe. Essa dirigia nossos passos com cautela de navegadora. Vínhamos pelo lado par, até a casa do Dr. Beauclair que estava sempre na janela. [...] Vinha depois a casa do Barão, cujas calçadas eram evitadas por todas as pessoas que temiam remoques, injúrias e até águas sujas na cabeça. [...] E logo adiante ficava, misteriosa e muda, a infame Maçonaria¹¹. Outro desaforo, na opinião de minha Mãe. NAVA (1983) p. 284.

A Avenida Rio Branco passou por diversas modificações ao longo de sua existência, não só na sua extensão, mas também em seus aspectos arquitetônicos-urbanísticos. Em 1915, quando da publicação do *Álbum do Município de Juiz de Fora*, ela possuía 3.550 metros de extensão e ia do Largo do Riachuelo até o Asilo de Mendigos, no Lamaçal¹². Foi projetada como uma rua muito larga, possibilitando a criação de duas pistas exclusivas para ônibus e quatro pistas laterais para carros, modificações efetuadas na década de 1980, pelo então prefeito Antônio Mello Reis¹³ e que persistem até hoje. Sobre as modificações da avenida, Rachel Jardim descreve como era a cidade nos anos 1940, com seus palacetes e casarões dos barões de café:

Da cidade, o que eu mais gostava mesmo, era a Avenida Rio Branco, onde ficava o colégio. Disseram-me que também cortaram as árvores. Deve ter sido algum prefeito progressista, desses que devastam impunemente o interior e põem bustos nas praças. A Avenida Rio Branco, à medida que ia subindo, ficava cada vez mais bonita. Iam aparecendo as casas apalacetadas, as mansões. De tarde, havia sempre mangueiras regando os jardins. As mansões e os palacetes tinham as mais diversas influências: inglesas, francesas, mexicanas, espanholas. Mas, estavam impregnadas de imaginação, de atmosfera. Alguns tinham tetos amansardados, sótãos. Até telhados de ardósia havia (JARDIM, 1985, p. 16)

A descaracterização da Avenida Rio Branco teve início nos anos 1960, mas foi a partir dos anos 1970 que o processo se acelerou e os casarões foram sendo demolidos para a construção de prédios de apartamentos e principalmente escritórios. O jornalista Dormevilly Nóbrega já fazia esse alerta no jornal *Diário Mercantil* de 1978¹⁴: “A cidade está sendo descaracterizada. [...] Se vamos derrubando tudo indiscriminadamente, o passado ficará pura e simplesmente histórico”. Pouco restou da Avenida Rio Branco presente nas lembranças dos memorialistas da cidade.

¹¹ Loja Maçônica Fidelidade Mineira, fundada em 18 de março de 1870 e que ainda se mantém em atividades no mesmo local, antes num antigo sobrado, hoje num prédio construído na Avenida Rio Branco, número 1962.

¹² Atual Asilo João Emílio, no bairro do Bom Pastor

¹³ Francisco Antônio de Mello Reis foi prefeito de Juiz de Fora de 1977 a 1983.

¹⁴ AMARAL, João Carlos. Os casarões aos poucos vão caindo e a cidade vai perdendo a sua memória histórica. *Diário Mercantil*. 12 e 13 de fevereiro de 1978.

2.2.2 Rua Halfeld

A Rua Halfeld é a principal rua da cidade de Juiz de Fora. Ela tem seu início no bairro São Bernardo, cruza o Rio Paraibuna e vai até o sopé do Morro do Cristo. Como dizia Pedro Nava em suas memórias: “A Rua Halfeld desce como um rio, do Morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação” (NAVA, 1983, p. 20) e divide a Av. Rio Branco em duas partes: a parte sul do Alto dos Passos e a parte norte, do Mariano Procópio. Segundo Albino Esteves (1915), a Rua Halfeld foi aberta em 1854, tendo inicialmente sido chamada de Rua Nova. Posteriormente, a rua passou a ter dois nomes, no trecho entre a Avenida Rio Branco e o Rio Paraibuna era chamada Rua Califórnia e no trecho entre a Câmara até o sopé do Morro era chamada Rua da Câmara. Após a morte do engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, a rua passou a se chamar Rua Halfeld, englobando as duas ruas.

Em 1884 foi implantado o sistema de mão única na rua, e em 1889 foi inaugurado o sistema de iluminação pública da rua. Em relação aos aspectos arquitetônicos, podemos ver por foto tirada nos anos 1870 construções de pau-a-pique, com casas baixas e muito simples, a maioria delas, casas comerciais. No final do século XIX e começo do século XX as construções vão sendo desmanchadas e surgem prédios neoclássicos e de inspiração eclética, dominante nesse período, na sua maioria eram casas comerciais. Nos anos 1930 e 1940, a rua se transforma novamente dando espaço para construções art-déco¹⁵.

Direi, entretanto, que a rua Halfeld é uma reta muito comprida, começando às margens do Paraibuna e terminando além da Academia do Comércio. Nos dois lados levantam-se casas, sobressaindo, pelo menos no meu tempo de menino, a Livraria Editora Dias Cardoso, uma das minhas delícias de então; e a Casa da América, sortida com uma infinidade de objetos e instrumentos de toda espécie; delícia e terror, pois entre eles torqueses, serrotes, martelos, tenazes, tesouras, alicates (MENDES, 2003, p. 74).

A transformação da rua Halfeld na principal rua da cidade deve-se em parte pelo ponto estratégico em que ela se transformou, pois ligava a Antiga Estrada União & Indústria, e posteriormente a Praça da Estação – ligações da cidade com o mundo exterior – ao Parque Halfeld, ponto central da urbe juizdeforana.

A rua Halfeld foi e ainda é palco de passeatas e manifestações que normalmente se concentram no Parque Halfeld e descem até a Praça da Estação ou fazendo o caminho inverso, tal como na manifestação do dia 21 de agosto de 1912 quando uma manifestação de trabalhadores reivindicando a adoção de 8 horas diárias de trabalho foi dispersa aos tiros pela

¹⁵ Estilo arquitetônico surgido nos anos 1910 e que teve seu auge nos anos 1920 e 1930. Em Juiz de Fora encontramos muitos imóveis nesse estilo e que foram construídos na década de 1940.

polícia, resultando na morte de uma pessoa (LOPES, 1973). Foi desde o seu início como uma rua comercial, o local do *footing*, passeios dos jovens em busca de conhecer outras pessoas, local das paqueras, principalmente após as saídas dos cinemas.

A Rua Halfeld que era a principal, ficava em frente ao parque. Muito feia, mas também típica desse gênero de cidade. Construções de cimento, sem nenhum estilo. Sorveterias. [...] Na Rua Halfeld não passei muito. Era pouco dada a *footings* e sempre achei aquele desfile apenas folclórico. Nem eu, nem Laura, jamais fizemos parte dele (JARDIM, 1985, p. 14).

Figura 12 – Rua Halfeld, em foto tirada do Parque Halfeld, 1932.



Fonte: Blog Maria do Resguardo.

2.2.3 Parque Halfeld

O Parque Halfeld embora possua o nome de parque é a principal praça da cidade de Juiz de Fora. Sua primeira designação foi Jardim Municipal, mas também eram utilizados os nomes Largo Municipal ou Largo da Câmara. Sua origem deve-se à venda do terreno à municipalidade pelo casal Cândida Maria Carlota Tostes e Henrique Guilherme Halfeld, em 1854. O casal doou a água do córrego da Candinha em 1857, que serviu para alimentar a fonte que existiu durante muito tempo no Jardim (FASOLATTO, 2007). Nesse período o Jardim Municipal era ainda um local utilizado para lavagens de roupas, como aponta José Rangel em suas memórias do século XIX:

No local do Jardim Municipal [...] havia, então, apenas, um extenso vassoural, entremeado de trilhos, no centro do qual vinha ter uma bica, cuja água era conduzida por uma canalização sumária de bambus com espeques, vinda da serra, servindo esse local para a lavagem de roupa da gente circunvizinha; era comum ver-se, a certa hora, todo o vassoural coberto de peças para corar, assim como as lavadeiras, de saias arregaçadas, animando a paisagem com cantigas cadenciadas ao ritmo do movimento das cadeiras, batendo a roupa ensaboada e enxaguada, ou atando as trouxas, de regresso à hora do sol posto” (RANGEL, 1940, p. 54-55).

Em foto do acervo do Museu Mariano Procópio (RODRIGUES, 2012, p. 84), tirada por ocasião da inauguração do fórum (atual prédio da Câmara Municipal) em 1878 podemos ver que o jardim já se encontrava sem os tais bambus mencionados por Rangel em 1877. Não conseguimos obter informação sobre essas modificações, mas provavelmente o Jardim deve ter sofrido uma intervenção para a visita do imperador D. Pedro II, que veio à cidade para a inauguração. Em 9 de outubro de 1879, o vereador Marcelino de Assis Tostes (Barão de São Marcelino) fez um pedido à Câmara Municipal para que o espaço fosse ajardinado pelo sistema inglês, com árvores e relva, sendo contratado o arquiteto Miguel Antônio Lallemant, em 1880. No projeto constava cercadura por gradil, construção de quiosque, fonte, figuras ornamentais etc. Essa é a configuração do parque na virada do século XIX para o século XX. É sobre o período em que o parque era gradeado que nos fala Murilo Mendes: “O Jardim Municipal então muito mais belo que hoje, simbolista, fechado, de altas grades, árvores copadas, regatos artificiais e pontes, pavões rodando a cauda, crianças brincando de roda, parasitas, micos, preguiças [...]” (MENDES, 2003, p. 54).

Em 31 de julho de 1901, através da Resolução nº 472, o Largo Municipal recebeu o nome de Parque Coronel Francisco Mariano Halfeld, em homenagem ao filho do Henrique Halfeld, que juntamente com a esposa doou recursos para o embelezamento da praça. A inauguração das obras do Parque Halfeld, realizadas pela Firma Pantaleone Arcuri & Spinelli e custeadas pelo Coronel Francisco Mariano Halfeld, foi no dia 05 de outubro de 1902. Essa configuração do Parque Halfeld é aquela recordada por Pedro Nava em suas memórias de infância e que foram modificadas em 04 de abril de 1923 com a retirada do gradil pelo prefeito José Procópio Teixeira¹⁶:

Melhor ainda e mais aventureira era a travessia da rua e o embrenhamento no sertão do Parque Halfeld. Tinha a *cabana*, toda feita de troncos de bambu de alvenaria e que se galgava por troncos de cimento deitados sobre águas vertiginosas. É tudo o que ficou do velho jardim. Foi-se o repuxo onde nadavam peixes vermelhos, azulados e d’oiro vivo. Foram-se as árvores. Foi-se o prédio central onde diziam que era a biblioteca. Era um palácio gótico-romântico-renascentista-barroco-neoclássico cheio de colunas torcidas como as do baldaquino de São Pedro do Vaticano. [...] o pavilhão

¹⁶ Nessa ocasião foi colocado o busto de Henrique Guilherme Halfeld que se encontrava na Praça João Penido (Praça da Estação). Talvez essa seja a origem da confusão das pessoas em acharem que o nome deve-se ao Henrique Halfeld, quando na verdade deve-se ao filho dele: Francisco Mariano Halfeld.

era delicioso e estava incorporado à paisagem urbana e moral de Juiz de Fora, com os dizeres da mudança do nome de Parque Municipal para Parque Coronel Francisco Mariano Halfeld (NAVA, 1983, p. 278).

Pedro Nava, em retorno a Juiz de Fora em 1926 assim descreve o primeiro passeio ao Parque Halfeld após anos afastado da cidade:

Entre galhos e folhagens e araras coloridas de verde vermelho azul amarelo e de seu grito gutural – via-se ainda o pitoresco pavilhão da Biblioteca com suas janelas de arco ogival e diante dele um repuxo todo colorido das cores cruas em linhas cheias de graça que o tornavam merecedor de ir para Cnossos e enfeitar o Palácio do Rei Minos. [...] Virando e pegando o terceiro trecho, de frente ao Fórum via-se ziguezague da ponte de cimento que ia para a construção chamada Choupana feita dum trançado de alvenaria e cimento imitando caramanchão que tive sido construído com bambu imperial e recoberto de sapé (NAVA, 1981, p. 185).

Não se sabe ao certo quando foi construído o prédio da biblioteca ou pavilhão mourisco, citado por Pedro Nava e que se encontrava no meio do Parque Halfeld, mas ele foi demolido durante as reformas realizadas pelo Prefeito Menelick de Carvalho, em 1934. Essas reformas vieram dar continuidade àquelas iniciadas pelo Prefeito Pedro Marques em 1932. No mesmo local onde fora erguido o pavilhão mouriso é construído em 1934 um prédio no estilo *art déco*, projetado por Rafael Arcuri que abrigou no térreo a Rádio PRB-3 e no andar superior, a Biblioteca Municipal. Assim recorda Rachel Jardim sobre essas modificações do Parque Halfeld:

O parque já era outra atmosfera, uma espécie de mundo da fantasia. Soube que cortaram quase todas as árvores, porque estavam ‘doentes’. Eram lindas, antigas, copadas. Existiam pontes e tocas de peixes. Ao meio-dia parecia tudo parado como um retrato. Os caramanchões emergiam da folhagem. Havia caminhos de cascalho, e as samambaias margeavam o riozinho claro. O velho chafariz onde minhas tias tiravam retratos quando mocinhas, durou pouco. Puseram abaixo para construir um prédio de cimento, onde instalaram a rádio oficial” (JARDIM, 1985, p. 14).

Durante esse período, descrito por Rachel Jardim em suas memórias, e na administração do Prefeito José Celso Valadares Pinto (1942) foram derrubadas todas as palmeiras imperiais que existiam no Parque e que aparecem bem pequenas na foto da inauguração do fórum¹⁷. O parque sofreu várias modificações ao longo da sua existência, tendo em 1966, durante a segunda administração do Prefeito Adhemar Rezende de Andrade, sido demolido o prédio da Biblioteca Municipal. Além disso, os passeios foram diminuídos em função da criação de estacionamentos para carros. O Parque sofreu intervenções em 1981, durante a administração do Prefeito Antônio de Mello Reis e em 1999, durante a segunda administração do Prefeito Tarcísio Delgado, quando foi realizada uma reforma, priorizando a questão da iluminação que era bastante precária. Nessa ocasião são construídas estruturas de madeira em vários pontos para

¹⁷ Pedro Nava, no livro Galo das Trevas conta que havia nove palmeiras no Parque e duas em frente ao Fórum.

abrigar feiras livres. Em 29 de dezembro de 1989 é decretado o Tombamento do Parque Halfeld, pelo então Prefeito Carlos Alberto Bejani.

Figura 13 – Parque Halfeld e antigo prédio da Prefeitura, atual Funalfa.



Fonte: Blog Maria do Resguardo.

2.2.4 Museu Mariano Procópio

O Museu Mariano Procópio foi aberto como um museu particular em 1915, pelo colecionador Alfredo Ferreira Lage, na casa de sua família em meio a um parque no bairro Mariano Procópio. O complexo do Museu Mariano Procópio é composto por dois prédios históricos: a *Villa Ferreira Lage*, finalizada em 1863 e o prédio do Museu Mariano Procópio, inaugurado em 1922 e que sofreu acréscimos posteriores, um parque com 78.000 metros quadrados de extensão e um prédio administrativo. Primeiro museu de Minas Gerais, o Museu Mariano Procópio é uma referência na cidade de Juiz de Fora e no estado, e está sempre presente na memória das pessoas da cidade. José Rangel lembra do “castelo” como um edifício lindo no alto de uma colina em suas memórias do final do século XIX:

Daí em diante, um trecho da Estrada União Indústria levava ao bairro da “Companhia”, hoje “Mariano Procópio”, – designação aquela atribuída ao fato de se encontrarem aí os escritórios da afamada empresa de transportes. Nesse bairro já existia, então, o maravilhoso parque cujo castelo passava tempos a ilustre dama Maria Lage, muitas vezes acompanhada de príncipes e princesas, em delicioso veraneio” (RANGEL, 1940, p. 53).

Figura 14 – Villa Ferreira Lage – 1861 – foto de H. R. Klumb.



Fonte: Acervo do Museu Mariano Procópio.

Mariano Procópio Ferreira Lage, nascido em Barbacena em 1821 e falecido em Juiz de Fora em 1872, foi engenheiro, político e empreendedor. Criou a Companhia União e Indústria, responsável pela primeira estrada pavimentada do Brasil, ligando a cidade de Petrópolis a Juiz de Fora, inaugurada pelo imperador D. Pedro II em 1861. Para a construção das estações de parada trouxe engenheiros e artífices alemães. Para alojar essas pessoas, fundou três colônias alemãs: a colônia de cima (atual bairro São Pedro), colônia do meio (atual bairro Borboleta) e a colônia de baixo (atual bairro Mariano Procópio). A família já possuía uma residência no parque quando Mariano Procópio decidiu construir uma casa para abrigar o imperador Pedro II durante a sua visita a Juiz de Fora para a inauguração da estrada. A *Villa*, cujo projeto é do alemão Gustavo Gambs, arquiteto da Companhia União e Indústria só ficou pronta em 1863¹⁸. Mariano Procópio foi também o diretor da Estrada de Ferro Pedro II, cujos trilhos chegaram em Juiz de Fora no ano de 1870. O projeto paisagístico do parque composto por lago, recantos e pontes da *Villa* é atribuído ao paisagista francês Auguste Marie Franciscque Glaziou (PORTES et al., 2016). Com a morte de Mariano Procópio, a família mudou-se para a Europa. Mariano Procópio teve três filhos: Frederico, Alfredo e Elisa. Elisa morreu jovem. Frederico herdou a parte de baixo do parque com a residência mais antiga da família e Alfredo herdou a

¹⁸ A Estrada União e Indústria foi inaugurada em 1861 e na ocasião D. Pedro II e sua comitiva ficaram hospedados na casa de Mariano Procópio. Essa residência, localizada no parque, ainda existe e abriga instalações do Exército Brasileiro. Foi vendida pela família de Frederico Ferreira Lage, filho mais velho de Mariano Procópio.

parte de cima, onde está situada a *Villa*. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo, Alfredo era um grande colecionador. Em 1914, Alfredo Ferreira Lage voltou a morar em Juiz de Fora e instalou na *Villa* um museu particular com suas coleções e objetos da família. Chamado inicialmente de Museu Ferreira Lage, foi aberto ao público em 23 de junho de 1921, no centenário de nascimento do pai de Alfredo Ferreira Lage, passando a receber a denominação de Museu Mariano Procópio. A 13 de maio de 1922 foi inaugurada a Galeria de Arte Maria Amália, em homenagem à mãe de Alfredo Ferreira Lage, ligando-a ao prédio já existente, a *Villa* Ferreira Lage. Doado à municipalidade de Juiz de Fora em 1936, o Museu Mariano Procópio abriga um acervo eclético riquíssimo, com ênfase no período imperial.

Amava também o bonde. O seu trajeto, curtíssimo, na época me parecia enorme. Costumava vagar nele pela cidade toda. Passava em frente ao Museu Mariano Procópio. Essa casa, graças a Deus, conservaram. Ilustra exatamente o solar, em todo o seu esplendor. O parque era imenso, repleto de jabuticabeiras. Sempre me disseram que em épocas mais antigas, no tempo adequado, as famílias se muniam de mil apetrechos e iam para lá, colher jabuticabas. Os pés eram alugados – passavam o dia ali comendo e ainda levavam cestas para casa. [...] O grande parque, cheio de caminhos, ia dar na mansão de tijolos, muito parecida com a fazenda de vovô em Guará. Os móveis também eram típicos da cidade – todos vitorianos, como os da casa de vovó Siana (JARDIM, 1985, p. 16).

2.2.5 Rio Paraibuna

O Rio Paraibuna corta a cidade de Juiz de Fora e deu origem ao seu primitivo nome: Santo Antônio do Paraibuna. A primeira grafia do nome do rio Parahybuna vem da palavra em tupi-guarani “Parayuna” que significa “rio de água barrenta”. Em 1703, o sertanista Garcia Rodrigues Paes foi encarregado pelo governo português de abrir um novo caminho para as minas e escolheu a margem esquerda do Paraibuna como passagem para as cargas de burro que levavam minérios de Ouro Preto para o Rio de Janeiro. O surgimento de Juiz de Fora se deve ao Caminho Novo e às doações de sesmarias para o povoamento da região. Afluente do Rio Paraíba, o Paraibuna foi o principal responsável pelo desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora e seus arredores. Foi em torno dele que surgiu o povoamento original, no Morro da Boiada. Foi também no seu entorno que surgiram as fazendas e suas plantações de café que fizeram a riqueza do município até os anos 1930 do século XX. “Nasci às margens de um rio-afluente de águas pardas, o Paraibuna, que fazia muita força para atingir os pés do pai Paraíba. Dediquei-lhe na adolescência um minúsculo epigrama. ‘Eu tenho uma pena do Rio Paraibuna’” (MENDES, 2003, p. 26).

O Rio Paraibuna foi a força motriz para a construção da primeira hidrelétrica, Marmelos Zero, inaugurada em 1889 pela Companhia Mineira de Eletricidade, fundada em 1888 por

Bernardo Mascarenhas. Originalmente um rio tortuoso, ele sofreu várias intervenções ao longo do século XX que o deixaram praticamente sem curvas durante sua passagem pelo centro de Juiz de Fora.

O rio era tortuoso, barrento, águas propícias ao afogamento de meninos, aos suicídios das moças seduzidas e das escravas judiadas do visconde de Monte Mário. Suas margens e pontes mal-assombradas gemiam feio com o vento noturno. Nesse tempo ele não tinha fundo e levantava-se às vezes qual serpe furiosa, querendo estrangular em seus líquidos anéis a cidade em pânico, que fugia morro do Imperador acima (NAVA, 1983, p. 215).

A primeira retificação do Rio Paraibuna foi feita em 1916. E, em 1943 foi feito um plano de defesa contra as inundações pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento. O curso foi modificado no perímetro urbano, do trecho da Av. Getúlio Vargas até o bairro de Benfica. Com a construção da Av. Brasil em 1960, a calha do Paraibuna foi ampliada. Em suas memórias, Rachel Jardim já avistava um rio bem diferente, já distante do centro da cidade:

Havia também o Rio Paraibuna. Quase não passava pela cidade, era lá para as bandas da estação. Quando saíamos de carro ele logo aparecia. A paisagem em volta era aquela de Minas, montanhas e montanhas. Sempre me perguntei, se a minha claustrofobia, não se deveria um pouco ao confinamento entre montanhas. A cidade era cercada por elas. As montanhas e a repressão mineira eram uma combinação meio claustrofóbica (Parecer direita, parecer direita!...) (JARDIM, 1985, p. 17).

Duas grandes enchentes nos primeiros dez dias de janeiro de 1906 e nos últimos dias de 1940 motivaram as suas retificações. Embora sofresse com enchentes periódicas, essas duas foram as mais dramáticas para a cidade. A enchente de 1940, no dia de natal, foi também catastrófica. Além das ruas do centro, os bairros Manoel Honório e Poço Rico ficaram alagados. Nessa ocasião, 116 prédios ruíram ou tiveram que ser demolidos devido ao risco de desabamento. Na enchente de 1906, a região do Botanágua (atual bairro do Vitorino Braga e Costa Carvalho) ficou completamente debaixo d'água e a enchente foi até o Largo do Riachuelo, alagando as partes baixas de todas as ruas do centro de Juiz de Fora e também o bairro Mariano Procópio. Pedro Nava recorda dessa forma a enchente de 1906: “O rio crescera em ondas moles largas sempre mais altas – e uma enseada se formara até a esquina da Rua do Rei¹⁹, de onde desatracavam os barcos cheios de remédios roupas mantimentos que seus pais iam distribuir no cais de cada casa alagada” (NAVA, 1981, p. 180).

Assim como a Rua Halfeld, citada por Nava, o Rio Paraibuna também dividia o centro de Juiz de Fora em duas partes. A margem direita por onde a cidade se expandiu a partir da construção da Rua Direita era a parte institucional, elegante e aristocrática da cidade. A margem

¹⁹ Pedro Nava faz alusão à Rua do Imperador, posteriormente Rua 15 de Novembro (na data da enchente), atual Av. Getúlio Vargas.

esquerda, onde o povoamento surgiu – região do Morro da Boiada e a região do Botanágua, onde estava localizada a fazenda do Juiz de Fora – transformou-se na zona boêmia da cidade, local de fábricas, prostíbulos e casas populares.

Figura 15 – Largo do Riachuelo – Enchente de 1906.



Fonte: Blog Maria do Resguardo.

2.2.6 Colégio Stella Matutina

O Colégio Stella Matutina foi fundado em 8 de setembro de 1902 por freiras da Congregação Servas do Espírito Santo, vindas da Alemanha. Sua primeira sede, em prédio alugado, estava situada na avenida Rio Branco próximo à Santa Casa de Misericórdia, na região do Alto dos Passos. Posteriormente, em 1917, o colégio foi transferido para uma sede própria, construída na Avenida Rio Branco, próximo à ponte do Queiroz. O projeto da escola é obra do arquiteto francês Reverendo Arthur Hoyer, do Verbo Divino e era uma réplica exata da Casa Central da Ordem, originária da Alemanha e com sede na Holanda (ALMEIDA, 2012). Exclusivamente feminino, o colégio abrigava alunas internas e externas.

Pedro Nava, falando sobre a educação de sua tia caçula e de sua prima, que estudaram no Colégio Stella Matutina, aponta aspectos da educação feminina em Juiz de Fora, no início do século XX:

Tia Dedeta, como todas as moças bem da cidade, tinha estudado no Colégio Stella Matutina. Ali se aprendia o catecismo, adquiria-se uma caligrafia prodigiosa e deixava-se passar o tempo até a época de ficar noivo. As freiras eram uns amores,

umas santinhas... O curso era feito inteiramente à gasosa, cada aluna frequentando a aula que queria. [...] Depois desse Colégio, do aprendizado de desenho e pintura com D. Maria do Céu, depois de bem habilitadas na feitura de balas de damasco – minha tia ficava pronta para o casamento” (NAVA, 1977, p. 13) (grifo do autor).

O espaço urbano ocupado pelo Stella Matutina correspondia a uma área que hoje equivale a um quarteirão inteiro. O complexo abrigava um prédio principal, com salas de aula e quartos do internato feminino, e uma capela, utilizada como templo de consagração de ordem religiosa. Uma das mais antigas instituições de ensino de Juiz de Fora ainda em atividade (hoje com endereço na Avenida Itamar Franco), a escola constituía um marco arquitetônico na cidade. A capela do colégio reproduzia o aspecto gótico medieval e foi erguida em 1926.

Estudava num colégio de freiras alemãs, chamado Stella Matutina. [...] Mas gostava do colégio, seus longos corredores, suas portas misteriosas, o grande refeitório com ar medieval, rezas na capela, mês de Maria. Gostava, sobretudo, dos retiros, quando era permitido invadir o recinto das freiras. Havia um riozinho²⁰ claro com vias-sacras plantadas nas margens. As flores nasciam ao acaso, com invejável naturalidade. Eu deitava na relva e ficava olhando o céu. Nessas horas, estava disposta a aceitar todas aquelas verdades, sem discussão, a vida sem tortura. Deus, o diabo, o inferno, purgatório, era tudo assim mesmo, como as gravuras do catecismo. E tudo o que eu devia fazer era rezar e não pecar (JARDIM, 1985, p. 48-49).

Figura 16 – Colégio e Capela Stella Matutina



Fonte: Blog Maria do Resguardo.

Durante a década de 1960, as obras de canalização do Córrego Independência ocorridas nas administrações dos prefeitos Ademar Rezende de Andrade e Itamar Franco terminaram por dividir o terreno do colégio ao meio. As freiras decidiram então construir um novo prédio na recém-criada Av. Independência. Depois de ficar fechado por dois anos, o prédio antigo foi vendido em 1972 e demolido em 1978. Em 1976, o empresário Sidivan Ribeiro da Silva comprou a capela, transformando-a em galeria de arte e ponto de encontro da juventude

²⁰ Esse riozinho era o Córrego Independência que cortava o terreno da escola ao meio.

universitária. O espaço Capela Galeria de Arte funcionou até 1986, quando também foi demolido. No lugar do colégio e da capela foram construídos dois prédios de escritórios. Nada restou do antigo prédio do colégio Stella Matutina.

2.2.7 Largo do Riachuelo

Conhecido inicialmente como Praça União e Indústria, o Largo do Riachuelo recebeu esse nome com o advento da República. Em 1912 foi ajardinado, durante a administração de Oscar Vidal, e recebeu o busto de Mariano Procópio. Em período anterior à construção da Estrada União e Indústria, era uma lagoa (Lagoa da Gratidão) no local das atuais Ruas Santo Antônio, Benjamin Constant, Silva Jardim, Roberto de Barros e parte da Avenida Rio Branco, como podemos verificar no mapa de Gustavo Dodt, de 1860. Sucessivos aterros transformaram a lagoa em um largo onde se armavam circos e touradas. Nas memórias de José Rangel podemos verificar como era o Largo do Riachuelo no final do século XIX:

O Largo do Riachuelo servia de pastagem aos animais dos carroceiros, coberto que era de mato e capim; na época das chuvas do Paraibuna transbordava e transformava em um lago barrento, cobrindo igualmente o vargado marginal onde a pobreza tinha suas choças; com essas enchentes toda a parte baixa da cidade ficava, por igual, inundada, atingindo a torrente as ruas do Imperador, do Sapo, toda a extensão conhecida como a Vargem da Piau, o Botanágua, e a parte baixa das ruas Nova e da Imperatriz (RANGEL, 1940, p. 56-57).

A urbanização do Largo do Riachuelo foi efetuada pela Companhia Construtora Mineira em 1880, drenando e aterrando a lagoa, bem como desmontando o Morro de Pedro Schubert que ficava entre as atuais Ruas Benjamin Constant, Santo Antônio e Avenida Rio Branco. Em 1934, o Largo foi reformado durante a gestão do prefeito Menelick de Carvalho. Em seu centro foi construído o prédio do Jardim de Infância Mariano Procópio, posteriormente demolido.

Figura 17– Crianças e professora no Largo Riachuelo.



Fonte: Blog Maria do Resguardo.

2.2.8 Igreja de São Sebastião

A igreja de São Sebastião está localizada no Largo São Sebastião, em frente ao Parque Halfeld. O terreno foi doado por Henrique Guilherme Fernando Halfeld e esposa para a construção de um colégio em 1861. No entanto esse colégio que aparece no mapa de Gustavo Dodt nunca foi construído. Em seu lugar foi construída a Capela São Sebastião, hoje Igreja São Sebastião. A igreja foi inaugurada em 20 de março de 1878. Rachel Jardim fala sobre a igreja em suas memórias dos anos 1940:

Eu ia passando por todos aqueles lugares absolutamente familiares, até chegar à igreja, onde fazia uma pausa para rezar. Era uma igreja característica de cidade do interior. Ficava no alto e tinha a atipicidade peculiar a essa espécie de construção, no interior do Brasil. Por dentro era medonha, mas isso só fui perceber muito mais tarde. Naquela igreja rezava, na minha infância, com tanta convicção, que os santos de gesso se comoviam. Ensinei, ali, catecismo, fui a muitas missas sentindo no inverno, o meu hálito gelar quando falava, ou fluindo na primavera, aquele renascer matinal. Uma das coisas mais felizes que fazia, era comungar. Ao sair da missa enxergava a cidade tão clara, tão iluminada, como não cheguei a ver, anos depois, nenhuma ilha grega (JARDIM, 1985, p. 14).

Figura 18 – Igreja de São Sebastião (1940)



Fonte: Blog Maria do Resguardo.

3 OS PERCURSOS DA MEMÓRIA NOS ESPAÇOS: A CIDADE IMAGINADA

Neste capítulo a cidade é tratada sob o olhar de uma cartografia sentimental, compondo territórios existenciais, através da percepção do pesquisador ao elaborar mapas, estudos que permitam desenhar o cenário da cidade através, por exemplo, das memórias dos seus habitantes. Talvez a nostalgia manifestada na virtualidade pelas páginas da *web* que recriam a história da cidade e favorecem debates sobre a antiga e a nova Juiz de Fora se justifica pelo desejo de que a memória coletiva estabeleça um parâmetro com elementos comuns demarcados pelo tempo e pelo espaço. Já analisamos a cidade imaginada nos comentários da *fanpage* “Maria do Resguardo” e aquela imaginada pelos memorialistas. Mas qual é a cidade que habita na memória dos idosos, moradores de Juiz de Fora? Cabe à pesquisa entender que a cidade, assim como a memória, é dinâmica e fragmentada e sobrevive nas lembranças individuais, que, graças a alguns elos, se tornam coletivas, construindo uma significação que é de alguns, para o passado da cidade. Nesse sentido, é preciso entender como as imagens sobre a cidade alavancam processos memoriais sobre os espaços percorridos e como essas narrativas de memória de idosos reproduzem não uma cidade existente, mas apenas imaginada.

3.1 As cidades e suas imaginações

Como construir uma cartografia de uma cidade pelas memórias de seus habitantes? Sobre uma cartografia sentimental das cidades, Suely Rolnik (2011) aponta que ela é ligada a vibração pelo afeto e o devir dos corpos de uma geração. Trata-se de um mergulho nas intensidades do passado para ressignificá-las no presente: “o estilo é narrativo. Trata-se de um roteiro, inventado ao mesmo tempo em que os territórios, as pontes e as paisagens que foram sendo percorridos; ao mesmo tempo em que as personagens fictícias e mais do que reais; ao mesmo tempo” (ROLNIK, 2011, p. 231). E, o cartógrafo teria a função de: “obedecendo aos procedimentos e aos princípios básicos do cartografar, o estilo procura realizar a vontade de expandir os afetos, de navegar com o movimento e de devorar os estrangeiros para, através das misturas, compor as cartografias que se fazem necessárias” (ROLNIK, 2001, p. 232), compondo territórios existenciais, através da percepção do pesquisador ao elaborar mapas, estudos que permitam desenhar o cenário da cidade através, por exemplo, das memórias dos seus habitantes.

Esta “cartografia imaginária” que busca engendrar uma possível legibilidade das cidades é exposta por Renato Cordeiro Gomes (2008). Ele considera que: “a cidade como

ambiente construído, como necessidade histórica, é resultado da imaginação e do trabalho coletivo do homem que desafia a natureza” (p. 23). A percepção urbana para esse autor é saber decifrar e ler a cidade, reconstruí-la.

Mas decifrar a cidade e sentir-se parte dela só é possível através dessa cartografia sentimental, desses mapas “imaginários”, construídos pelos seus habitantes em suas mentes, pois cada habitante tem a sua cidade, aquela que ele “reconhece” e que lhe é familiar. Assim, o espaço da cidade é construído de diferentes formas no imaginário e na imaginação de cada cidadão: o vínculo afetivo imposto pela cidade não é objetivo e depende da experiência cotidiana. E, esses mapas “imaginários” da ocupação dos espaços urbanos mudam conforme o tempo e os grupos sociais envolvidos. Possivelmente em Juiz de Fora, a apropriação imaginária do espaço depende de trabalhos de recuperação de imagens antigas, através da *fanpage* “Maria do Resguardo”, do jornal Tribuna de Minas, pela necessidade de explicações sobre as narrativas da cidade, pois como afirma Renato Cordeiro Gomes: “As cidades – o infinitamente vasto – possibilitam a proliferação dos sentidos que vem do não-acabamento do relato, como se manifesta na narrativa antiga. Calvino recoloca em causa [...] a “abertura” dessa narrativa, que não visa a concluir-se” (GOMES, 2008, p. 46). Nesse sentido, a memória condiciona a leitura destas narrativas sobre a cidade e da cidade: “[...] a memória esforça-se para recuperar a cidade evanescente e repete símbolos do que foi rejeitado, esquecido” (GOMES, 2008, p. 47), fazendo com que ocorra uma semelhança entre reviver o passado e reencontrar o futuro. Se o passado se congela, está destinado ao esquecimento. Gomes (2008) defende que os futuros não realizados cristalizam-se numa forma fixa.

Este olhar sobre o passado pode produzir novos significados atribuídos a Juiz de Fora, esclarecendo que as lembranças afetam a representação que vive no imaginário e ao mesmo tempo estabelece outras perspectivas da cidade concreta. Os fragmentos das memórias formam uma espécie de relicário com as descrições de imagens da cidade. A memória é uma resistência ao estilo de vida contemporâneo que por ser fragmentado e instável não costuma deixar restos, pois, “A cidade é pensada como condensação simbólica e material de mudança” (GOMES, 2008, p. 115). Sobre a representação da cidade, o autor reflete sobre a tradição da narrativa urbana: “A leitura da cidade é, pois, resistência ao desaparecimento dos referenciais que a tornaram possível [...] para reciclá-la, como resistência ao esquecimento, ao descartável” (p. 162). E os textos não-verbais, segundo Lucrécia Ferrara (2000), estão impregnados nos diversos locais de uma cidade e podem se apresentar de uma maneira explícita ou mais oculta e:

O texto não-verbal espalha-se em escala macro pela cidade e incorpora as decorrências de todas as suas micro linguagens: a paisagem, a urbanização, a arquitetura, o desenho

industrial ambiental, a comunicação visual, a publicidade, a sinalização viária – incluindo aí o verbal –, a moda, o impacto dos veículos de comunicação de massa nos seus prolongamentos urbanos e ambientais, o rádio, o jornal, a televisão (FERRARA, 2000, p. 19).

Segundo Ferrara (1999), Walter Benjamin, no século XIX apresentou à nascente metrópole francesa, o *flâneur*, personagem principal desse descobrimento da cidade como comunicação e de si mesmo. É ele quem vai vagar pelas ruas com um olhar voltado às experiências que elas podem lhe proporcionar. Vai viver a cidade em sua forma completa e entender o que ela representa juntamente com suas experiências e modo de pensar. Tendo em vista que as intervenções podem mudar a forma como se vê o meio urbano, o olhar do *flâneur* é a forma de apreciação da arte na cidade. Esse espaço criado no real a partir de trabalhos feitos em pontos da cidade chama a atenção e oferece uma experiência fora do seu cotidiano. Chamados de espaços virtuais, eles podem criar uma conexão muito forte entre o observador e o objeto observado, tornando os dois em um só. O que acontece ali é a experiência em si, o afeto, os sentimentos e a bagagem que ele carregará para sempre consigo (FERRARA, 1999, p. 246-247).

Nesse caso, ocorre uma superposição e uma condensação de imagens mnemônicas das cidades e, mesmo que, de forma difusa, a memória pode contar com a principal marca deixada por uma cidade: a arquitetura, que é muito mais do que a simples construção de prédios. A arquitetura permite que a memória do lugar se torne visível, palpável e admirável. A manutenção da memória da cidade provém do trabalho dos cidadãos de valorização e preservação de lugares, arquivos e histórias do passado. São os cidadãos, ou seus representantes, que sinalizam o que deve ser preservado e o que deve ser apagado na tentativa de definir o sentido daquele espaço. Raquel Rolnik (2004) apresenta a arquitetura enquanto registro da vida social. Como consequência, os próprios espaços contam a sua história. “Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel” (ROLNIK, 2004, p. 16). Por isso ocorre uma demanda de memórias coletivas através da preservação de bens arquitetônicos. “Trata-se de impedir que esses textos sejam apagados, mesmo que, muitas vezes, acabem por servir apenas à contemplação, morrendo assim para a cidade que pulsa, ao redor” (ROLNIK, 2004, p. 18). A manutenção da memória da cidade provém do trabalho dos cidadãos de valorização e preservação de lugares, arquivos e histórias do passado.

Entender as dinâmicas da cidade imaginada a partir da memória de seus habitantes requer recuperar fragmentos dessa cidade na memória daqueles que por lá circulam. Os fragmentos das memórias formam uma espécie de catálogo com as descrições de imagens da

cidade. A memória é uma resistência ao estilo de vida contemporâneo que por ser fragmentado e instável não costuma deixar traços. Janice Caiafa (2007) retoma a reflexão do filósofo francês Félix Guatarri a respeito da função subjetiva das cidades, que possuem “engrenagens urbanas” que interpelam, ativam afetos e modelizam focos subjetivos, pois “As cidades se definem em grande parte pelos processos subjetivos que deflagram” (CAIAFA, 2007, p. 39).

Para Caiafa, as marcas da cidade são sempre redistribuídas e os códigos transformados porque existem muitos fluxos que atravessam o espaço físico e social. A percepção da cidade para Caiafa (2007) é a do homem que percorre a cidade “real” a pé, de ônibus, de carro e cria as impressões dos lugares. Em consonância com o pensamento de Caiafa, Araújo (2011) apresenta um conceito ampliado: a cidade virtualmente está em qualquer lugar, portanto “a cidade sou eu”. Ela oferece reflexões sobre um espaço urbano com condições híbridas e transitórias cada vez mais propiciadas pelas tecnologias e trata o urbanismo como um dos artefatos do mundo de aspecto articulatório: do espaço dos fluxos, dos mercados eletrônicos e dos “centros” transterritoriais constituídos via comunicação à distância de um ou mais conjuntos de serviços informáticos fornecidos através de uma rede de telecomunicações. E o espaço como movente, indiferenciante, multifuncional, polimórfico e reversível.

Ao analisar a ligação da memória com os espaços das cidades e suas representações apontamos Jesús Martín-Barbero (2000) que considera que as cidades também são construídas por escritas monumentais, que deixam rastros memorialísticos. Martín-Barbero dialoga com o que Andreas Huyssen (2000) chama “modelos explicativos”, em que a reprodução de museus no campo da indústria cultural está produzindo modelos de política cultural. Ambos os autores defendem a construção de arquivos que sejam capazes de uma negociação cultural que preserve vozes, fragmentos de memórias heterogêneas, que incluam múltiplas narrativas e temporalidades. Nesses moldes, Pesavento (2007) sinaliza a emergência de uma história cultural urbana que seja capaz de recuperar esta urbe que é mais real à percepção dos habitantes passantes do que ao referente urbano na materialidade do tecido social concreto. E nesta representificação da memória, a autora esclarece que o espaço propõe uma leitura no tempo ambivalente de dimensões que se cruzam e entrelaçam. “Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma” (PESAVENTO, 2007, p. 16). No *palimpsesto* de histórias, as narrativas são animadas e desfazem as presumidas estabilidades dos fatos com interpretações e estruturas contemporâneas. Pesavento (2007) defende uma atitude hermenêutica do pesquisador na liberação das metáforas empregadas nas palavras, sabendo divisar os artificios da ficção ao indicar que todo discurso sobre cidade é uma

recriação de tempo e espaço dotado de sentido. Assim, estudar e compreender esta nuance, permite-nos adentrar nas subjetividades que compõem as diversas apropriações feitas dos espaços urbanos.

As relações com os lugares e, conseqüentemente, com a cidade está ligada à própria representação da cidade em si mesma, mas como afirma Jeudy (2005) essa representação excede a si mesma. Jeudy (2005) defende também que a cidade excede a representação que as pessoas fazem delas, visto que ocorre uma proliferação de signos e a assimilação deles é o que cria o enigma que cada uma possui, de forma fugidia ou durável. Sendo assim, os signos que não conseguem ser apreendidos na representação da cidade no imaginário atraem imagens subjetivas, pois “Sua predominância, até a época atual, explica-se pela necessidade de estabelecer elos de representação entre a cidade como objeto autônomo e o conjunto das relações humanas que ela pressupõe ou induz” (JEUDY, 2005, p. 93). E nesse sentido, a memória tem um papel importante, pois na apropriação dos espaços: “Há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza” (BOSI, 1983, p. 370).

Milton Santos (1994) foi responsável por introduzir fortemente, na geografia urbana, a preocupação com a história da cidade, misturada ao urbanismo, pois ele acreditava que a urbanidade dependia das ideias de forma e de tempo. Para ele, a cidade é concreta (usos de solo e circulação) e o urbano é mais abstrato (papéis desempenhados pela cidade e na cidade a partir da divisão do trabalho): “a história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar” (SANTOS, 1994, p. 71). Selecionamos nesta pesquisa os diversos vestígios que tentam dar conta das perguntas que se dirigem ao passado da cidade, buscando captar as especificidades do lugar e suas determinações mais amplas pelas formas como seus espaços se organizam, através do que Milton Santos designou como “economia política da cidade” (SANTOS, 1994, p. 118). Para Santos, esse conceito compreende a cidade como síntese entre o local – orgânico; reunidos pelo território e enquanto território – e o global – organizacional. Nesse sentido, a cidade pode ser vista como um lugar, possível de humanização e solidariedade. A ordem global é uma rede, mas o espaço banal é de todos. As redes são apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. Para Milton Santos (1994), o território atualmente é concomitantemente feito de lugares contíguos e de lugares em rede. Sendo assim, a cidade são muitos lugares.

Kevin Lynch (2011) comenta que cada cidadão faz associações com alguma parte de sua cidade: “as sequências são invertidas, interrompidas, abandonadas e atravessadas. A cidade é vista sob todas as luzes e condições atmosféricas possíveis” (LYNCH, 2011, p. 1) e a imagem

de cada um fica fixada com significados, a partir de vivências e acontecimentos que se tornam memoráveis: “nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que conduzem, à lembrança de experiências passadas” (p. 1). A imagem combina nossos fragmentos de cidade. Lynch estudou a imagem mental que os habitantes fazem de Boston, fundada em 1630 e que é a capital do estado de Massachusetts, e a partir dessas imagens discute como as cidades são imaginadas pelas pessoas que nelas convivem. Ele considera a *legibilidade* (ou clareza) essencial para o cenário urbano, considerando a percepção dos habitantes da cidade para sensação de equilíbrio e bem-estar, mantendo a cidade dinâmica, mutável.

No que se refere à construção da imagem, Lynch pondera que esta pode variar significativamente entre observadores diferentes e, que, “a coerência da imagem pode manifestar-se de diversas maneiras” (LYNCH, 2011, p. 7). Ele afirma que uma imagem é composta em três elementos: a) a identidade: com o significado de individualidade ou unicidade; b) a estrutura: deve incluir a relação espacial ou paradigmática do objeto com o observador e os outros objetos; c) o significado: prático ou emocional, é uma relação, ainda que bastante diversa da relação espacial ou paradigmática. Para esse autor, “a questão do significado na cidade é muito complexa” (LYNCH, 2011, p. 9). Por fim, a imagem deve ser, segundo Lynch, até certo ponto, comunicável a outros indivíduos.

No que tange à definição daquilo que Lynch (2011) classifica como *imaginabilidade*: uma cidade altamente imaginável, para Lynch, “O domínio sensorial de tal espaço não seria apenas simplificado, mas igualmente ampliado e aprofundado. Uma cidade assim seria apreendida, com o passar do tempo, como um modelo de alta continuidade com muitas partes distintas claramente interligadas” (LYNCH, 2011, p. 11). Lynch (2011) ilustra a relevância especial do espaço urbano, complexo, mutável e busca nos ensinar a ver as formas ocultas na vasta extensão das cidades. David Harvey (1980, p. 30) corrobora com os estudos de Lynch, entendendo que a cidade é: “visivelmente, uma coisa complicada”. Parte da dificuldade em lidar com a cidade decorre de sua complexidade inerente, mas também devido a uma falha em conceituar corretamente a situação. Uma teoria geral sobre a cidade “deve relacionar de algum modo os processos sociais à forma espacial que ela assume, integrando aqueles que possuem ‘imaginação sociológica’ com os imbuídos de consciência espacial, ou seja, de ‘imaginação geográfica’” (HARVEY, 1980, p. 30). A imaginação sociológica permite a compreensão do mais amplo cenário histórico, “habilita-nos a captar a história e a biografia, e suas inter-relações na sociedade” (p. 32). Assim, a imaginação geográfica habilita o indivíduo “a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia, a relacionar-se aos espaços que ele vê ao

seu redor, e a reconhecer como as transações entre os indivíduos e entre as organizações são afetadas pelo espaço que as separa” (HARVEY, 1980, p. 45).

Trazendo as reflexões de Lynch e Harvey para a esfera brasileira, podemos dialogar com a autora Beatriz Resende (2002), que questiona sobre a “cidade imaginária” ou a “cidade da fantasia” ao se referir ao verdadeiro Rio de Janeiro, visto que o “espírito carioca” é sempre apresentado por manifestações como o futebol e o carnaval. A autora explica que o próprio conceito de literatura como arte da imaginação passa a ser revisto e supõe que isto aparece concomitante à revisão da ideia de uma possível separação entre cidade real e cidade imaginada. Ela comenta do cinema como outra expressão artística e sua relação com a cidade: “a cidade criou a modernidade e, depois, a pós-modernidade. A cidade e a modernidade criaram juntas o cinema. E o cinema tem sido, ele mesmo, o grande veículo de representação e questionamento das cidades” (RESENDE, 2002, p. 64). Ao retomar as questões literárias nacionais, Resende afirma que, somente nos anos 1990 é que se firma uma crítica da questão nacional e da cidade. E postula que, “a cidade é qualquer cidade ou nenhuma cidade” (p. 75).

Outra dicotomia que precisa ser estabelecida é a da fotografia com a cidade. O anonimato, a experiência fragmentária interrompida por uma velocidade crescente, pelo ruído, pela mercantilização das relações, são alguns dos aspectos apontados por artistas e intelectuais que vêm refletindo e sentindo o advento das metrópoles modernas desde o século XIX. A fotografia surge nesse mesmo contexto histórico e, desde então, as grandes cidades têm sido um de seus enfoques temáticos frequentes, sobretudo a partir de desenvolvimentos tecnológicos que ampliaram seus usos e os meios pelos quais estas imagens se reproduzem, multiplicando cada vez mais o número de observadores e a sua influência na criação e/ou perpetuação de interpretações, bem como de estereótipos sobre as cidades retratadas, pois “[...] existe, entre a fotografia e a cidade, qualquer coisa como uma mentalidade comum, moderna, que ultrapassa as clivagens estéticas. Um tipo de reciprocidade, uma equivalência que as destina a se reencontrarem e que as impede de se evitarem” (BELLAVANCE, 1997, p. 17).

A relação entre a rapidez, a simultaneidade da aproximação física e do distanciamento afetivo que caracterizam a vida na grande cidade moderna a partir dos anos 1900 e atributos próprios da fotografia como a predileção pelos fragmentos foram avaliados por Guy Bellavance (1997) como indícios de uma convergência essencial entre a cidade e a fotografia. Partindo de reflexões de Georg Simmel e Walter Benjamim, Bellavance afirma que além da fotografia ter adquirido um lugar privilegiado entre as inovações tecnológicas surgidas na cidade moderna, ela se torna um vetor de novos tipos de experiência e de percepção visual. Com sua capacidade de explorar um novo padrão de proximidade e distância, a fotografia prepara esse indivíduo

moderno para assimilar a aproximação espacial e o distanciamento simbólico, cultural e social que se acentuam na cidade moderna (BELLAVANCE, 1997, p. 19).

Não podemos falar de cidade sem discutir as interpretações do conceito de espaço e suas implicações. Harvey (2006) sugere três modalidades diversas na compreensão do espaço: a) absoluto: ente fixo, em que se pode especificar os elementos. De modo societário, é uma noção areal, em que a demarcação dos limites e o direito à propriedade, a título de exemplo, são resolutivas; b) relativo: em que há um laço entre espaço e tempo – fluxos (monetários, energéticos, informativos etc.); c) relacional: altera continuamente e é estipulado por um agrupamento de conexões sociais. Ambas as modalidades têm que ser tratadas sincronicamente, num estreitamento de debate mútuo; pode acontecer de que, por ora, uma das modalidades seja empregada como principal.

Harvey promove esta noção a partir de Henri Lefebvre (1991), que difere outras três perspectivas de espaço: 1) material (da prática sensorial e de percepção); 2) a representação do espaço; os espaços de representação (o vivido vinculando-se a sensações, imaginações, emoções e significados). Em 2018, completaram-se 50 anos da publicação da obra-manifesto denominada “O Direito à Cidade” de Henri Lefebvre (2001), uma das mais significativas publicações da teoria urbanística do Século XX. Ele entende que a crise da cidade se revela através da amontoada conjuntura do conceito de cidade, que se compõe de fatos, de representações e de imagens. O núcleo urbano, ainda que esteja rachado, consegue se manter, não desaparece (LEFEBVRE, 2001, p. 21). Lefebvre (2001) avança em estudos de espaço e estabelece que: “A sociedade urbana só pode se formar sobre as ruínas da cidade clássica. Esta, no Ocidente, já explodiu. Explosão (explosão-implosão) que pode ser considerada como precursora da sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2001, p. 155).

Lefebvre também considera que: “é impossível alterar as muralhas sem modificar o homem, a cidade exprime-se como um intermédio, o que cancela a diferença entre a cidade – realidade presente, imediata, dado prático sensível, arquitetônico – e o urbano – realidade social com vinculações a serem preparadas, (re)construídas pelo pensamento” (2001, p. 54). Para Lefebvre (2001), a industrialização promotora do processo de urbanização levou à perda do direito à vida urbana, do direito à cidade, através da planificação do espaço que tende à expansão e implosão, da estratégia de classe, das ações do Estado, empresas privadas e meios de comunicação de massa. A resposta aplicada pela burguesia foi espacial: o proletariado foi gradualmente expulso do centro da cidade, além dos antigos subúrbios, aos poucos integrados em Paris, diretamente com o urbanismo Haussmann ou indiretamente através da especulação imobiliária.

Complementar a esta noção, cabe diferenciar território e/ou lugar. Haesbaer (2007) traz a noção de território funcional e simbólico. De acordo com Haesbaer, o território está ligado ao espaço e suas relações de poder; dimensão político-funcional do espaço. Ele defende o termo multiterritorialidade, no sentido de pensar em múltiplas governanças e identidades, buscando “uma sociedade mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas” (HAESBAER, 2007, p. 31). Na obra de Milton Santos, território seria sinônimo de espaço, mas adota-se aqui a perspectiva de Haesbaer, na qual, o termo “lugar” é entendido enquanto dimensão vivida, identitária do espaço, tendo um valor subjetivo.

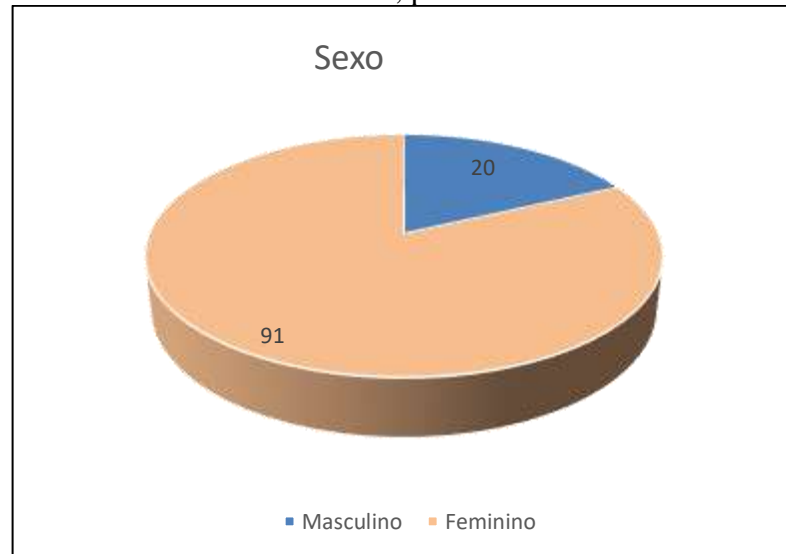
3.2 Juiz de fora imaginada: lembranças de idosos

O número de idosos, moradores da cidade de Juiz de Fora, é maior do que a média nacional, atualmente em 10% da população total. De acordo com os dados do censo de 2010, divulgados pelo IBGE, a cidade de Juiz de Fora possui 13,6% da sua população composta de idosos, sendo a terceira cidade no país com esse percentual, em cidades com população acima de 500 mil habitantes. Para entender como esses idosos recordam e imaginam os espaços de Juiz de Fora, foi feita uma pesquisa entre os idosos frequentadores do Polo Interdisciplinar Sobre o Processo de Envelhecimento da UFJF. Com mais de 30 anos de atividades, tendo sido criado em 1990 pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, o Polo desenvolve atividades de extensão com idosos, através de cursos e palestras realizadas em seu espaço, na Casa de Cultura, na Avenida Rio Branco. O Polo atende um público acima de 45 anos e conta atualmente com aproximadamente 429 pessoas atendidas. No espaço são desenvolvidas atividades de cunho interdisciplinar, envolvendo, além do Serviço Social, as áreas de Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem, Jornalismo, Letras entre outras, e conta com docentes da UFJF e de outras instituições da cidade, bem como com bolsistas de extensão e graduandos da UFJF.

Para essa pesquisa, foi aplicado um questionário (ANEXO B) aos idosos frequentadores dos cursos de italiano, inglês, francês, espanhol, laboratório de informática e de enriquecimento cultural durante os dias 18 e 19 de novembro de 2019, totalizando 111 respostas. Os objetivos do questionário eram os seguintes: 1) conhecer o perfil dos idosos frequentadores do espaço, 2) verificar quem teria perfil e gostaria de ser entrevistado para a pesquisa e 3) quais espaços/lugares seriam mais citados por eles. Na amostragem pode-se verificar pelo gráfico 1 que a maioria (91) dos idosos atendidos são mulheres. Isso deve-se não somente à quantidade

maior de mulheres em Juiz de Fora (272.233 mulheres/244.024 homens²¹), mas porque normalmente elas têm mais interesses por atividades após a aposentadoria.

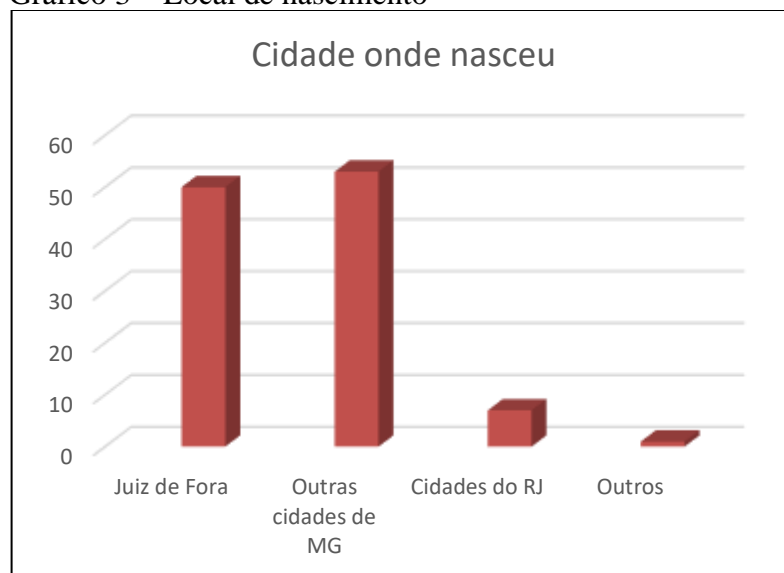
Gráfico 2 – Número de idosos, por sexo



Fonte: Questionário nº 1.

Uma das perguntas do questionário era sobre o local de nascimento. Conforme podemos verificar pelo gráfico 2, a maioria dos idosos nasceu em cidades de Minas Gerais (53 pessoas), sendo que 50 pessoas nasceram em Juiz de Fora. Juiz de Fora, como principal centro regional da Zona da Mata mineira, sempre atraiu e continua atraindo muitas dessas pessoas por sua qualidade de vida, acesso à Universidade Federal de Juiz de Fora e aos hospitais da região.

Gráfico 3 – Local de nascimento

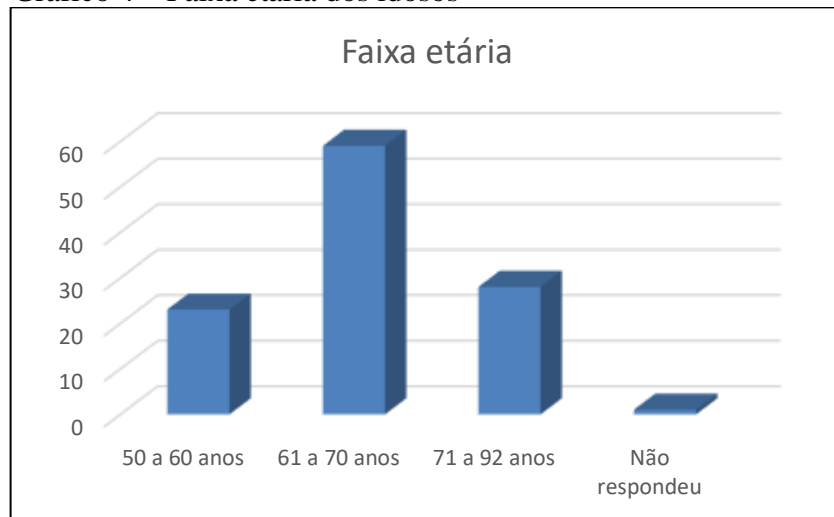


²¹ IBGE. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 21 jan. 2020.

Fonte: Questionário 1.

Sobre a idade dos idosos atendidos pelo programa e que responderam o questionário, podemos ver no gráfico 3 que a maior está na faixa etária entre 61 a 70 anos (59 idosos), seguida pela faixa etária de 70 a 92 anos.

Gráfico 4 – Faixa etária dos idosos

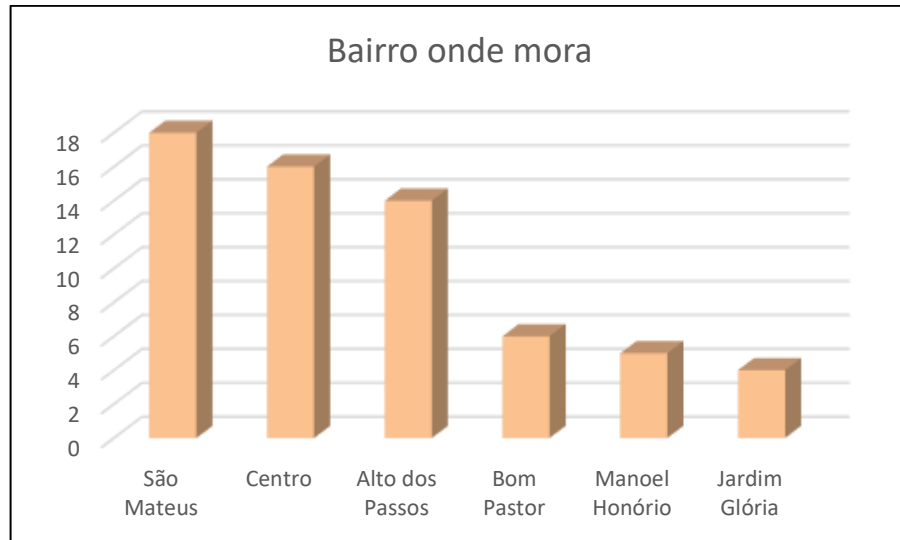


Fonte: Questionário 1.

Em relação ao bairro onde mora, podemos verificar que a maioria dos alunos está concentrada na região central da cidade (bairros São Mateus, Alto dos Passos, Bom Pastor e Jardim Glória), embora haja alunos de quase todos os bairros de Juiz de Fora, uma vez que foram citados ao todo 40 bairros²². No entanto, a maioria dos bairros só foi citada por uma pessoa (22 pessoas). A concentração dos alunos na região central explica-se pela própria localização do Polo, situado no bairro Alto dos Passos. A proximidade com o espaço parece ser o principal motivo da inscrição nas atividades.

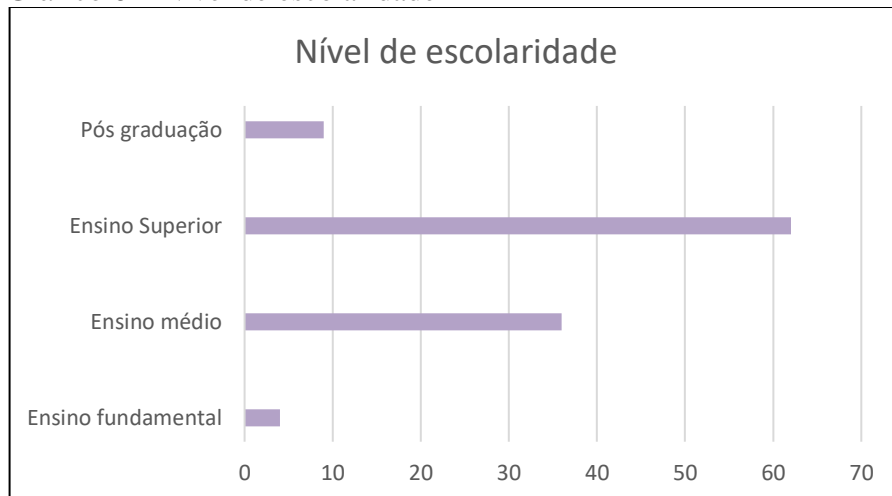
Gráfico 5 – Principais bairros citados

²² A cidade de Juiz de Fora está dividida em sete regiões administrativas (Zona Central, Zona Leste, Zona Nordeste, Zona Norte, Zona Oeste, Zona Sudeste e Zona Sul) e em 111 bairros.



Fonte: Questionário 1.

Gráfico 6 – Nível de escolaridade



Fonte: Questionário 1.

O nível de escolaridade dos idosos do Polo é bem alto, conforme podemos ver no gráfico 5, sendo que 71 idosos têm estudos em nível superior, sendo 9 deles com pós-graduação. Apenas 4 idosos disseram possuir apenas o ensino fundamental. Esses números podem ser entendidos como uma necessidade de continuação dos estudos e das atividades mesmo depois da aposentadoria.

A partir dos resultados dos questionários foram identificadas 35 pessoas, num total de 111, que responderam afirmativamente à pergunta se gostariam de serem entrevistadas pela pesquisa. Desse total, 17 pessoas foram entrevistadas nos dias 26, 27 e 28 de novembro durante a semana de finalização das atividades do ano de 2019. As entrevistas temáticas, de caráter individual, seguiram a seguinte dinâmica: foram apresentadas fotos antigas de Juiz de Fora como forma de estimular a memória e em seguida, a partir das perguntas do roteiro (ANEXO C), indagou-se sobre as lembranças dos espaços da cidade. A escolha dos locais das perguntas

do roteiro levou em conta as respostas ao questionário aplicado anteriormente. O processo de escolha de quem seria entrevistado levou em conta os seguintes critérios: 1) quem passou sua infância e adolescência em Juiz de Fora, 2) quem gostaria de contar histórias sobre os espaços/eventos de Juiz de Fora e teria disponibilidade para fazê-lo no período indicado e 3) quem tem boa memória. Com base nas respostas dos questionários selecionamos alguns espaços para explorar no roteiro que elaboramos para as entrevistas (ANEXO C). Em relação aos espaços/objetos/eventos, os mais citados nos questionários foram os seguintes: bondes, cinemas, Parque Halfeld, Cine-Theatro Central, Museu Mariano Procópio e Rua Halfeld.

A seguir serão apresentados os temas mais marcados nos questionários e rememorados durante as entrevistas. Essas lembranças sobre a cidade de Juiz de Fora nos apresentam essa cidade imaginada na visão desses idosos. Optou-se, também, por não identificar os idosos, usando apenas as iniciais dos nomes deles.

3.2.1 Bondes

Bondes foi o tema mais citado pelos idosos nos questionários, com um total de 44 citações. Isso deve-se principalmente à forte presença dos bondes na paisagem juizdeforana na infância e adolescência desses idosos e a nostalgia em relação ao seu término. Nas entrevistas realizadas, muito deles reforçam esse aspecto nostálgico e apresentam uma Juiz de Fora ainda bucólica, com suas linhas de bonde cruzando o centro da cidade de norte a sul.

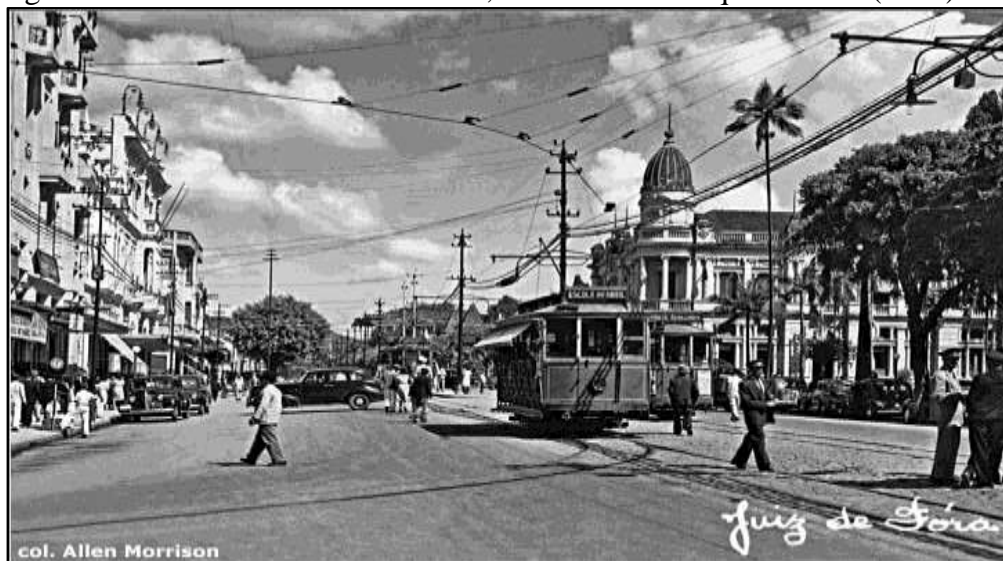
Juiz de Fora foi uma das primeiras cidades do Brasil e a primeira de Minas Gerais a ter bondes de tração animal. Criada em 24 de março de 1881, a Cia Ferro Carril Bonds inaugurou uma linha de bondes de tração animal nesse mesmo ano (ESTEVEZ, 1915). Em 1904, a Companhia Mineira de Eletricidade, criada em 1889, contratou o engenheiro Eduardo Ginle para construir um sistema de linhas de bondes elétricos para a cidade. O serviço foi inaugurado em 6 de junho de 1906, saindo da estação de São Mateus. Os idosos, entrevistados pela pesquisa, relembram seus trajetos e as características do sistema de transporte. No caso de M.J.N. o que mais marcou em relação ao bonde era o sistema de cobrança pelo transporte e a forma como ele virava quando chegava ao ponto final:

Quando eu conheci o bonde já era elétrico e era a única locomoção que a gente tinha. Eu morava em São Mateus. Eles dormiam lá, que eles falavam ‘depósito do bonde’. Era a oficina também. Tinha o motoneiro, que dirigia, e o que cobrava. Então, ele ia recebendo e batendo. Ele ia puxando. À medida que ele ia descendo tinha tipo um gatilho que você assinalava lá na frente. Ele ficava muito entretido pra receber, ele também dava o troco, então, tinha muitas pessoas, principalmente rapazes, a hora que ele ia chegando quando parava não vinha por trás dele, ou já descia, o que for. A gente

chegava no ponto final e virava o bonde e quem estava de costa, ficava de frente. Muita gente às vezes prendia o dedo, machucava, essas coisas (M.J.N., 2019).

Embora alguns idosos tenham dito que era a única forma de locomoção, na verdade, desde 1912 já existiam linhas de ônibus na cidade, porém essas linhas só atendiam as regiões onde os bondes não chegavam (AMARAL, 2010). Os ônibus, na verdade, eram a única forma de locomoção dos moradores dos bairros mais periféricos da cidade, uma vez que os bondes só atendiam os bairros centrais. Na década de 1930, começou um investimento maciço nas linhas de ônibus, enquanto caíam os investimentos nas linhas de bonde. Os custos altos para implantação de novas linhas de bonde e o aumento da população da cidade motivaram os investimentos nas linhas de ônibus em detrimento ao investimento nas linhas dos bondes.

Figura 19 – Bonde na Av. Rio Branco, em frente ao Parque Halfeld (1940)



Fonte: <https://colunaacontecendo.blogspot.com/2013/10/os-historicos-bondes-de-juiz-de-fora.html>.

Os idosos recordam que usavam o bonde para passear, ir à escola ou mesmo visitar os parentes, tal como a senhora B.D. que recorda como os passeios de bonde marcaram sua infância e definiram seus deslocamentos pela cidade:

Eu estudei no Colégio dos Santos Anjos, onde hoje é o Banco Itaú, depois estudei no Stella, então me lembro bem da Rio Branco, do bonde, andei muito de bonde. Olha, minha avó paterna e tias moravam no Alto dos Passos, então, minha mãe sempre nos levava lá de bonde. E tinha também uma empregada da minha avó, acho que uns 40 anos, e eu gostava muito dela quando criança. Nos domingos à tarde ela ia na casa do filho perto do Museu Mariano Procópio, então eu ia sempre junto com ela e nós íamos de bonde” (B.D., 2019).

Paulino de Oliveira²³ (apud AMARAL, 2010), quando chegou a Juiz de Fora em 1913, a principal linha de bonde ligava José Weiss (atual bairro Fábrica) até o Lamaçal (atual bairro

²³ Paulino de Oliveira foi tipógrafo e jornalista. Escreveu o livro “História de Juiz de Fora” publicado em 1953.

do Bom Pastor), na altura do Asilo João Emílio. Segundo Oliveira, os bondes dessa linha faziam o trajeto pela Avenida Rio Branco, mas na ida para o Fábrica, eles desciam a Rua Espírito Santo e subiam a Rua Marechal Deodoro. No sentido inverso, em direção ao Bom Pastor desciam a Rua Marechal Deodoro e subiam a Rua Espírito Santo, quando voltavam à Avenida Rio Branco. Dessa forma, as ruas centrais da cidade eram atendidas por essa linha. Além disso, havia a linha que fazia São Mateus até a Tapera (Santa Terezinha) que subia a Rua Halfeld, atendendo também o centro da cidade.

Eu usava muito o bonde. O ônibus era uma coisa mais difícil. Eu tinha uma tia que morava no Alto dos Passos, então, eu pegava o bonde ali no Parque Halfeld e ia até o Alto dos Passos. E tinha o bonde que fazia a linha São Mateus. Como tinha o bonde que ia até o Manoel Honório. Mas o que eu usava mesmo era o que fazia o percurso do Alto dos Passos. Eu devia ter uns dez, 11 anos. E lembro também do bondinho que trazia as crianças do Infantil Mariano Procópio. Esse bonde vinha até o Largo Riachuelo ali e ele tinha as gradezinhas e tudo, que era para trazer as crianças que estudavam no Infantil (M.A.S., 2019).

Nota-se nas narrativas dos idosos, em sua maioria moradores dos bairros centrais de Juiz de Fora, que os trajetos eram efetuados apenas pelos bondes e raramente pelos ônibus. Esse era o principal meio de locomoção na cidade, muito utilizado pela classe média. Aos pobres, moradores na periferia, restavam os ônibus para o acesso ao centro da cidade e bairros centrais.

O primeiro depósito dos bondes estava localizado na esquina da Avenida Rio Branco com a atual Avenida Getúlio Vargas. Na década de 1910, a Companhia Mineira de Eletricidade transferiu o depósito para suas instalações na Rua Espírito Santo, junto ao “Castelinho”. Em 1951 a Companhia Mineira de Eletricidade inaugurou mais um depósito de bondes, no bairro São Mateus, na Rua Monsenhor Gustavo Freire.

Havia em Juiz de Fora várias linhas de bondes que faziam os percursos entre o centro e alguns bairros centrais tais como São Mateus, Alto dos Passos, Mariano Procópio, Manoel Honório, Poço Rico, Tapera (atual bairro Santa Terezinha), Fábrica, Costa Carvalho, Vitorino Braga e Bonfim. A cidade foi crescendo e o sistema de bondes já não conseguia se expandir com a mesma velocidade. Essa memória nostálgica dos idosos, entrevistados pela pesquisa, aponta, inclusive, as propagandas que eram estampadas dentro deles, como conta, por exemplo, o Sr. G.C., que também relembra como os motoneiros mudavam os trilhos da linha:

O bonde eu lembro quando eu era pequeno, mas eu andei poucas vezes. O detalhe assim do bonde era o seguinte um entrava na Rua Oswaldo Aranha e o outro entrava na esquina do Alto dos Passos, a garagem era ali onde é a garagem da Cesama hoje. Eu lembro do cobrador²⁴ e do motoneiro. Ali na esquina na Oswaldo Aranha tinha um ferro grande, ele ia lá embaixo ficar mexendo com o trilho. E eu lembro que eles seguravam o dinheiro entre os dedos e andando naqueles trilhos. Cada passagem que

²⁴ Na verdade, a palavra correta é condutor. O motoneiro conduz o bonde, o condutor era responsável pela cobrança das passagens e os fiscais e inspetores fiscalizavam a cobrança.

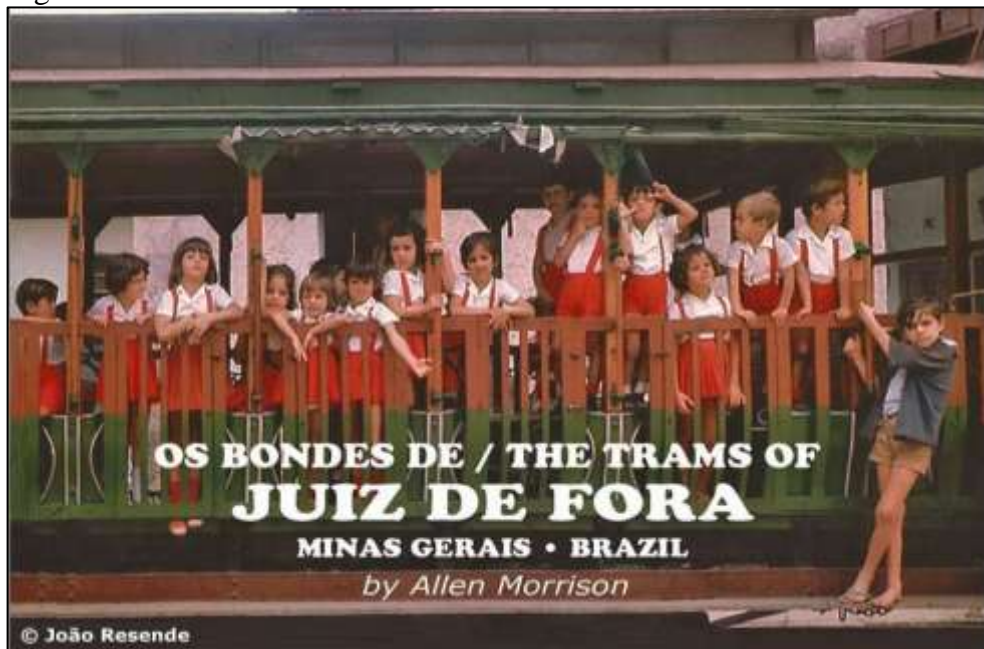
ele recebia, ele puxava uma cordinha, tinha um relógio que ia registrando a passagem. E tinha uma propaganda também que eu não esqueço, era de um tal de Rhum Creosotado: “Veja, ilustre passageiro, o belo tipo faceiro que o senhor tem ao seu lado. E, no entanto, acredite, quase morreu de bronquite, salvou-o o Rhum Creosotado”. Isso é para não esquecer mais” (G.C., 2019).

Uma das linhas era bonde infantil, de número 9, que fazia o trajeto entre o bairro Mariano Procópio e o Largo do Riachuelo onde estava localizado o Jardim de Infância Mariano Procópio. Essa linha só transportava os alunos da escola. O bonde era vermelho e fechado nas laterais por questão de segurança. As senhoras R.S. e T.C. recordam dessa linha, pois estudaram no Jardim da Infância:

Eu estudava no Marianinho, era no Largo Riachuelo. Eu tenho uma lembrança, eu devia ter uns sete anos, daquela situação de andar no bonde, de trocar o banco de lugar, que eu achava incrível. A hora que chegava no final, virava os bancos, aí o pessoal que chegava voltava para esse lado. Eu achava aquilo incrível! (R.S., 2019).

Era um bonde específico. Ele tinha os pontos de parada. Então nós tínhamos que ir até o ponto do bonde pra pegar. Ele fazia o trajeto dele, que passava na Avenida Rio Branco. E deixava as crianças que pegava no trajeto, era um transporte público, gratuito. E depois fazia o mesmo trajeto de volta: ele pegava no jardim da infância e levava o pessoal, tipo entregando, igual van escolar faz hoje. Hoje a van faz o trabalho que o bonde do jardim da infância fazia (T.C., 2019).

Figura 20 – Bonde infantil da linha 9



Fonte: <https://colunaacontecendo.blogspot.com/2013/10/os-historicos-bondes-de-juiz-de-fora.html>.

Na década de 1950, as linhas de bonde estavam completamente obsoletas. Segundo a revista “O Lince” (apud AMARAL, 2010, p. 66), comemorativa e publicada especialmente para o centenário da cidade, havia 38 bondes operando na cidade enquanto o número de ônibus era de 110 veículos. O crescimento da cidade, se expandindo para outros bairros, impossibilitando

novos investimentos acabou por “matar” o bonde em Juiz de Fora. No ano de 1954 quatro rotas foram canceladas: Fábrica, Poço Rico, Costa Carvalho e Vitorino Braga, ficando em operação apenas as quatro rotas principais: Santa Teresinha e Bonfim no Norte, e Passos e São Mateus do Sul²⁵. Em 10 de abril de 1969, o prefeito Itamar Franco extinguiu definitivamente os serviços de bondes na cidade de Juiz de Fora, fazendo a última viagem de despedida.

3.2.2 Cinemas de Juiz de Fora

Nas redes de sociabilidades da cidade de Juiz de Fora o cinema teve e ainda tem um papel muito importante. Desde o início do século XX²⁶, os espaços de cinema na cidade fazem parte do cotidiano de seus moradores. Ao entrevistar o grupo de idosos do polo verificou-se que um dos temas mais abrangidos nos depoimentos foi justamente as experiências nas salas de cinema da cidade, sendo que 38 idosos marcaram essa opção nos questionários aplicados e entre as 111 respostas, 36 idosos marcaram o Cine-Theatro Central. O cinema era a principal atividade de lazer de Juiz de Fora e praticamente todos os cinemas estavam localizados no centro da cidade²⁷. O centro de Juiz de Fora foi e ainda é um local de confluência de pessoas. E a integração entre a cidade e suas salas de cinema compõe o que Caiafa e Ferraz (2012) chamam de “malha urbana”, nas quais as relações com os espaços vão além dos significados instantâneos, que permitem a constante reordenação da cidade. O cinema estava mais presente na vida das pessoas, e os idosos, entrevistados pela pesquisa, destacam a importância do cinema como lazer da cidade, como esse trecho da senhora R.S.:

O cinema que a gente ia de vez em quando era o São Luiz. Tinha um outro aqui no Mariano, o Rex. Eu assisti a “Dio Come ti Amo” lá. Muito lindo. Assisti várias vezes, eu e minhas amigas todas, a gente era menininha. E choradeira (risos). Ali na Avenida Rio Branco, o Excelsior, a gente frequentava demais. E o Palace. E na minha época de adolescente eu ia ao cinema frequentemente, sábado e domingo. Eles tinham aquela variedade de filmes em um dia só, então eram três filmes, dois filmes seguidos, sentava lá e ficava (R.S., 2019).

Em suas narrativas, os idosos entrevistados destacam os cinemas de rua como o ponto de encontro dos jovens, e como local de paquera após o *footing*. Os cinemas, mais do que espaços de lazer, eram lugares de sociabilidade nesse período da infância e adolescência desses idosos. Não havia televisão e os jovens iam ao cinema várias vezes durante a semana.

²⁵ Informações do blog Acontecendo. Disponível no site: <https://colunaacontecendo.blogspot.com/2013/10/os-historicos-bondes-de-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 20 fev. 2018.

²⁶ A primeira exibição de um filme foi no Teatro Juiz de Fora em 1897.

²⁷ Exceção para os cinemas Rex, que estava localizado no bairro Mariano Procópio e o Cine São Mateus e posteriormente o Cine Paraíso, localizados no bairro São Mateus.

O cinema era o *point* de encontro. Tinha o Central, o Palace e o Excelsior, eram os três cinemas que tinham mais frequência e que ficavam no Centro. E no Excelsior eu comecei a frequentar quando eu era mocinha, então eu via aqueles filmes românticos da década de 70. A juventude juizforana tinha uma convivência mais globalizada, vamos dizer assim, porque todos iam para o Centro. Quem queria vir no cinema botava a melhor roupa, o melhor sapato e vinha para o Centro no cinema” (I.C.D., 2019).

O *footing* era assim: os rapazes ficavam na beirada e as meninas passeando (risos). Depois a gente ia ao cinema. Porque eu tenho uma tia que trabalhava na parte de atendimento aos filmes, ela que revisava os filmes, então, ela dava muito ingresso. E também era o que a gente tinha, não existia televisão naquela época. Era assim, trocava o filme a gente ia no Central, trocava o filme a gente ia pro Palace, à medida que ia trocando, então, a gente ia no cinema umas três, quatro vezes (M.J.C.N, 2019).

Nós fazíamos *footing* na Rua Halfeld. O pessoal descia de bonde ali na Avenida Rio Branco, aí nós fazíamos o seguinte: a gente descia, comprava um ingresso para o filme que a gente queria ver. Então, a gente trabalhava a semana inteira, trabalhava em loja, trabalhava aqui, trabalhava ali. Quando chegava fim de semana, a gente ia ao cinema. Então, sábado a gente ia em um e domingo ia em outro. Os filmes eram maravilhosos! Porque Hollywood tinha uma extensa formação de artistas. A gente via até retrato dos artistas, muito bonitos (E.C.B.L., 2019).

A Rua Halfeld era uma espécie de “Cinelândia”²⁸ de Juiz de Fora, pois a maioria dos cinemas estavam concentrados ao longo dessa rua, tais como os Cine São Luiz, Cine Palace, Cine Glória, Cine Festival e Cine-Theatro Central. O Cine São Luiz, inaugurado em 1955 estava localizado na Praça da Estação, no prolongamento da Rua Halfeld. Concebido para ser um espaço de luxo, o São Luiz foi o cinema de rua que marcou uma época na cidade. No entanto, devido à decadência da região, ele entrou em declínio, se transformando em cinema pornô nos anos 80 e 90 e acabou por fechar suas portas definitivamente em 2007 (MUSSE et al., 2017). Algumas das idosas relembram a modificação na programação do São Luiz nesse período e que motivaram o abandono desse cinema por elas:

O São Luiz já ficava naquela região da estação, era um cinema que geralmente os filmes eram considerados mais picantes, eram filmes com a censura, entendeu? Os outros não, os filmes mais tradicionais, os clássicos, eram trazidos para o Cinema Central, para o Palace e para o Excelsior” (T.M.C., 2019).
Tinha o São Luiz, que passou a pornográfico e eu parei de ir lá. Era muito legal, depois passou a ser só filme de pornografia e eu não quis ir mais (I.A.C.A, 2019).

Juiz de Fora entre os anos de 1950 e 2015 possuiu, ao menos, 17 cinemas de rua²⁹ (MUSSE et al., 2017). Entre os cinemas que marcaram época na cidade pode-se destacar o Cine-Theatro Central que foi inaugurado em 1929, na Rua Halfeld, no local onde antes existia o Teatro Polytheama. Com 90 anos de existência, o Cine-Theatro Central foi construído pela

²⁸ Essa palavra foi usada no sentido de ser um local onde se concentravam a maioria dos cinemas de Juiz de Fora nesse período.

²⁹ Auditório, Benfica, Cine Brasil, Cine Excelsior, Cine Festival, Cine Glória, Cine Metrôpole, Cine Palace, Cine Paraíso, Cine Paratodos, Cine Popular, Cine Real, Cine Rex, Cine São Luiz, Cine São Matheus, Cine-Theatro Central e Cine Veneza.

Companhia Pantaleone Arcuri para a Companhia Central de Diversões. Ricamente ornamentado com pinturas no teto do pintor italiano Angelo Bigi, sediou na década de 1960 dois festivais de cinema brasileiro, em 1966 e 1967. Foi palco também de festivais de música popular brasileira entre os anos de 1968 e 1973. Nas lembranças dos idosos, esse cinema aparece como um dos mais importantes, não somente por sua programação, mas também por seus aspectos arquitetônicos. A senhora T.M.C., por exemplo, relembra que a convivência nos cinemas era mais do que assistir aos filmes, mas também o convívio nos intervalos, e a senhora I.A.C.A. relembra as paqueras.

A minha memória vai muito pro Cinema Central porque até hoje é um dos pontos que eu considero mais bonitos de Juiz de Fora. E os filmes naquela época, como era tudo longa metragem, ele tinha uma parada, um intervalo, que você ia lá na recepção, comprava um lanchinho e voltava. Era bem interessante porque no intervalo você tinha que ir correndo lá atrás comprar uma pipoca, alguma coisa assim (T.M.C., 2019).

Eu frequentei muito o Cine Teatro Central porque eram duas sessões pelo preço de uma, isso em 74, você entrava às duas horas e saía só às seis horas. Nem cansava, paquerava e tudo (I.A.C.A., 2019).

Tombado em 1994 pelo IPHAN, o Cine-Theatro Central foi adquirido pelo presidente da República Itamar Franco e doado à Universidade Federal de Juiz de Fora, nesse mesmo ano. Ele deixou de ser cinema e atualmente só é utilizado para shows e peças de teatro, mas durante muito tempo funcionou apenas como cinema, tendo duas salas: o Cinema Central no palco principal e o Cine Festival, no segundo piso, uma sala menor e mais acanhada. No Cinema Central passavam os filmes de maior audiência, enquanto no Cine Festival, os filmes *cult*.

O cinema, eu lembro do Central, eu assisti lá o Ben-Hur, filmeço, né? E fizeram o Cine Festival na parte de cima do Central, eu acho que no máximo umas 20 poltronas. O ingresso era mais caro e passava filmes, eu devo ter ido lá umas duas vezes no máximo (G.M.R.C., 2019).

A frequência ao Cinema Central, como era conhecido o Cine-Theatro Central, é relatada pelos idosos como um espaço de convivência familiar, entre gerações, inclusive.

Frequentei muito o Cinema Central porque tinha uma matinê durante a semana, às quartas-feiras. E eu criança, saía da escola, a minha mãe saía do trabalho, encontrava comigo e meu irmão e a gente ia pra lá, pro cinema. Sem contar a matinê do domingo, que a gente tinha as matinês das dez horas da manhã no Cine-Theatro Central. Então, naquela época eu frequentei o Cine-Theatro Central muito como cinema (M.A.P.S., 2019).

Teve uma época que o Cinema Central passou uma série de filmes de 1910, 1920, esses filmes antigos. Mas o Cinema Central também tinha uma orquestra filarmônica que apresentava, eu ia com o meu avô também, ele gostava de ir. Ele já estava velhinho, tinha 80 e poucos anos, eu ia com ele. Eu era menina, tinha uns 14, 15 anos (M.J.C.N., 2019).

Figura 21 – Aspectos do interior do Cine-Theatro Central (1940)



Fonte: Blog Maria do Resguardo.

Um dos mais importantes cinemas da “cinelândia” de Juiz de Fora foi o Cine Palace, localizado na esquina da Rua Halfeld com a Rua Batista de Oliveira. O Cine Palace foi construído pela Construtora Abramo em estilo art-déco, estilo arquitetônico muito utilizado em Juiz de Fora nesse período. Inaugurado em novembro de 1948 com capacidade para 1005 lugares, o prédio foi adquirido pelo Banerj em 1984. Cogitado para ser uma agência bancária, ficou durante 14 anos fechado, sendo reaberto como Cinearte Palace em 1999 com duas salas com capacidades menores (225 e 181 lugares). Em 2002, com o patrocínio do Unibanco, o cinema passou a se chamar Espaço Unibanco Palace. Em 2017 encerrou definitivamente suas atividades, sendo o prédio, cuja fachada é tombada pelo órgão municipal de tombamento, transformado em uma loja de departamento de uma grande rede nacional. O senhor M.J.C.N. se recorda da programação do Palace quando já estava dividido em duas salas, pois era um cinema que não exibia as grandes produções, mas filmes fora do circuito comercial.

E o Palace foi uma pena, que acabou, mas era muito bonito. Tinha a partezinha em cima, mais no final, tinha uma partezinha ao lado, assim, que você entrava, que passava uns tipos de filmes mais alternativos, eram filmes antigos, eles passavam esses filmes. Eram dias especiais, abria às vezes só duas vezes por semana (M.J.C.N., 2019).

Um dos cinemas citados pelos idosos foi o Cine Glória que estava localizado na Rua Halfeld, no número 615, onde hoje está situada a Galeria Constança Valadares. Inaugurado em 1929, o Cine Glória não era muito grande. Não foi possível identificar quanto tempo durou esse

cinema, pois não se tem a data de seu encerramento, mas é possível saber pela senhora E.C.B.L. que o mesmo era utilizado para eventos, além de ser um espaço de cinema:

Tinha o Cine Glória, onde foi minha formatura de Contabilidade do Machado Sobrinho, que hoje abriu uma galeria onde era esse Cinema Glória (E.C.B.L., 2019).

Fora da Rua Halfeld, mas também perto da “Cinelândia” havia o Cinema Excelsior. Inaugurado em 1958, com capacidade para 1.250 pessoas, o Cine Excelsior estava localizado na Avenida Rio Branco, 1909. Construído na sobreloja de um edifício de salas comerciais, sua sala era imensa e fora equipado com os melhores equipamentos da época. Alguns idosos lembram de sua inauguração, como, por exemplo, os senhores B.R.A., G.M.R.C., M.A.P.S. e E.C.B.L. e recordam como esse espaço de cinema era inovador para a cidade de Juiz de Fora.

O Excelsior, foi até um primo meu que construiu, Maurício Aguiar. Eu lembro. Quando foi inaugurado foi um acontecimento porque a decoração dele era totalmente diferente. Ele construiu o prédio, ali onde tem o Excelsior” (B.R.A., 2019).

Eu lembro da inauguração dele. O Excelsior era muito bonito. Ele era inclinado, foi construído de uma maneira que quem ficava na frente não atrapalhava, muito limpinho, muito bom. Excelsior, eu fui várias vezes lá. A minha primeira namorada (risos) eu fui com ela naquele cinema (G.M.R.C., 2019).

E depois, posteriormente, já na adolescência, o Cine Excelsior, que hoje fechou, mas que era naquela ocasião, por conta da arquitetura, de todo aquele ambiente modernista do Cine Excelsior, então, aquilo pra gente era uma coisa do outro mundo. Ainda consigo me imaginar ali com aquelas luzes acendendo e o prefixo do Cine Excelsior era o Danúbio Azul, era a valsa (M.A.P.S., 2019).

Depois abriu aquele ali na Avenida Rio Branco, que está fechado, o Excelsior. Eu fui na estreia do Cine Excelsior. A gente era jovem, então, era muito bom. Por exemplo, eu e a minha irmã, nós saíamos um grupinho que morava ali. Então pra gente aquilo era uma beleza. E às vezes a gente tomava bonde, depois acabaram os bondes e passou a ser ônibus (E.C.B.L., 2019).

Nas lembranças sobre o Cinema Excelsior, os idosos recordam os filmes que viram e a sua grandiosidade. Com nostalgia demonstram tristeza pelo seu fechamento. Fruto de uma disputa entre os proprietários do cinema, a Prefeitura Municipal (através do Comppac³⁰) e a sociedade civil, o Cine Excelsior ficou muitos anos fechado enquanto se desenrolava uma tentativa de recuperar o cinema como um espaço de lazer na cidade. Em 2010 o cinema foi vendido a novos proprietários que o transformaram em um estacionamento em novembro de 2011. Foi-se a maior sala de cinema do interior de Minas Gerais.

Olha, eu adorei “Os Dez Mandamentos”, passou no Excelsior. Era lindo porque ele tinha umas luzes no teto e iam mudando as cores até começar. Depois tinha aquele passarinho, (imita som de pássaro) um pássaro assim, não sei se era falcão, antes de começar o filme. E tocava música e trocando as cores no teto até começar a sessão. Ali eu assisti “Ben-Hur”, “Os Dez Mandamentos”, “E.T.”, esses três filmes que estou

³⁰ Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural.

lembrando. Foi em 1980, mais ou menos, que passou E.T. e muitos outros que eu fui. Lá era o melhor cinema de Juiz de Fora. Ah, fiquei muito triste quando acabou porque era gostoso demais, nossa, era lindo. Sei que virou estacionamento (I.A.C.A., 2019).

Figura 22 – Interior do Cine Excelsior



Fonte: Blog Maria do Resguardo.

Um dos cinemas citado pelos idosos e que também deixou marcas na cidade foi o Cine Popular. Criado em 1927 por João Gonçalves Carriço³¹, o Cine Popular estava localizado na Avenida Getúlio Vargas (naquela ocasião Rua 15 de Novembro) (SIRIMARCO, 2005). Com capacidade para 500 pessoas, o Cine Popular tinha um apelo mais popular, cujo slogan era “do povo para o povo”, e estava localizado fora da “Cinelândia” do centro. A Avenida Getúlio Vargas foi e ainda é um espaço popular no centro de Juiz de Fora. Uma das idosas, que era moradora nas redondezas, frequentou o cinema e se lembra de João Carriço.

A minha recordação dos cinemas de Juiz de Fora são dois cinemas: o Cinema Popular, na Avenida Getúlio Vargas, que eu, por uma questão de morar nas redondezas, eu frequentei muito o Cinema Popular. E lembro perfeitamente do Carriço. Lembro e vejo perfeitamente a pessoa que ele era, o pioneiro nessa indústria cinematográfica em Juiz de Fora. Não era à toa, na Avenida Getúlio Vargas onde hoje é um estacionamento, ali perto do Bahamas, ali naquelas imediações (M.A.P.S., 2019).

³¹ João Gonçalves Carriço é um dos pioneiros do cinema brasileiro. Nasceu em Juiz de Fora em 1886 e morreu nessa mesma cidade em 1959. Fundou a Carriço Film em 1934, produzindo cinejornal e documentários sobre a cidade de Juiz de Fora. Seu acervo encontra-se hoje na Cinemateca Brasileira.

Após a morte de João Carriço, em junho de 1959, o cinema passou a ser dirigido por seu filho Manoel Carriço, que acabou por fechá-lo em 1966. No seu lugar hoje funciona o estacionamento de um supermercado. Dois idosos lembram do Cine Popular, mas já fechado:

O único que eu não frequentei foi o Popular, mas eu lembro dele fechado. Eu devia ter uns 15 anos, a gente passava na porta e ele estava fechado (M.J.C.N, 2019).

O Cine Popular eu lembro vagamente dele fechado já, na Getúlio Vargas (G.M.R.C, 2019).

3.2.3 Museu Mariano Procópio

Ao preencher o questionário, 36 idosos responderam que gostariam de lembrar fatos sobre o Museu Mariano Procópio (MMP). Esse museu é um ponto de referência para Juiz de Fora, pois é o mais antigo e mais importante da cidade. O MMP se destaca não somente pelo seu acervo museológico eclético³², com mais de 45 mil peças, mas também pelo parque que o circunda que é muito utilizado pela população de Juiz de Fora para piqueniques e passeios, principalmente aos domingos. No parque, composto por um lago com ilhas e extensa vegetação, as famílias desfrutavam o lazer, tal como no depoimento de L.N.:

A gente ia também passear. Porque antigamente a gente passeava muito nessas coisas, né? Morro do Cristo, Museu. E o Museu a gente ia muito porque meu pai também trabalhava lá do lado dele, na fábrica Paraibuna. Então, a gente costumava levar almoço pro meu pai e dava uma passadinha no Museu por causa da jabuticaba, as árvores estavam sempre cheias de jabuticabas. Então, a gente costumava passar lá no Museu, catar aqueles coquinhos, a gente quebrava lá mesmo e comia os coquinhos. E tinha bichos, os macaquinhos ficando fazendo gracinhas, aquelas ilhazinhas eram cheias de macaquinhos... (L.N., 2019).

Uma das perguntas feitas aos idosos era se eles se lembravam da primeira vez que visitaram o Museu. Uma das senhoras lembrou exatamente quantos anos tinha quando foi ao Museu pela primeira vez e como o parque do Museu era utilizado para namoros:

A primeira vez que eu fui lá eu devia ter uns 12 anos. Eu lembro que a minha mãe deixou, a gente levava aquelas vitrolinhas e ficava todo mundo namorando, escutando som debaixo das árvores, fazendo piquenique. Era gostoso de paquerar lá. Ficava todo mundo debaixo das árvores com seu namoradinho, escutando música na vitrola (I.A.C.A, 2019).

Figura 23 – Fachada do prédio do Museu Mariano Procópio (1940)

³² As coleções do MMP abarcam uma grande variedade de peças de numismática, fotografias, artes visuais, móveis, mineralogia, paleontologia, zoologia, botânica, objetos cerimoniais, etc.



Fonte: Blog “Maria do Resguardo”.

Alguns idosos que nasceram na cidade não se lembram exatamente da primeira vez que lá estiveram, mas recordam detalhes, como a senhora R.S. que fala sobre o minizoológico que havia no Museu e que aos poucos foi sendo desativado à medida em que os animais foram morrendo e do medo que tinha das estátuas do parque e do museu:

Eu tenho uma foto lá pequena também. Eu, minha mãe, aquelas fotos que tirava lá no Museu. Eu lembro de visitar, achava lindo. Mas eu tinha muito medo, não sei por que. Aquelas coisas, aquelas caras, aquelas estátuas (risos). Hoje não, lógico que isso era uma coisa do desconhecido mesmo. Mas eu lembro, a minha mãe levava a gente pra passear lá, dar uma voltinha. Eu lembro que ali embaixo tinha muitos bichos, a gente podia ver muitas coisas, um mini zoológico por ali. Hoje está bem diferente (R.S., 2019).

Uma lembrança comum na memória de alguns idosos é a ida ao parque do MMP para comer jabuticabas. O pomar de jabuticabas do Museu Mariano Procópio foi formado na época do projeto paisagístico do parque, no final do século XIX, e reflete um tempo em que os casarões de Juiz de Fora viviam repletos de pés dessa fruta. Pedro Nava (1977), ao falar do quintal de sua avó materna, Maria Luísa Jaguaribe, na Avenida Rio Branco, fala sobre os 24 pés de jabuticaba e o hábito de se fazerem barrigadas para comerem as frutas. Inclusive, Pedro Nava dizia que Juiz de Fora rivalizava com Sabará no quesito abundância de jabuticabas. Com o crescimento da cidade, a maioria desses quintais não existe mais e as jabuticabas ficaram restritas às fazendas e ao parque do MMP.

Eu lembro da primeira vez que fui ao Museu. Porque eu fui pra chupar jabuticaba (risos). Lá tinha muitos pés de jabuticaba e tinha os lugares, os dias que abriam ao

público, geralmente a gente ia de domingo de manhã, dez horas. E a gente passava o dia lá, até piquenique a gente fez lá, levava uma toalha, uma lancherinha, lá sempre teve aqueles espaços com muito verde, muito bom. E a gente colhia jabuticaba, ficava ali, comia o nosso lanchinho e ia embora (risos) (T.M.C., 2019).

A gente sempre frequentou ali porque era lugar pra passeio. Assim, na parte da tarde, domingo, a gente ia lá, sempre. Até hoje. Mas antes a gente frequentava. Andei muito de pedalinho. Mas depois ficou parado, encostado lá. Fiz piquenique! Inclusive, meu irmão trabalhou no Maranhão muito tempo, aí veio um pessoal do Maranhão pra passear aqui e o pessoal que veio queria conhecer o que era jabuticaba, porque lá no Maranhão não tem. Então, ele falou: “Tem no museu”. Nós chegamos lá e não tinha. Não era época ainda (M.J.C.N., 2019).

Figura 24 – Lago do parque do Museu Mariano Procópio, década de 1970



Fonte: Acervo Simón Eugénio Sáens Arévalo.

A senhora M.J.C.N. lamenta o fim do pedalinho que circulava pelo lago e fala também sobre o fechamento do museu e do parque. Os prédios históricos do MMP foram fechados em 2008 e somente em 2017 parte de um dos prédios foi liberado para visitas (Galeria Maria Amália). Sobre obras no parque, temos o relato da senhora B.R.A.:

Eu ia sempre porque era um passeio quase obrigatório, a minha mãe sempre nos levava lá, eu tenho muitas memórias do museu. Mas não modificou grande coisa, não, continua praticamente da mesma forma. Só foi feito depois agora com o Mello Mendes, quando ele foi prefeito, ele fez uma reforma boa na parte ali do lago, aquela parte ali embaixo (B.R.A., 2019).

A *Villa* teve seu restauro finalizado em 2017 e suas visitas ainda estão condicionadas à marcação. Com problemas de infiltração, os prédios históricos ficaram uma década completamente fechados. Restou à população visitar o parque. Sobre isso temos os depoimentos das senhoras M.J.C.N. e I.A.C.A que lamentam o fechamento do MMP.

E mesmo lá dentro do museu, esteve fechado pra reforma, e agora meus netos frequentam, metade está funcionando e a outra metade não (M.J.C.N., 2019).

Onde fica mesmo o museu, do tempo do Mariano, de tudo, da casa toda, está fechada há mais de dez anos. Eu queria tanto que reabrisse, com aquelas obras lindas, cada quadro maravilhoso, eu me lembro, muito rico! Está fechado há mais de dez anos, nunca mais que termina a obra, entendeu? Todo mundo tinha que conhecer essa parte que está fechada há mais de dez anos. Eles ficam falando todo ano que vai reabrir e não reabre, um patrimônio riquíssimo (I.A.C.A., 2019).

Em termos gerais, as narrativas do idosos apresentam uma nostalgia sobre uma cidade que se modificou ao longo do tempo, foi perdendo suas características e adquirindo outras ao longo de sua história.

4 RUÍNAS E TRANSBORDAMENTO DE MEMÓRIA NAS MÍDIAS DIGITAIS

As memórias podem ser ruínas, mas também transbordamento nas mídias digitais. São ruínas, na medida em que apresentam fragmentos do passado nos *sites*, *blogs* e em *fanpages* do *Facebook*, alavancando o processo de rememoração. E podem ser transbordamento quando o excesso desses fragmentos pode relevar uma nova experiência sobre os lugares e sobre as coisas. Nesse capítulo interessa analisar como as mídias digitais, em particular a internet, podem servir para a rememoração do passado, aliando-se, inclusive com mídias mais tradicionais, como os jornais impressos, por exemplo. Ao analisar um encarte produzido pelo jornal “Tribuna de Minas” em comemoração ao aniversário da cidade de Juiz de Fora, produzido a partir de conteúdo enviado pelos leitores através das mídias digitais do jornal (*Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*) pretende-se saber qual cidade imaginada é construída por esses leitores nesse processo. Para tal, é preciso analisar não somente o conteúdo em si, mas como esse processo é parte da construção de uma memória coletiva da cidade. Mas como é o processo de criação de uma memória coletiva de uma cidade? Como as imagens, disponibilizadas nas mídias digitais de um jornal podem servir de ferramentas de novos processos de lembrança e esquecimento?

4.1 Memória, imagem e imaginação

Memória é capacidade de reter conhecimentos, mas é muito mais do que isso. A palavra memória vem do grego *Mnemosýne*, deusa da memória. Para a antiga civilização grega a função de *Mnemosýne* era presidir a função poética (VERNANT, 1990). Possuído pelas musas, o poeta seria o intérprete dos desejos da deusa, relembando o seu passado heroico. Para os gregos, a memória seria a ponte entre os vivos e os mortos. No oráculo de Lebadeia havia duas fontes: *Léthe* (o esquecimento) e *Mnemosýne* (memória). Segundo Vernant (1990) era preciso primeiro beber da fonte (*Léthe*) para esquecer o seu passado e só depois beber da segunda fonte (*Mnemosýne*) para guardar as lembranças. O papel da memória, nesse caso era o de guardar o que se viveu, mas após um processo de esquecimento, resultado da experiência no *Léthe*. Os antigos gregos acreditavam que as lembranças não estão prontas em nossa memória, mas fazem parte do processo de rememoração porque lembrar e esquecer fazem parte dos processos de rememoração. Além disso, os gregos acreditavam que a memória e a imaginação tinham a mesma origem. Yates (2007) discorre sobre a ideia de memória em Aristóteles na obra “*De memoria et reminiscencia*”, na qual o filósofo grego faz uma distinção clara entre memória e reminiscência (lembrança). Aristóteles afirma que a lembrança seria a recuperação do

conhecimento ou da sensação vivida, enquanto a memória é o processo de recuperação dessas sensações. Nesse sentido, pode-se afirmar que a memória é um processo mais amplo que simplesmente lembrar e esquecer.

Por isso, não se pode falar de memória sem se falar do esquecimento. Não são conceitos antagônicos, mas complementares. Na verdade, a memória é feita de lembranças e esquecimentos, pois sem esquecimento não há memória. Para Vernant, que estudou a memória na Grécia Clássica, “a rememoração do passado tem como contrapartida necessária o ‘esquecimento’ do tempo presente” (1990, p. 144). Além de Vernant (1990), Pollak (1989) e Augé (2001) alertam para a necessidade do esquecimento nos processos da memória. Para Augé, “O esquecimento, em suma, é a força viva da memória e a recordação o seu produto”. (AUGÉ, 2001, p. 27). Também Huyssen (2000) aponta que o excesso de memória pode vir a produzir um grande esquecimento, pois a memória se equilibra entre lembranças e esquecimentos.

Ao discutir a questão do esquecimento, Ricoeur (2007) trabalha com o conceito de esquecimento de reserva, ou seja, existem marcas tão profundas que sempre voltam em imagens recuperadas em outra ressignificação e dimensão que sintetizam uma igualdade entre o presente e o passado. Ricoeur aponta, que de certa maneira podemos falar em distorção da memória quando falamos em esquecimento. Ao retomar os conceitos de Bergson (2010) em sua obra “Matéria e Memória”, Ricoeur discorre sobre os rastros no processo de desencadeamento da memória, no qual o esquecimento não se apoia na materialidade, ou seja, no apagamento desses rastros. Ao fazer um esboço fenomenológico da memória, Ricoeur faz uma distinção entre memória e lembrança. Para ele, a memória encontra-se sempre no singular, nas manifestações do nosso cérebro e espírito, e as lembranças estão no plural, pois participam do processo desencadeador da memória.

De acordo com Halbwachs (2003), a memória individual é estreitamente limitada no espaço e no tempo: “a memória coletiva também é assim, mas esses limites não são os mesmos, podem ser mais estreitos e também muito mais distanciados” (HALBWACHS, 2003, p. 72). Ele denomina uma memória como interior ou interna – autobiográfica – e outra exterior – histórica. Ou então memória pessoal e a outra, memória social. A memória pessoal ajuda na memória histórica, pois a história de nossas vidas faz parte da história geral, que é mais extensa. “Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresentaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso” (HALBWACHS, 2003, p. 73). Já a diferença entre a memória coletiva e a história se dá, entre outros motivos, pelos seguintes aspectos: os limites na memória coletiva são

irregulares e incertos, o presente não se opõe ao passado, e a negação a existência do passado (HALBWACHS, 2003, p. 105).

Ricoeur trabalha com o conceito de representância³³. O autor testemunha a natureza narrativa do texto histórico remetendo à: imaginação histórica; operação mimética como referente – passado que não é mais e, ao mesmo tempo é irrepetível, ou seja, ele em uma especificidade única. Criando um vínculo estreito com o tempo (a realidade que foi já não é), mas volta a ser, criando o discurso da História, que instaura sobre o passado os êxtases do tempo (presente, passado, futuro). Na representação escriturária estariam contidas essas premissas.

A história para Ricoeur, é narrativa. E, nesse sentido, ela é um modo explicativo alternativo, porque em qualquer narração há sempre uma potência narrativa. Chartier (2002) pensa a narrativa para além: da “história acontecimental” – quando o indivíduo é visto como portador da mudança histórica – (Escola de *Analles* é contra isso) e da “história problema” (feita pela Escola de *Analles*) ou mesmo a lógica da explicação causal ligada aos historiadores ingleses.

Para uma compreensão mais profunda do autor, trabalhar-se-á com leituras de outro texto em que ele trata: do vínculo entre memória e história; do conceito de representância e de narrativa. A primeira grande diferença entre história e memória apresentada por Chartier (2002) coloca em oposição testemunha e documento. Para a memória é indispensável a fiabilidade do testemunho naquele que estava lá, pela condição de presença.

Não é possível falar de memória e imaginação sem apontar o filósofo tcheco Vilém Flusser. Flusser ao criar um glossário de filosofia afirma que a imaginação é a “capacidade para compor e decifrar imagens” (FLUSSER, 1998, p. 24). Para Flusser, as imagens “são mediações entre o homem e o mundo” (FLUSSER, 1998, p. 29), pois elas representam o mundo. Nesse sentido, ele faz uma análise da palavra imaginação, que deriva da palavra imagem. Flusser associa a memória à imagem e à imaginação e também divide a memória em três principais momentos: o armazenamento mítico, determinado pela cultura oral; o armazenamento mágico, manifestado na cultura material dos objetos detentores de memória; e no armazenamento historiográfico, figurado na escrita e na busca por transpassar os problemas ligados à efemeridade que os dois anteriores possuíam (FLUSSER, 2014). Ele aponta a importância das imagens nos processos de lembranças resultantes dos processos de rememoração.

Os álbuns fotográficos são como arquivos a partir dos quais é possível cartografar além dos mapas e traços da cidade, percorrer as experiências, as marcas subjetivas que compõem a

³³ Esses conceitos que serão utilizados partiram de uma leitura própria de Marialva Barbosa. Referência de aula: UFRJ, 2018.

vida em uma cidade. Desse modo, o modo cartográfico do qual aproximamo-nos é menos do mapa e mais do croqui. O álbum é uma forma de ver as organizações familiares, as composições étnicas, as apropriações e trajetos pela cidade a partir das imagens construídas e registradas e das experiências relatadas. Como “escalas do mundo”, (SONTAG, 2004) as fotos são testemunhos, interpretações, desvelam experiências. As fotos podem contar biografias de uma pessoa, mas também de um grupo social, de uma cidade. As fotografias nos indicaram as pessoas, evocaram as narrativas, nos dando não apenas uma outra fisionomia da cidade, mas outra dimensão biográfica para ela.

A fotografia não existe simplesmente com a função de imitar a realidade, mas sim de prolongar aquilo que existiu um dia. Assim, a fotografia funciona como uma memória social que é capaz de eternizar pessoas, locais, momentos que provavelmente não se repetirão. Nesse sentido, Roland Barthes esclarece: “o que a fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (BARTHES, 1984, p. 13). O ato do fotográfico foi amplamente estudado por Dubois (1993) que aponta três percursos na análise histórica da fotografia: num primeiro momento, a fotografia como espelho do real, num segundo, a fotografia como transformação do real e, por fim, a fotografia como traço de um real. Dubois aponta Barthes (1984) e sua câmara clara como expoente da terceira corrente, na qual a representação fotográfica tem extrema importância. Tanto Dubois quanto Barthes veem a fotografia como uma prova de existência de um fato.

4.2 Memórias afetivas nas páginas do jornal “Tribuna de Minas”

Bairro conjunto JK, 1970. Domingo à tarde. O trabalho de lavar o Fusquinha vermelho – cor que permanece na memória – se misturava ao prazer de juntar a família para, entre uma conversa e outra, apreciar a vida sem pressa. Ruas de pedrinhas, muros baixos e portões sem cadeados. Como Adélia Prado disse em um dos seus poemas: “Houve esta vida ou inventei?”.

*Paolla Genevain – foto e texto enviados por WhatsApp para o jornal
“Tribuna de Minas”.*

Figura 25 – Família de Paolla Genevain



Fonte: Encarte Memória Afetiva, jornal impresso Tribuna de Minas, 2019.

O “Tribuna de Minas” surgiu em 1981, e tinha como premissa ser um veículo apolítico, voltado para os problemas da cidade. A primeira edição ocorreu em 1º de setembro de 1981. O jornal foi criado pelo empresário e médico Juracy de Azevedo Neves, e tinha como principal objetivo oferecer ao leitor uma diversidade de serviços e criar um espaço para o debate dos mais variados assuntos. Paulo César Magella, editor geral da “Tribuna”, é o único jornalista que está no jornal desde a sua implantação. É impresso desde o início no formato *standard*.

De acordo com Raiza Halfeld (2013), em 1983, o “Tribuna” se tornou o principal jornal da cidade, com o fechamento do “Diário Mercantil”. Em 1985, na tentativa de se expandir, o jornal passa a ser publicado também em Belo Horizonte, como alternativa para o leitor da capital e fazer frente ao monopólio do “Estado de Minas”, que apoiava o governo do estado naquele período. Mas tal experiência não obteve sucesso. Em 1986, o jornal passa a publicar em Juiz de Fora a “Tribuna da Tarde”, que vinha repleto de notícias locais, mas, em 1992, retoma seu nome original e passa a produzir um jornalismo mais voltado para a cidade e região.

Ao longo das décadas, a “Tribuna de Minas” passou por diversas reformas gráficas. As cores chegariam às páginas do jornal em 1994, tornando a leitura ainda mais agradável. Em 1997, a manchete “Ousadia Gráfica e Editorial redesenha a Tribuna e impõe uma nova história para o jornalismo em Juiz de Fora” anunciava as mudanças pelas quais a Tribuna passaria nos próximos anos, a começar pela capa, na qual o logotipo azul cedeu espaço ao vermelho bordô. Foi introduzida uma nova tipografia nos títulos e textos, criada exclusivamente para o jornal. Os cadernos também ganharam novas *logos* coloridas e mais destaque para as fotos.

Quando o Jornal Tribuna de Minas completou 35 anos de história, em 2019, passou a contar com a Célula (Fundada em 2004, a Célula é uma empresa especializada em Gestão de Documentos) como parceira na organização, gestão e guarda documental do seu acervo. Em um trabalho que é realizado há mais de três anos, além de armazenar o material administrativo,

todos os jornais – desde a edição 00, de agosto de 1981 – são digitalizados e guardados. Além de olhar para o passado ao preservar esse rico histórico, o trabalho também é um avanço para a publicação, que conta com a tecnologia OCR³⁴ Célula no acesso aos arquivos digitais. “A possibilidade de pesquisar por palavras-chaves dentre tudo o que já foi publicado é uma grande ferramenta para o dia a dia jornalístico, agilizando muito o trabalho e ajudando no acesso à informação”, destaca o Diretor de Operações do Tribuna de Minas, Ademilton Trindade (CÉLULA, 2019).

A Tribuna de Minas geralmente faz homenagens a Juiz de Fora no dia 31 de maio, em comemoração ao aniversário da cidade. Já foram feitos encartes especiais e periódicos, tal como o livro “Juiz de Fora em 2 tempos” (1998) – (ANEXO D). O projeto mais recente ocorreu em 2019, chamado “Memória Afetiva”³⁵ (ANEXO E), realizado pela jornalista Júlia Pessôa, que resultou em um encarte especial.

Segundo Júlia Pessôa (2020), em entrevista concedida à pesquisa, a decisão de fazer esses projetos especiais nos aniversários da cidade é uma decisão editorial e uma tradição do jornal. Ela aponta suas duas reportagens especiais (GPS Afetivo e Memória Afetiva) e a grande reportagem do Mauro Morais (A Cidade e a Idade³⁶) como exemplos dessa política. Ela diz: “O GPS Afetivo³⁷ surgiu de uma matéria que eu tinha escrito para minha coluna e virou o projeto, já o Memória nada mais é do que o GPS reciclado. Eles (os editores da Tribuna) resolveram reeditar este projeto porque o GPS não saiu num Caderno Especial, ele saiu no 2, aí acharam que merecia um Caderno Espacial, mas a ideia na prática é a mesma” (PESSÔA, 2020). A seleção de fotos para a matéria dependeu do que tinham em arquivo ou no blog Maria do Resguardo.

³⁴ O OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres) é um processo pelo qual podemos extrair todo o texto de um documento digitalizado e tornar esse conteúdo pesquisável. Com interface intuitiva e simples, juntamente com a alta qualidade da digitalização, essa tecnologia é aplicada pela Célula em documentos dos mais diversos formatos, como cartas, memorandos, ofícios e jornais. Além do resgate e conservação do material impresso ou datilografado da empresa, o software permite a atualização do conteúdo e marcação em destaque dos termos pesquisados para facilidade de visualização. Com maior rapidez nos processos, liberação de espaço físico e organização de material, o balanço da parceria entre a Célula e o Tribuna de Minas é avaliado como totalmente positivo. “A Célula se destaca pelo profissionalismo e atendimento personalizado. A equipe prima por um bom relacionamento com o cliente, busca entender as demandas e ajudar. Tudo com muita atenção e seriedade”, afirma Ademilton Trindade. Disponível em: <https://www.celula.net.br/noticias/historia-preservada-e-digitalizada-35-anos-do-tribuna-de-minas/> Acesso em: 27 mai. 2020.

³⁵ Na página 2 do encarte impresso a TMTV (Canal no *YouTube* do jornal Tribuna de Minas) postou um Código QR (que é um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera) que direcionava o leitor para o vídeo do projeto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WA3myxF-nII&feature=youtu.be> Acesso em: 27 mai. 2020. Nos frames aparecem objetos antigos relacionados aos espaços de memória da cidade e, posteriormente, a exibição de uma entrevista com duração de 4 minutos com Marcelo Lemos, comentando sobre o surgimento e a dinâmica de funcionamento do *blog* e da *fanpage Maria do Resguardo*.

³⁶ Disponível em: <https://tribunademinas.atavist.com/a-cidade-e-a-idade> Acesso em: 27 mai. 2020.

³⁷ Disponível em <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/08-11-2015/juiz-de-fora-gps-afetivo-2.html> Acesso em: 27 mai. 2020.

Percebe-se, de acordo com a entrevista da jornalista supracitada, o quanto existem marcas de memória, que vez ou outra são acionadas por alguma iniciativa público-privada em Juiz de Fora. Seja através do projeto precursor de Marcelo Lemos de reunir um arquivo precioso de fotografias antigas e ter a consciência de dar visibilidade e propagação a estes materiais, ou então por iniciativas de empresas de mídia, tal como o jornal “Tribuna de Minas”, que sempre se valeu deste esforço de rememoração da cidade do passado. Outras iniciativas podem ser citadas, como o projeto da TV Integração (afiliada da Rede Globo em Juiz de Fora): “Quadro Memória MGTV³⁸”. Mas, este não é o cerne desta pesquisa. Somente utilizou-se destes dados para reforçar a compreensão de que Juiz de Fora tem um perfil social extremamente saudosista e nostálgico. É tão notável esta característica da cidade, que se poderiam mencionar inúmeros estudos acadêmicos que vão iluminando outros aspectos das tentativas de compreensão da cidade. Cita-se, por exemplo, o artigo³⁹: “Telejornalismo e imaginário urbano: a cidade na TV” da professora e jornalista, Christina Ferraz Musse. Vemos também, através do relato da repórter Júlia Pessôa, que alguns destes projetos de rememoração acabam por se relacionar: o encarte Memória Afetiva também foi viabilizado pelas fotos do *blog/fanpage* Maria do Resguardo. Existe todo um movimento de memória espacial, virtual, da imaginação e material que vão se concentrando em diferentes plataformas, espaços e tempos. Estas lembranças ficam no inconsciente dos habitantes e são acionadas em fotografias de lugares como os casarões antigos, que já foram demolidos do Centro da cidade, mas que guardaram por muito tempo as memórias da cidade e, por conseguinte, as memórias de seus moradores. Segundo Iván Izquierdo (1989, p.7): “As memórias adquiridas em estado de alerta e com certa carga emocional ou *afetiva* são melhor lembradas que as memórias de fatos inexpressivos ou adquiridas em estado de sonolência”. Ou seja, pelas memórias afetivas, tanto os juizforanos quanto a mídia tradicional (imprensa local) ressignificam a imaginação sobre a cidade continuamente. Partiremos agora então, para análise do projeto “Memória Afetiva” do jornal Tribuna de Minas.

³⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-ledicao/videos/v/quadro-memoria-mgtv-traz-relatos-da-jornalista-cristina-musse/4809379/> Acesso em: 13 fev. 2020.

³⁹ O artigo é uma reflexão sobre a narrativa dos telejornais enquanto representação do espaço público. A televisão é fundamental na constituição do imaginário urbano, sendo forte responsável pela construção dos laços de pertencimento entre os seres humanos e os espaços por eles ocupados. Neste artigo, pretendemos analisar a história dos principais telejornais veiculados nas emissoras de Juiz de Fora, Minas Gerais, onde foi inaugurada a primeira geradora de TV do interior, na região Sudeste do Brasil, em 1964. Assim, desejamos evidenciar qual é a cidade representada nesses veículos que, nos últimos 44 anos, estão entre os principais mediadores das relações entre a cidade e seus habitantes. A investigação tem alguns aspectos relevantes, em especial, o fato de podermos evidenciar as mudanças dos telejornais locais, com a adoção do modelo de rede e a introdução das novas tecnologias, além do fato de Juiz de Fora ser uma cidade de características singulares no contexto mineiro, já que não agrega os valores tradicionalmente concebidos como aqueles da mineiridade. Este artigo é parte do projeto de pesquisa “Televisão e imaginário urbano: as narrativas da cidade no espaço dos telejornais”, financiado pela Fapemig. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Telejornalismo%20e%20imaginario%20urbano.pdf> Acesso em: 13 fev. 2020.

Em maio de 2019 foi lançado um desafio no *Facebook* para que os fãs da *fanpage* do jornal “Tribuna de Minas”⁴⁰ enviassem fotos antigas (via e-mail, *Facebook* e *WhatsApp*) para a equipe jornalística da redação e comentassem em algumas publicações selecionadas posteriormente. Salienta-se que o jornal sempre reaviva a memória oficial da cidade e aciona as memórias individuais e coletivas dos habitantes, por meio de fotografias e narrativas. Traçam uma dinâmica entre o virtual, que alimenta a mídia impressa e a mídia impressa que alimenta o virtual. Na tabela 1 podemos verificar as datas e temas postados.

Tabela 1 – Posts sobre a memória de Juiz de Fora

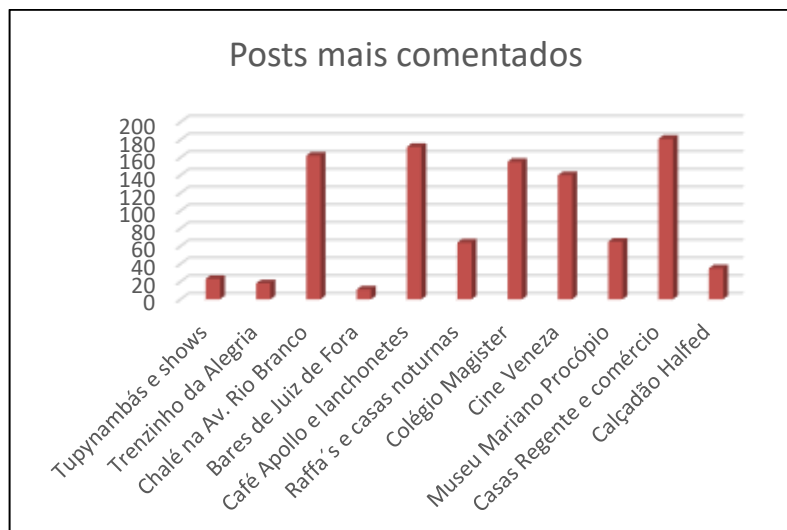
Tema	Data do post
Calçadão Halfeld	22/05/2019
Casas Regente e comércio	22/05/2019
Museu Mariano Procópio	22/05/2019
Cine Veneza	23/05/2019
Colégio Magister	23/05/2019
Raffa’s e casas noturnas	23/05/2019
Café Apollo e lanchonetes	24/05/2019
Bares de Juiz de Fora	24/05/2019
Chalé na Av. Rio Branco	25/05/2019
Trenzinho da Alegria	26/05/2019
Tupynambás e shows	26/05/2019

Fonte: material elaborado pela autora.

Podemos verificar que no início do processo, o jornal optou por colocar três *posts* por dia, mas essa dinâmica foi alterada a partir do dia 24 de maio quando diminuiu para dois *posts* e no dia 25 apenas um *post* foi publicado. Conforme podemos ver no gráfico 1, os *posts* mais comentados pelo público foram os da Casa Regente com 181 comentários, seguido do Café Apollo e lanchonetes com 172 comentários, o Chalé da Av. Rio Branco com 162 comentários, o Colégio Magister com 155 comentários e o Cine Veneza com 140 comentários. Em consonância com os comentários, os posts mais compartilhados, conforme podemos verificar no gráfico 1, foram também do Chalé da Av. Rio Branco com 219 interações, sendo disparado um dos espaços que mais suscitou interesse no público, somando comentários e compartilhamentos. Esses números não são aleatórios, uma vez que uma boa parte das pessoas que comentaram são da geração que viu o casarão ser demolido, ao contrário das gerações dos anos dos 1960, 1970 e 1980 que presenciaram a maior parte da demolição dos casarões da Avenida Rio Branco.

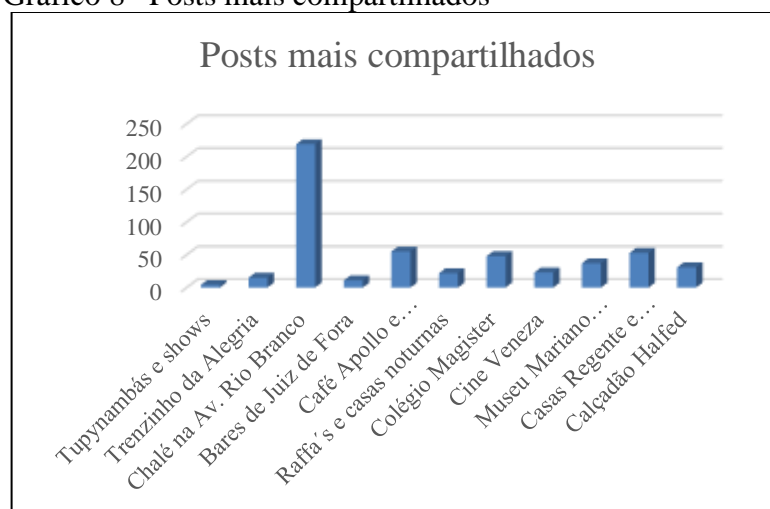
Gráfico 7 – Posts mais comentados

⁴⁰ Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/07-05-2019/memoria-afetiva-ajude-a-lembrar-os-lugares-antigos-de-jf.html> Acesso em: 27 mai. 2020.



Fonte: material elaborado pela autora.

Gráfico 8– Posts mais compartilhados



Fonte: material elaborado pela autora.

Teun Van Dijk (2000) desenvolve um procedimento de identificação temática das narrativas, através do conceito de *dominante temática*, no qual o episódio tem relativa autonomia, podendo ser identificado e claramente distinguido pelo pressuposto interpretativo. Neste modelo, a compreensão envolve não só a representação de uma base textual na memória, mas também, e ao mesmo tempo, a ativação, atualização e outros usos do sistema situacional na “memória episódica”: a representação cognitiva dos acontecimentos, ações, pessoas e, de forma geral, a situação sobre a qual o texto se baseia. Assim, através de inferências relevantes, essas “macroposições” se ligam às sequências e ao enredo ou trama. É muito comum em narrativas pós-modernas a ideia de que o usuário adivinhará o tópico a partir de um mínimo de informações textuais provenientes das primeiras proposições (títulos, subtítulos, palavras ou sentenças temáticas iniciais, etc.).

Inicialmente é feita uma breve análise dos tipos de comentários que mais tiveram micronarrativas. Interpreta-se nas postagens que seguem abaixo (*prints* de algumas

micronarrativas dos lugares mais comentados) que, de modo geral, as micronarrativas são entrelaçadas a partir desta *dominante temática*. Ou seja, a fotografia aciona a memória e os fluxos de lembranças que constituem a memória coletiva são disparados por uma micronarrativa, que em seguida é respondida/complementada ou rebatida por outro fã da página. Tanto que, das 875 micronarrativas analisadas no total, das seis postagens com o maior número de interações no projeto “Memória Afetiva”, 119 são somente de comentários de comentários. Mas, no decorrer das análises, podemos observar que, inúmeras vezes, o comentário abaixo fazia referência ao comentário anterior. A exploração mais aprofundada de algumas destas micronarrativas é efetiva no *corpus* delimitado.

Observou-se, durante o processo de pesquisa, que o saudosismo e a nostalgia são traços bastante presentes nas micronarrativas da amostra. Tierney (2013) traz uma noção de que a nostalgia demonstrou contrariar a solidão, o tédio e a ansiedade, trazendo felicidade e aconchego. Acontece um exercício de ser nostálgico pela ação no apelo construtivo da nostalgia. Maria do Resguardo é marcada pela nostalgia. Nas análises, foi adotada a perspectiva de que o saudosismo seria uma “tendência a valorizar e elogiar o passado ou coisas do passado”, segundo definição do dicionário Michaelis.

Haveria então dois tipos de nostalgia: a restaurativa e a reflexiva (BOYM, 2001). No caso de Maria do Resguardo, observa-se nitidamente uma proposta restaurativa ou restauradora. A nostalgia restaurativa buscaria um retorno a "casa", às origens, ao passado tal qual ele é imaginado, desejado. “Enquanto a nostalgia restauradora retorna e reconstrói uma terra natal com determinação paranoica, a nostalgia reflexiva teme o retorno com a mesma intensidade” (BOYM, 2017, p. 160). Por outro lado, a nostalgia reflexiva se satisfaz apenas com o sentimento e procura, através dele, tecer uma reflexão crítica sobre esse mesmo passado, o presente e o futuro. “A nostalgia reflexiva se preocupa com o tempo histórico e individual, com a irrevogabilidade do passado e da finitude humana” (*idem*). Ou seja, a consideração sobre a história e a passagem do tempo.

4.2.1 Chalé da Avenida Rio Branco

Situado na Avenida Rio Branco, número 1871, esse chalé, cuja foto foi disponibilizada no dia 25 de maio pelo jornal, foi um dos *posts* mais comentados pelo público.

Figura 26 – Post sobre o chalé da Av. Rio Branco



Fonte: *fanpage* do jornal "Tribuna de Minas".

Gráfico 9 – Comentários sobre o chalé Av. Rio Branco



Fonte: material elaborado pela autora.

No universo de 162 comentários analisados, as micronarrativas predominantes foram na sua maioria: saudosistas (64) ou que contam alguma história (38). Podemos verificar na figura 2 abaixo alguns desses comentários específicos.

Figura 27 – Exemplos de comentários Chalé na Av. Rio Branco



Fonte: *fanpage* do jornal “Tribuna de Minas”.

As micronarrativas demonstram que: não há uma unanimidade em relação ao tombamento de imóveis antigos na cidade. Como podemos ver, a questão patrimonial é motivo de disputas. Ao se analisar os comentários saudosistas, entendemos que se trata de uma questão geracional: as pessoas que se apegaram às memórias deste lugar viram ele ser demolido em 2003.

4.2.2 Colégio Magister

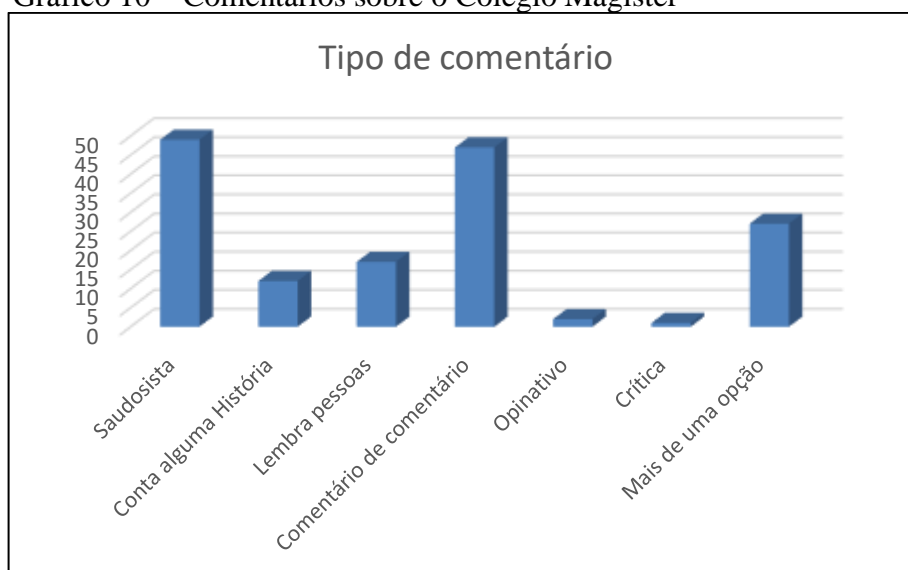
O Colégio Magister estava localizado na Rua Brás Bernardino, onde hoje é um edifício comercial. Fundado no final dos anos 70 e encerrado em 2002, a sede do colégio era uma casa moderna, projeto de Arthur Arcuri e pertencia à tradicional família Assis da cidade.

Figura 28 – Post sobre o Colégio Magister



Fonte: *fanpage* do jornal “Tribuna de Minas”.

Gráfico 10 – Comentários sobre o Colégio Magister



Fonte: material elaborado pela autora.

Disponibilizado no dia 23 de maio de 2019, o post teve um total de 155 comentários analisados. As micronarrativas predominantes foram: saudosistas (49) e o comentário de comentário (47). Podemos verificar na figura 2 abaixo alguns desses comentários específicos.

Figura 29 – Exemplos de comentários Colégio Magister



Fonte: *fanpage* do jornal "Tribuna de Minas".

Nas micronarrativas acima percebemos o quanto o fluxo nostálgico dispara a saudade entre os antigos estudantes do colégio, que coletivamente vão reconstruindo aquelas vivências pelas lembranças e misturam memória, afeto e imaginação com relação àquele espaço de relacionamentos sociais, estudantis da cidade. Assim como o chalé da Av. Rio Branco, a demolição do Colégio Magister, em 2005, foi relativamente recente e seu fim foi presenciado por essa geração que tem acesso às mídias digitais.

4.2.3 Museu Mariano Procópio

O Museu Mariano Procópio é o principal museu da cidade de Juiz de Fora. A sua forte presença nas lembranças das pessoas é facilmente explicada pela sua importância para todas as gerações que o visitam desde a sua criação em 1915. O museu faz parte da memória afetiva da cidade e os comentários sobre ele estão ligados a esse aspecto saudosista. Estando uma parte fechada desde os anos 2000 (*Villa*, no caso), é natural que boa parte das pessoas tenha uma lembrança mais nebulosa do acervo do museu, por exemplo, do que do parque propriamente dito, uma vez que ele esteve menos tempo fechado ao público.

Figura 30 – Post sobre o Museu Mariano Procópio



Fonte: *fanpage* do jornal “Tribuna de Minas”.

Gráfico 11 – Comentários sobre o Museu Mariano Procópio



Fonte: material elaborado pela autora.

No conjunto de 65 comentários analisados, as micronarrativas predominantes foram: saudosistas (34) e que contam alguma história (12). Podemos verificar na figura 3 abaixo alguns desses comentários específicos.

Figura 31 – Exemplos de comentários Museu Mariano Procópio



Fonte: fanpage do jornal “Tribuna de Minas”.

As micronarrativas deste espaço mostram uma dicotomia, um paradoxo bastante interessante: as lembranças dos frequentadores não são relacionadas à parte histórica (da memória “oficial” da história) – porque não estão relacionadas à parte do acervo do Museu, mas às suas próprias memórias no Museu. Além do conjunto histórico, o Museu Mariano Procópio⁴¹ conta com um acervo natural de grande importância ecológica, valorizando em seus jardins a exótica flora brasileira, tão lembrada nas micronarrativas citadas acima na *fanpage* do jornal Tribuna de Minas.

4.2.4 Casas Regente e comércio do centro

A loja Casas Regente estava localizada na Rua Marechal Deodoro e vendia tecidos. Era uma espécie de armarinho. Nas lembranças dos moradores de Juiz de Fora, de uma determinada geração, a Casas Regente marcou uma época. Isso se deve à estratégia de *marketing* da loja que oferecia café para os clientes e sorvetes para as crianças que os acompanhavam. Muitas das lembranças sobre essa loja estão ligadas a essa memória de infância. Embora o *post* fosse sobre o comércio do centro como um todo, o fato da foto escolhida ter sido a da loja Casas Regente fez com que a maioria dos comentários fosse sobre essa loja. No entanto, outros

⁴¹ Disponível em: <http://www.ufjf.br/ambienteconstruido/files/2015/06/Lina-Malta-Stephan.pdf> Acesso em: 13 fev. 2020.

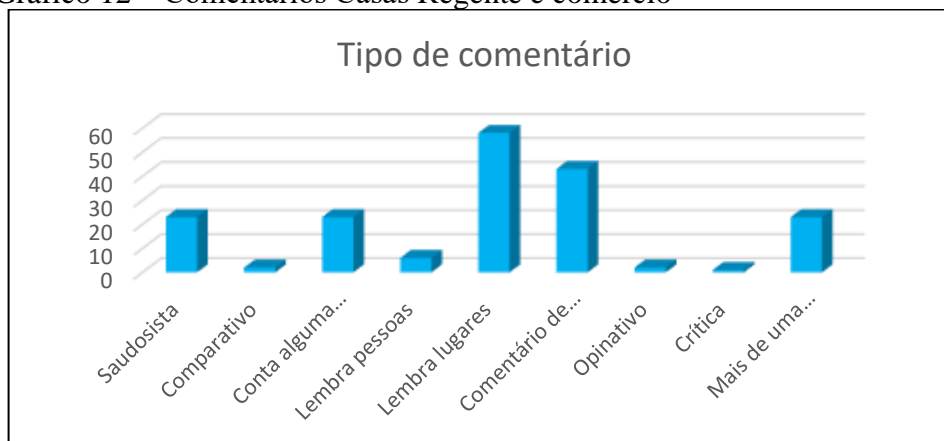
estabelecimentos comerciais foram lembrados, embora a maior ênfase tenha sido dada à loja Casas Regente.

Figura 32 – Post sobre as Casas Regentes e comércio no centro



Fonte: *fanpage* do jornal “Tribuna de Minas”.

Gráfico 12 – Comentários Casas Regente e comércio



Fonte: material elaborado pela autora.

Na reunião de 181 comentários analisados, as micronarrativas predominantes foram: lembram lugares (58) e comentário de comentário (43). Podemos verificar nas figuras 4 e 5 abaixo alguns desses comentários específicos.

Figura 33 – Exemplos de comentários Casas Regente e comércio



Fonte: *fanpage* do jornal “Tribuna de Minas”.

Figura 34 – Mais exemplos de comentários Casas Regente e comércio



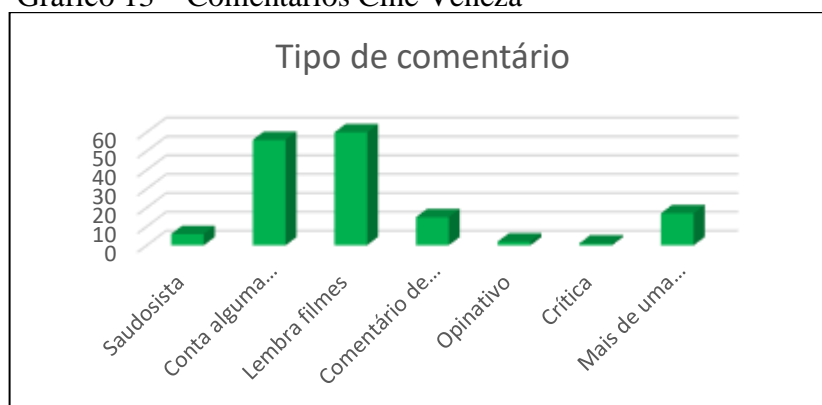
Fonte: *fanpage* do jornal “Tribuna de Minas”.

Nestas micronarrativas exemplificadas nas figuras 4 e 5, é notável que as lembranças estão relacionadas a locais centrais ou a comércios com grande destaque no cenário regional, como, por exemplo, a Casa do Compadre⁴². Fechado desde 1997, por denúncias de venda ilegal de armas e de explosivos, o imóvel era alvo de uma briga judicial entre quatro irmãos. A indefinição fez com que o local se tornasse abandonado⁴³. No ano de 2017 a questão familiar se resolveu judicialmente⁴⁴: os condôminos que estavam descontentes com a situação pleitearam uma ação judicial denominada “dissolução de condomínio”, que desmembrou o espaço entre os familiares e resultou na construção, no mesmo ano, de cinco lojas. Somente uma das lojas está alugada para um terceiro e funciona para venda de tintas, ferramentas e máquinas com o nome “Nossa Loja”⁴⁵.

4.2.5 Cine Veneza

O Cine Veneza foi um cinema de rua de Juiz de Fora, localizado na Avenida Rio Branco, número 2582, hoje atualmente é um laboratório de exames médicos. Inaugurado em janeiro de 1987 com capacidade para 650 lugares, o Cine Veneza funcionou até os anos 2000. É um cinema que teve uma determinada importância para a geração dos anos 1980 e 1990, e, portanto, estimula muitos comentários quando a imagem de sua fachada aparece nos *posts* de memória, tanto da *fanpage* “Maria do Resguardo”, como no jornal “Tribuna de Minas”.

Gráfico 13 – Comentários Cine Veneza



Fonte: material elaborado pela autora.

⁴² Disponível em: <http://www.mariadoresguardo.com.br/2012/02/av-governador-valadares-dezembro-de.html> Acesso em: 13 fev. 2020.

⁴³ Disponível em: <https://www.acesa.com/cidade/arquivo/noticias/2012/02/02-predio-comercial-abandonado-no-manoel-honorio-e-alvo-de-vistoria/> Acesso em: 13 fev. 2020.

⁴⁴ As informações explicitadas foram extraídas de uma entrevista concedida a autora Rafaella Prata Rabello, via conversa telefônica, no dia 13 de fevereiro de 2020. O entrevistado em questão é um dos herdeiros do espaço, Roberto Richa. Não existe nenhum registro da imprensa da situação atual deste espaço. Foi feita uma pesquisa prévia, mas nada foi encontrado.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/nossalojajuizdefora/> Acesso em: 13 fev. 2020.

Na somatória de 140 comentários analisados, as micronarrativas predominantes foram: lembram filmes (60) e que contam alguma história (56). Podemos verificar nas figuras 6 e 7 abaixo alguns desses comentários específicos. As inúmeras menções nas micronarrativas ao filme “Titanic”⁴⁶ se devem ao fato de que, até 2019 ele era o segundo filme de maior arrecadação da história nas bilheteiras mundiais — com seus US\$ 2.187 bilhões.

Figura 35 – Post sobre os cinemas de Juiz de Fora



Fonte: *fanpage* do jornal “Tribuna de Minas”.

⁴⁶ “Titanic” comemorou 20 anos de exibição em 2017. O *blockbuster* Titanic celebrou seu aniversário seduzindo uma nova geração de fãs. Para marcar a data – a estreia oficial no circuito no Estados Unidos foi em 19 de dezembro de 1997, após sessões especiais de *première* em Tóquio, Londres, Los Angeles e Sydney –, o filme voltou a cartaz nos EUA em versão 3D. Esse mesmo suporte de projeção já havia sido utilizado no relançamento da produção em 2012, com cópia restaurada, na ocasião dos cem anos do naufrágio do navio homônimo que inspirou o diretor James Cameron. “A história real do Titanic é atemporal. Parece existir fora de nossas vidas diárias. Esta lição de moral direta, sem rodeios, é algo que nos fascina” – declarou James Cameron durante uma sessão comemorativa em Los Angeles. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/2.713/uma-das-maiores-bilheteiras-da-hist%C3%B3ria-titanic-comemora-20-anos-1.40447> Acesso em: 13 fev. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/cinema/noticia/2017/12/titanic-sete-motivos-para-o-filme-ainda-fazer-tanto-sucesso-20-anos-apos-sua-estreia-cjbfhh5yc01x301p9v52vak56.html> Acesso em: 13 fev. 2020.

Figura 36 – Exemplos de comentários Cine Veneza



Lucas Bracher Eu vi com o meu irmão Paulo Bracher os filmes "La Bamba" e "Crocodilo Dundee" em seguida, e vi também "A Princesa Prometida" com meu pai. Foi muito bom!

Curtir · Responder · 34 sem · Editado 1

Superfã
Lelei Faini "Titanic", "Quem vai ficar com Mary" "O homem da máscara de ferro" "Mortal Combate" e etc... etc... etc...

Curtir · Responder · 34 sem · Editado

Marcela Silvino Super Xuxa contra o baixo astral e Titanic!

Curtir · Responder · 34 sem

Alexandre Marcial Fabiana Santos Titanic e A espera de um milagre....excelente época, que pena que com o passar do tempo ele acabou de vez.

Curtir · Responder · 34 sem

Ana Maria Vários quando morávamos aí na rua São João

Curtir · Responder · 34 sem

Natalia Bitencourt Meu pai trabalhou lá rodando os filmes!

Curtir · Responder · 34 sem 1

Bette Fernandes Me lembro de Titanic com aquela fila quilométrica, virando o quarteirão!!!

Fonte: *fanpage* do jornal "Tribuna de Minas".

Figura 37 – Mais exemplos de comentários Cine Veneza



Simone Habel Motta Assisti à titanic, à espera de um milagre, don juan, entrevista com vampiro, cidade dos anjos, pequeno dicionário amoroso, matrix e tantos outros

Curtir · Responder · 35 sem

Fabiana Matos Eu lembro quando uma mulher pulou do prédio DONA LIU e caiu lá dentro do cinema... foi em 1998 . Exatamente no primeiro dia do jogo do Brasil na copa de 98

Curtir · Responder · 35 sem

Estofados Bandeirantes Minha lembrança de lá ,e que reformei as poltronas que eram do cinema e foram pra igreja quadrangular do democrata e alguma pra loja maçônica montanhesees livres da padre café

Curtir · Responder · 35 sem

Diego Medeiros Lá eu assisti Titanic, Cavaleiros do Zodíaco: A Batalha de Abel, Pokémon o Filme, e vários outros que eu não me lembro. Lembro que a fila pra ver Titanic dava voltas no quarteirão.

Curtir · Responder · 35 sem

Josie Muniz Assisti a muitos, mas o que ficou na memória foi Titanic por causa do tamanho da fila.

Curtir · Responder · 35 sem

Joe Santos Lá eu assisti TOP GUN, ASES MUITO LOUCOS. Caramba!!!! Tô meio velho kkkkkkkkkkkkkkkkk

Fonte: *fanpage* do jornal "Tribuna de Minas".

4.2.6 Café Apollo e lanchonetes

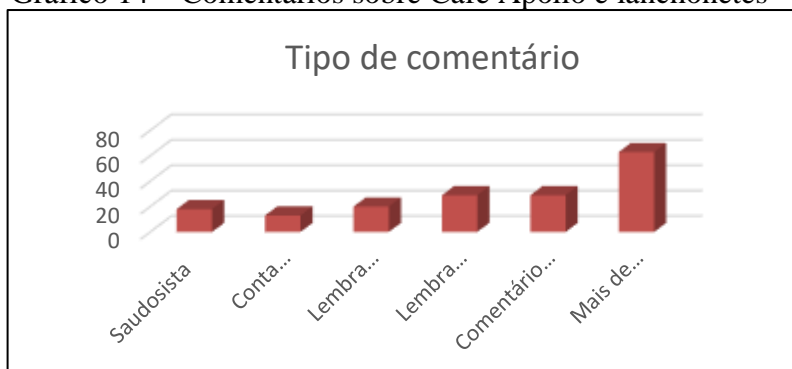
Figura 38 – *Post* sobre o Café Apollo e lanchonetes



Fonte: *fanpage* do jornal “Tribuna de Minas”.

Localizada na Rua Marechal Deodoro, o Café Apollo foi uma lanchonete que marcou uma época na cidade de Juiz de Fora. Fundado no fim dos anos 1960, o Café Apollo funcionou até meados dos anos 1990. Possuía um salão amplo na parte de baixo e outro no segundo piso, além do balcão onde eram servidos hambúrgueres, sanduíches e sorvetes. Era ponto de encontro dos jovens da cidade aos sábados e domingo à tarde.

Gráfico 14 – Comentários sobre Café Apollo e lanchonetes



Fonte: material elaborado pela autora.

No montante de 172 comentários analisados, as micronarrativas predominantes foram: mais de uma opção (63) e, igualmente, lembram lugares (29) e comentário de comentário (29). Podemos verificar nas figuras 8 e 9 abaixo alguns desses comentários específicos. Embora o Café Apollo tenha sido a lanchonete que obteve mais comentários, destacam-se também comentários sobre outras lanchonetes da época, tais como o Oásis, a Polar, a lanchonete das Lojas Americanas, e até sobre o McDonald's, cuja primeira lanchonete da rede em Juiz de Fora foi inaugurada nos anos 1990, na Rua Halfeld.

Figura 39 – Exemplos de comentários Café Apollo e lanchonetes



Fonte: fanpage do jornal “Tribuna de Minas”.

Figura 40 – Mais exemplos de comentários Café Apollo e lanchonetes



Fonte: fanpage do jornal “Tribuna de Minas”.

A memória dos paladares é algo extremamente marcante nas micronarrativas do Café Apollo e lanchonetes. As narrativas de histórias de vida a partir da rememoração de lembranças que marcaram a memória afetiva relacionada ao paladar podem revelar aspectos ainda pouco divulgados pela “historiografia da alimentação” relativas à cidade de Juiz de Fora ou dos aspectos que definiriam tradicionalmente o que se entende por culinária mineira. Os hábitos alimentares ligados ao consumo da geração que frequentava este café e lanchonetes são bastante influenciados por comidas e lanches americanos. Temos, por exemplo, a *banana Split*, que é uma sobremesa servida à base de sorvete e banana. Originalmente dos Estados Unidos, é considerada um tipo de *sundae*. Outro trecho citado em que se comprova a influência americana na alimentação cotidiana brasileira é a menção ao McDonald's⁴⁷, que é a maior e mais conhecida empresa de serviço rápido de alimentação do mundo. Outras lembranças como o picolé de coco são resultado de invenções tropicais com frutas nativas do Brasil.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.mcdonalds.com.br/company/mcdonalds-brasil> Acesso em: 13 fev. 2020.

CONCLUSÃO

Guardar as memórias num cofre ou num baú, não é a mesma coisa de guardá-las num relicário repletos de ideias e pensamentos em movimento na história. Guardar pode ser também através da internet. Seja através de *blogs* ou das redes sociais. Os sujeitos rememoradores vão contrariando a narrativa estética pautada na cidade romantizada, ao apresentarem fatores que nada têm de idealizado no convívio com o espaço urbano. E outros sujeitos acabam por concordar que a “cidade de brinquedo” já não existe mais na realidade, esta mora somente nas memórias e imaginações deles.

Na *fanpage* “MR” o olhar histórico sobre o objeto é diferenciado porque temos fotografias antigas inseridas numa lógica das imagens casuais contemporâneas (dispostas na rede social *online Facebook*), o que ajuda a configurar as imagens da cidade de um modo distinto. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi entender o entrelaçamento entre as lembranças propostas pelo administrador da página, e as lembranças dos colaboradores e seguidores em geral, tecendo coletivamente múltiplas memórias coletivas sobre a cidade de Juiz de Fora. De modo mais específico, o objetivo é compreender como as particularidades desses processos de memória urbana se dão nas redes sociais *online*. Além disso, buscou-se perceber se o objeto representa um modo diferente de pensar e de fazer (de produzir) memória; verificou-se quais são os traços identitários da cidade fomentadores de concepções que sustentaram, legitimaram e construíram o “arquivável”; investigou-se a produção de sentidos que podem tecer uma imaginação histórica sobre a cidade; construiu-se uma avaliação sistemática e minuciosa das narrativas sobre Juiz de Fora, percebendo continuidades e rupturas com a história oficial e produzir uma síntese do material. Na análise de postagens, foram verificadas a dualidade entre a representação do passado e as experiências no presente dos sujeitos na cidade de Juiz de Fora. Nas publicações são expostas imagens soberanamente das belezas arquitetônicas do passado ou de lugares e personalidades bastante conhecidos, que reforçam o preciosismo da região no estado. Mas, ao percorrer os comentários é possível ver o paradoxo entre a representação fabulada na *fanpage* e a experiência diária da cidade com seus problemas cotidianos. Essa é a intriga do enredo sobre Juiz de Fora: seu passado idealizado é reforçado e paralelamente se rompe com os acontecimentos do presente.

A memória histórica é construída e/ou reforçada em alguns trechos, mas também contestada em tantos outros atos narrativos. Desenha-se a cidade sob uma corda bamba, que ora cede para os registros belos, soberanos e ordenados de outrora, e por vezes escorrega e se choca com a falta de estrutura e atratividade dos lugares contemporâneos. Tal como a Juiz de Fora

que persistiu na memória de Pedro Nava, Rachel Jardim, Murilo Mendes e José Rangel, também a cidade presente nas redes sociais é uma cidade imaginária e imaginada, que através de restos se ancora em um passado glorioso, talvez com receio do futuro. As imagens de antes trazem compreensão do agora, pois projetamos significados ao presente, trazendo novos sentidos para o espaço. A memória visual da cidade é atizada pelas fotografias apresentadas no ambiente virtual, permitindo a reprodução e o compartilhamento de imagens.

A literatura não nos refugia da cidade real, nos memorialistas não está a cidade da memória, os sonhos da cidade da fantasia, a crença da cidade oculta que aparece disfarçada. Neles também não está o mundo virtual com as micronarrativas. A cidade contemporânea por onde deslizamos, é aquela onde o cotidiano se torna ilusório e antigo rapidamente. Então, nesta tese, buscou-se diferentes lentes para encontrar a cidade desejada, ou, pelo menos, desenhar um mapa da Juiz de Fora de vários tempos, imaginações, registros, leituras e fotografias numa tentativa de aproximar os ocupantes afastados da cidade.

Ao apreciarmos os comentários, verificamos que existe uma polarização com relação ao que deve ser lembrado, esquecido/apagado da memória oficial da cidade. As relações com o patrimônio são sentidas intimamente nos corpos dos habitantes. A conexão temporal e espacial são marcas fortes para alguns fãs da página e elas são dinâmicas, assim como a constituição da cidade e da própria memória. A imaginação ganha força e supera o conhecimento cultural, turístico, histórico de Juiz de Fora. Os fãs depositam suas lembranças como se a *fanpage* fosse uma espécie de sacrário afetivo.

Em todos os movimentos de reelaborações das lembranças, observamos que existe uma metáfora da Juiz de Fora enquanto uma cidade mais cordial no passado, habitável, numa época mais luminosa e próspera economicamente. Tanto os memorialistas, quanto os fãs da página “Maria do Resguardo”, os leitores do jornal Tribuna de Minas e os idosos entrevistados, buscam uma centralidade no lugar de origem da cidade, tentando encontrá-la nas ruínas do passado. Por isso, existe uma consonância nas visitas imaginativas aos antigos casarões, aos espaços dos acontecimentos de infância, às fotos da antiga da Av. Rio Branco e seus detalhes, de acordo com a lembrança dos velhos, elementos que dão identidade ao ser humano. Todos os objetos empíricos desta tese tentam ler a cidade passada, através dos pontos que constituem as micronarrativas da cartografia sentimental, procurando vestígios, peças desaparecidas ou demolidas, de um imenso quebra-cabeça. Procuram pela memória o que transita na impermanência.

São leituras pontuadas pela nostalgia que opõem a cidade antiga de suas memórias à cidade contemporânea em que se vive. Elas resistem ao desenraizamento com o projeto de

perverter nostalgicamente o processo do esquecimento e da transformação urbana. Retomam a alma encantadora das ruas de Juiz de Fora pela cidade de papel e tinta ou de textos digitais em plataformas de mídias sociais. Os personagens que participaram desta tese criam uma espécie de cidade invisível: sobre a cidade concreta de Juiz de Fora, fato histórico, engendram a cidade do sonho, das fantasias, das imaginações, utópica e compartilhada em memórias afetivas que criam uma Juiz de Fora legível.

Na configuração narrativa, as micronarrativas presentes nesse estudo apresentam uma história constitutiva das pessoas e de suas ações, uma instância de encontro, alargando as memórias disputadas no presente, construindo territórios, remetendo à memória coletiva e apresentando contradições, falhas e diferenças narrativas. Essas micronarrativas são fissuras da memória em discursos que, pelos resíduos da cidade, fazem o seu regime de historicidade, valendo-se das lembranças para valorização do presente.

Terminamos a escrita desta tese em meio a uma pandemia que assola o mundo, paralisando os indivíduos e aprisionando-os dentro de seus lares para que possam refletir sobre o seu papel humanitário neste momento de transformação da Terra. Em meio ao caos, somos capazes de ressignificar nossos próprios afetos e traumas e escolher o caminho a ser seguido: entre luzes e trevas, a autora desta tese optou pelo amor enquanto única saída possível. Na série mundialmente reconhecida como um sucesso da *Netflix: La Casa de Papel*, uma das personagens narra algo que é muito apropriado como consideração final desta pesquisa: a nostalgia nos leva aos momentos da vida em que nos sentíamos felizes. É isto: o entrelaçamento principal da tese está ligado ao sentimento: a pulsão de vida que faz os seres atravessarem tempo e espaço no fluxo constante das várias dimensões do universo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da memória: um estudo sobre a obra de Pedro Nava*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. RJ: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Fabiana. *Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através de manifestações populares na década de 1980*. 2012. 236f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

AMARAL, Aelson F. *Os bondes em Juiz de Fora: imagens eternas*. Juiz de Fora: Funalfa, 2011.

ARAÚJO, Rosane Azevedo de. *A cidade sou eu*. Rio de Janeiro: Novamente, 2011.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

AUGÉ, Marc. *As formas do esquecimento*. Almada: Íman Edições, 2001.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BANDEIRA, Manuel. Declaração de amor. In: Estrela da Vida Inteira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p.137-138.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e usos do passado. Temporalidade, rastros e vestígios e interface entre comunicação e história. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. *Comunicação e História*. Interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: MauadX, 2008.

BARBOSA, Marialva. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. *Comunicação, Mídia e Consumo*. SP. v. 6, n. 16, p. 11-27, jul. 2009.

BARBOSA, Marialva. Tempo, tempo histórico e tempo midiático. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom; NICOLAU, Marcos. *Comunicação, Mídia e Temporalidades*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BARBOSA, Marialva. Comunicação: uma história do tempo passando. *Revista Transversos*, v.0, p. 98-118, 2017.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart (Orgs.). *Comunicação e história: partilhas teóricas*. Florianópolis: Insular, 2011.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BELLAVANCE, Guy. Mentalidade urbana, mentalidade fotográfica. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*. RJ: UERJ/Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI), n. 4, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOYM, Svetlana. *The future of nostalgia*. New York: Basic Books, 2001.

BOYM, Svetlana. *hist. historiogr.* Ouro Preto, n. 23, abril, 2017, p. 153-165. Disponível em: <file:///C:/Users/rafae/Downloads/1236-4700-1-PB.pdf> Acesso em: 04 dez. 2018.

CAIAFA, Janice. *Aventura das cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAIAFA, Janice; FERRAZ, Talitha. Comunicação e sociabilidade nos cinemas de estação, cineclubes e multiplex do subúrbio carioca da Leopoldina. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*, n. 24, p. 127-140, 2012.

CÉLULA. Disponível em: <https://www.celula.net.br/sobre/> Acesso em: 22 jan. 2020.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades. In: CHARTIER, R. *À beira da falésia. História entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

COUTO, Angela Oliveira; ROCHA, Izaura Regina Azevedo. *A Juiz de Fora em 2 tempos*. Juiz de Fora: Editora Tribuna de Minas, 1998. 128 p.

DIJCK, José van. *Mediated Memories in the digital age*. Stanford University Press: California, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Imitation, représentation, fonction. Remarques sur un mythe épistémologique. In: *L'Image. Fonctions et usages des images dans l'Occident medieval*. (org.) J. Baschet et J.-C. Schmitt. Paris: Le Léopard d'Or. 1996.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Invention de l'hystérie. Charcot et l'Iconographie photographique de la Salpêtrière*. Paris: Macula. 1982.

DIDI-HUBERMAN, Georges. L'observation de Céline (1876-1880): esthétique et expérimentation chez Charcot. In: *Revue internationale de Psychopathologie*. n. 4. 1991.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Fra Angelico. *Dissemblance et figuration*. Paris: Flammarion. 1990.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant l'image*. Question posée aux fins d'une histoire de l'art. Paris: Les Éditions de Minuit. 1990.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *La Ressemblance informe, ou le gai savoir visuel selon Georges Bataille*. Paris: Macula. 1995.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps*. Histoire de l'art et anachronisme des images. Paris: Les Éditions de Minuit. 2000.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *L'Image ouverte*. Motifs de l'incarnation dans les arts visuels. Paris: Gallimard. 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Images malgré tout*. Paris: Les Éditions de Minuit. 2003.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg / tradução: Vera Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. 506 p.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Olhos livres da história. *Revista Ícone* (ISSN 2175-215X). Recife, v. 16, n. 2, 161–172, 2018 PPGCOM/UFPE. Artigo recebido em 6 ago. 2018 e aprovado em 3 nov. 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Os significados urbanos*. 2. ed. São Paulo: USP, 2000.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1993.

ESTEVEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

FARIA, Maria Lucia Guimarães. Plenitude e carência: a dialética do fragmento. *Revista Literaris*: Rio de Janeiro, UFRJ, 2010, p. 7-17.

FAZOLATTO, Douglas. *Juiz de Fora: imagens do passado*. Juiz de Fora: Funalfa, 2001.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Olhar periférico*. 2. ed. São Paulo: USP, 1999.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Leitura sem palavras*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Comunicação Espaço Cultura*. SP: Annablume, 2008.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Narrativas migrantes: literatura roteiro e cinema*. Rio de Janeiro: Ed. PUCRio: 7 Letras, 2010.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta: Ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Editora HUCITEC: São Paulo, 1985.

FLUSSER, Vilém. *Ensaio sobre a fotografia: para uma filosofia da técnica*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1998.

FLUSSER, Vilém. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.

FLUSSER, Vilém. *Comunicologia: reflexões sobre o futuro*. As conferências de Bochum. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAGA, Nayhara Marylin. 2015. 75f. *A fotografia como meio de memória no ciberespaço*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

GINZBURG, Carlo. *A mico-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel/Editora Bertrand Brasil, 1989.

GIROLETTI, Domingos. O processo de industrialização de Juiz de Fora (1850-1930). *Fundação João Pinheiro: análise e conjuntura*: 10 (3): 144-202, mar. 1980.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Ano IX, n. 17, 2007.

HALFELD, Raiza Ribeiro. *Os desafios da notícia na era digital: Análise das manchetes e submanchetes das versões impressa e on-line do jornal “Tribuna de Minas*. 2013. 95f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. Space as a key word. In: HARVEY, D., *Spaces of global capitalism*. Towards a theory of uneven geographical development, Verso, London-New York. 2006.

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. *Os rastros digitais e a memórias dos jovens nas redes sociais*. 2014. 161f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. *A mulher em Juiz de Fora sob o olhar de Pedro Nava*. Juiz de Fora: Funalfa, 2015.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IZQUIERDO, Iván. Memórias. *Estud. av.* v. 3 n. 6, São Paulo May/Aug. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006 Acesso em: 13 fev. 2020.

JARDIM, Rachel. *Os anos 40 (a ficção e o real de uma época)*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

JEUDY, Henry-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KAPPEL, Marília Neto. *Literatos, Jornalistas e Inspectores de ensino: Perspectivas modernizadoras para a cidade de Juiz de Fora (1896-1910)*. 2019. 198f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

KIRKPATRICK, David. *O efeito Facebook*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. 1ª parte: “Sobre a antropologia de experiências históricas do tempo”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *The production of Space*, Basil Blackwell, Orford, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *Writings on cities*. Oxford, Blackwell Publishers, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001

LEVI, Giovanni (1992). “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 133-198.

LOPES, Oscar Pereira. Comércio da Rua Halfeld. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ano VII, n. 7, dezembro de 1973, p.105-129.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. SP: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MANOVICH, Lev. O Banco de Dados. *Revista Eco Pós: arte, tecnologia e mediação*. v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2366/2024 Acesso em: 23 jan. 2020.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dislocaciones del tiempo y nuevas topografías de la memoria. *Ponencia*. Conferência internacional sobre Arte Latina, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/7578983/Dislocaciones-del-tiempo-y-nuevas-topografias-de-la-memoria> Acesso em: 09 jul. 2018.

MATHEUS, Leticia Cantarella. *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MURRAY, Janet H. *Hamlet no holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço*. São Paulo: Itaú Cultural: Unesp, 2003.

MUSSE, Christina Ferraz; AVELAR NETO, Gilberto Faúla; HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. *Os cinemas de rua de Juiz de Fora: memórias do Cine São Luiz*. Juiz de Fora: Funalfa, 2017.

OLIVEIRA, Gisela Riani de. *Memória e identidade em A Idade do Serrote, de Murilo Mendes*. 2006. 70f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, Juiz de Fora, MG, 2006.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2 ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

MENDES, Murilo. *A idade do serrote*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MILLER, Daniel. A fotografia na Era do Snapchat (tradução). *Anais...* Conferência Internacional Anthropology & Photography, 2014, organizado pelo Royal Anthropological Institute Photography Committee (RAI). Disponível em: <https://www.therai.org.uk/publications/anthropology-and-photography>. Acesso em: 05 ago. 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora UNB, 2013.

MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Orgs.). *Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MUSSE, Mariana Ferraz. *Narrativas fotográficas no Instagram: autorepresentação, identidades e novas sociabilidades*. Florianópolis: Insular, 2017.

NAVA, Pedro. *Balão Cativo: memórias 2*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

NAVA, Pedro. *Galo das Trevas: as doze velas imperfeitas. Memórias 5*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

NOVAES, SONIA BARRETO DE. *Lugares de memória e mídias digitais: a narrativa transversal de Batatuba*. 2014. 282 f. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Andreia de. *Bias fortes em fatos e fotos: Representações da memória urbana em grupos do Facebook*. 2018. 174f Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

OLIVEIRA, Thiago Mendes de. *Memória e cidade sensível: Fortaleza e Rio em comentários no Facebook*. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Wendell Guiducci. *Exércitos de bailarinos na minificação brasileira*. 2016. 127f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1300/1/wendellguiduccideoliveira.pdf> Acesso em: 20 jan. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. v. 27, n. 53, São Paulo: Jan./June, 2007. p. 11-23. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-018820070001_00002
Acesso em: 06 mar. 2018.

PEREIRA, Ingrid Michelle Lopes; CHAGAS, Pedro Dolabela. Arquivo e Memória: uma análise dos conceitos de arquivo segundo Michel Foucault e Roberto Gonzalez Echevarría. *Fólio – Revista de Letras*. Vitória da Conquista v. 3, n. 2 p. 319-331 jul./dez. 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3 (1989). p. 3-15.

PORTES, Raquel; LIMA, Fábio; BARBOSA, Ana; LEÃO, Valéria. *Pela memória e patrimônio: o Museu Mariano Procópio como espaço cultural e paisagístico em Juiz de Fora /M.G. Belo Horizonte: 4º Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*, 2016.

RABELLO, Rafaella Prata. *A Juiz de Fora que habita na memória: uma cartografia sentimental da cidade na fanpage “Maria do Resguardo”*. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2015.

RANGEL, José. *Como o tempo passa! Aspectos, fatos, figuras, costumes antigos e contemporâneos*. Rio de Janeiro: A Encadernadora S.A., 1940.

RESENDE, Beatriz. *Apontamentos de crítica cultural*. RJ: Aeroplano, 2002.

RIBEIRO, E. P. *Micronarrativas como estratégias de comunicação interna*. 2014. 189f. *Dissertação* (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Elnice do Carmo Albergaria; PEREIRA, Édimo de Almeida. A memorialística feminina no romance *Os anos 40*, de Raquel Jardim. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 135 - 145, jul./dez. 2009.

RODRIGUES, Afonso (Org.). *A fotografia no Museu Mariano Procópio*. Juiz de Fora: Funalfa, 2012.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. SP: Hucitec, 1994.

SILVA, Armando. *Álbum de família: a imagem de nós mesmos*. São Paulo: Editora Senac: São Paulo, 2008.

- SILVA, Armando. *Imaginários Urbanos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- SIRIMARCO, Martha. *João Carriço o amigo do povo*. Juiz de Fora: Funalfa, 2005.
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TIERNEY, John. *Nostalgia: uma ferramenta valiosa para vida*. Disponível em: <http://pt.psy.co/nostalgia-uma-ferramenta-valiosa-para-a-vida.html> Acesso em: 23 de nov. 2018.
- VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VAN DIJK, Teun A. *El discurso como interacción social*. Estudios del discurso: introducción multidisciplinaria. vol. 2, Barcelona, Espanha: Gedisa, S.A., 2000.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- WHITE, Hayden: *Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- WORCMAN, Karen; VASQUEZ PEREIRA, José (Org.). *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: Sesc SP/Museu da Pessoa/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- YATES, Frances A. *A Arte da Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- YAZBECK, Lola. O Estado e a organização da educação republicana em Minas Gerais. *Revista Edufoco*, n. Especial.mar./ago. 2007, p. 129-130.

APÊNDICE - Entrevistas

Idosos

- B.R.A., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 26/11/2019
- D.C.A., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 27/11/2019
- E.C.B.L., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 27/11/2019
- G.M.R.C., entrevistado por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 28/11/2019
- H.A.O., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 27/11/2019
- I.A.C.A., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 28/11/2019
- I.C.D., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 26/11/2019
- J.B.M., entrevistado por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 27/11/2019
- L.T.C., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 27/11/2019
- L.N., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 27/11/2019
- M.C.S.L., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 26/11/2019
- M.A.P.S., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 26/11/2019
- M.J.C.N., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 28/11/2019
- R.A.P., entrevistado por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 26/11/2019
- R.S., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 27/11/2019
- T.M.C., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 26/11/2019
- W.C.M., entrevistada por Rafaella Prata Rabello e Rosali Henriques em 28/11/2019

Outros

- LEMOS, Marcelo. Entrevista a Rafaella Prata Rabello em 21/01/2017.
- PÊSSOA, Júlia. Entrevista a Rafaella Prata Rabello em 21/01/2020.

ANEXO A – Tabela da Arte da Pesquisa

Tabela 1: Estado da Arte da Pesquisa

Autor (Ano)	Thiago Mendes de Oliveira (2015)
Tipo (Local)	Dissertação – UERJ
Justificativa	Duas das maiores metrópoles brasileiras em população com características distintas no que se refere à memória coletiva.
Objeto Empírico	Fanpages “Fortaleza Nobre”, de Fortaleza, e “O Rio de Janeiro Que Não vivi”, do Rio de Janeiro
Referencial Teórico	Escola de Toronto, da História Cultural, da Geografia Cultural e da antropologia sociologia do imaginário, estudos em memória social e a perspectiva de pesquisadores brasileiros que problematizam as relações entre comunicação e o sensível.
Problemática	Hipótese: Os comentadores têm uma experiência com a cidade sensível ao “curtir”, comentar e compartilhar imagens antigas na sociabilidade, entendida como expressão comunicativa.
Metodologia	Etnografia em meios digitais aliada às contribuições teóricas da hermenêutica, a partir da abordagem ricoeuriana de “texto”.
Bibliografia	Adriana Amaral, Suely Fragoso, Raquel Ricuero, Marc Augé, Gaston Bachelard, Betran Badie, Marialva Barbosa, Larice Barros, Roland Barthes, P. Berger, Henry Bergson, Augustin Berque, Lucian Boie, Svetlana Boym, Bruno Campanella, Edward Casey, Michel de Certeau, Roger Cartier, Fausto Colombo, Roberto Corrêa, Júlio Cortázar, Angela Phryston, Massimo Di Felice, Eduardo Duarte, Nobert Elias, Arlette Farge, Erick Felinto, José Ferrão Neto, Renato C. Gomes, Jô Gondar, F. Guatarri, S. Rolnyk, Rogério Haesbart, Maurice Halbwacks, F. Hartog, A. Huyssen, M. July, H. Lefebvre, Jacques Le Goff, P. Legros, Maria Lemenhe,

	<p>André Lemos, Pierre Lévy, João Maia, Michel Maffesoli, Marshall McLuhan, Alain Mons, Pierre Nora, Sandra Pesavento, M. H. Pereira e Sérgio da Mata, Alex Primo, Rafaella Prata Rabello, Angel Rama, Filipe Reis, Paul Ricoeur, Simone de Sá e Beatriz Polivanov, Milton Santos, Beatriz Sarlo, Cael Sauer, Richard Sennett, Nicolau Sevcenko, Juremir M. da Silva, George Simmel, Muniz Sodré, Monclar Valverde, Gilberto Velho, Raymond Williams.</p>
Autor (Ano)	Andrea de Oliveira (2018)
Tipo (Local)	Dissertação – UFJF
Justificativa	A divulgação dessa relação entre a memória do vivido e a reinterpretação no presente, tal como é proposta, se configuraria em uma possível forma de produção de sentidos sobre a cidade e para aqueles que possuem com ela algum vínculo de pertencimento e identidade.
Objeto Empírico	Grupos de memória no Facebook sobre a cidade de Bias Fortes.
Referencial Teórico	Conceitos-chave de cidade, memória, Comunicação digital, redes sociais na internet e narrativas audiovisuais.
Problemática	Qual a contribuição desses materiais para a representação da memória local, por meio da descrição e interpretação das narrativas construídas sobre a cidade nos vídeos compartilhados neste espaço digital
Metodologia	Análise da Materialidade Audiovisual: temas abordados; os personagens principais; os espaços/tempos narrados e enfocados. A partir da observação dos comentários postados fez a coleta da opinião de uma parcela de seus membros colhida por meio de sondagem. A pesquisa qualitativa foi realizada tendo como método a aplicação de questionários online a uma amostra de 10% do público de seguidores da comunidade virtual. Entrevistas em profundidade com os idealizadores do mesmo.
Bibliografia	<p>Eni Orlandi (2004), Michel De Certeau (1994), Luiz Gonzaga Motta (2013), Walter Benjamin (1994), Ítalo Calvino (1990), Janice Caiafa (2007), Renato Cordeiro Gomes (2008), Paul Ricoeur (2007), Enri Bergson (2006), Maurice Halbwachs (2006), Jacques Le Goff (1990), Andreas Huyssen (2000), Pierre Nora (1998), Janet Murray (2003),</p>

	<p>Marialva Barbosa (2016), Ciro Marcondes Filho (1996), Henry Jenkins (2009), Rafaella Prata Rabello (2015), Raquel Recuero (2009), Rosali Henriques (2014), Lúcia Santaella (2000), Iluska Coutinho (2008), Omar Rincón (2006), Michael Pollak (1989), François Jost (2011).</p>
Autor (Ano)	Gilson Dias Pedroza (2017)
Tipo (Local)	Dissertação – ESPM
Justificativa	Há um estreito diálogo entre consumos: consumo material, consumo simbólico. A mídia nos consome. A imagem nos consome. A experiência nos consome. Consumimos experiência.
Objeto Empírico	Álbum virtual Cores Caiçaras
Referencial Teórico	Comunicação e Consumo, Memória, fotografia e imagem
Problemática	Se tais imagens reproduzidas digitalmente e consumidas simbolicamente no ambiente midiático de uma rede social colaborariam nos estreitamentos dos laços comunitários do grupo pesquisado, e se delas poderiam emanar memórias individuais e coletivas na comunidade, através do álbum Cores Caiçaras.
Metodologia	Observações sobre o material produzido e postado, interpretação das ferramentas de interação do Facebook (curtir, compartilhar e sobretudo comentar), entrevistas com a fotógrafa
Bibliografia	<p>Norval Baitello, Rose Rocha, Maurice Halbwachs, Joan Fontcuberta, Fausto Colombo, Boris Kossoy, Mônica Nunes, Roland Barthes, Geoff Dyer, Armando Silva, Raquel Recuero</p>
Autor (Ano)	Sônia Barreto de Novaes (2014)
Tipo (Local)	Tese – ECA/USP
Justificativa	Lugares de Memória e Mídias Digitais: a narrativa transversal de Batatuba
Objeto Empírico	Comunidade de Batatuba – Piracaia/SP no Facebook. Um personagem e as intrigas de sua trajetória fulgurante: Jan Antonin Bata.
Referencial Teórico	Mídias audiovisuais, Ser e narrativas, lugares de memória e tempo
Problemática	As coisas legadas, a terra, as memórias, a fábrica: a mediação dialógica e digital revela-se efetiva. Nova fabricação de memórias, identidades e narrativas, num jogo entre singular e transversal que atualiza a memória e contribui para a postulação de novas narrativas e projetos.
Metodologia	Cartografia de narrativas: mapas complexos (deep map), aqueles mapas que ressignificam localidades por meio da afetividade. Cone de Bergson.
Bibliografia	<p>Museu da Pessoa, P. Ricoeur, Milton Santos, Raymond Williams, Muniz Sodré, G. Yúdice, Daniel Peraya, B Miège, L. Manovich,</p>

	Pierre Lévy, André Lemos, Le Goff, H. Lefebvre, Bruno Latour, E. Keightley, Stuart Hall, M. Foucault, M Di Felice, J. Candau, E. Bosi, Bakhtin, Barthes, Bachelard, M. Augé, H. Arendt.
--	--

Fonte: material elaborado pela autora

ANEXO B – Questionário – Memória dos idosos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Doutorado em Comunicação
Doutoranda: Rafaela Prata Rabello
Pesquisa sobre memória afetiva dos espaços de Juiz de Fora

Dados pessoais:

Nome: _____

Sexo: () masculino () feminino

Cidade de nascimento: _____ Estado: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Telefones de contato: _____/_____

Bairro onde mora: _____

Estado civil: _____

Nível de escolaridade: _____

Informações sobre atividades do polo:

Desde quando frequenta o polo da terceira idade da UFJF?

Que cursos e/ou atividades já fez no polo? _____

Que atividades e /ou cursos faz atualmente no polo?

Sobre Juiz de Fora:

Passou sua infância em Juiz de Fora? () sim () não

Passou sua adolescência em Juiz de Fora? () sim () não

Em que colégio(s) estudou em Juiz de Fora?

Quais bairros morou em Juiz de Fora?

Tem boa memória sobre Juiz de Fora de antigamente (lugares e espaços da cidade?) () sim () não

Gostaria de contar sua história para o projeto? () sim () não

Sobre quais espaços/lugares da cidade você gostaria de falar?

() Av. Rio Branco

() Parque Halfeld

() Teatro Central

() Igreja de São Sebastião

() Catedral

() Clube de Juiz de Fora

() Rua Halfeld (Calçadão)

() Rio Paraibuna

- () Estação de trem
- () Praça da Estação
- () Museu Mariano Procópio
- () Colégio Academia
- () Colégio Santa Catarina
- () Colégio Jesuítas
- () Colégio Granbery
- () Colégio Magister
- () Colégio e Capela do Stella Matutina
- () Morro do Cristo
- () Cinemas da cidade
- () Raffa's e outras casas noturnas
- () Desfiles na Av. Rio Branco
- () Bondes
- () Antigo Clube de Juiz de Fora
- () Hospital Militar
- () Garganta do Dilermano e Manoel Honório
- () Personalidades da cidade
- () Sport Club

ANEXO C – Roteiro temático de entrevistas

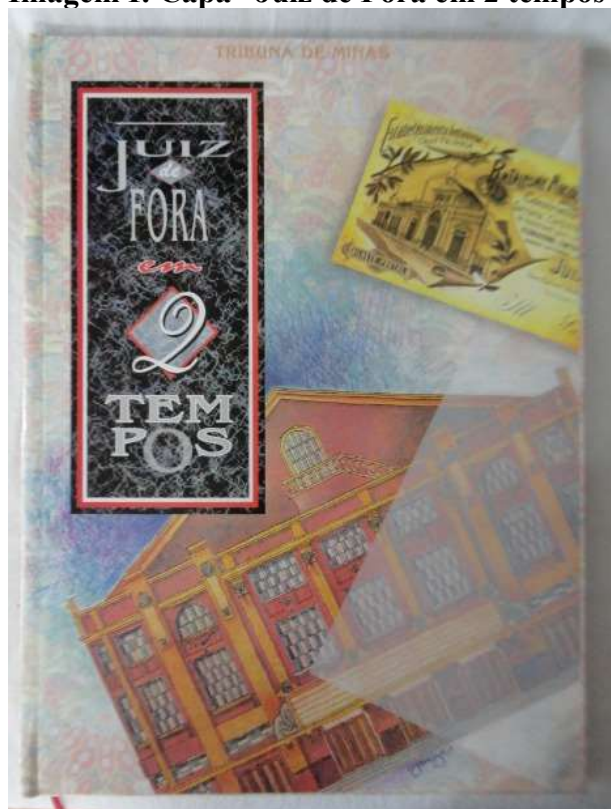
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Doutorado em Comunicação
Doutoranda: Rafaela Prata Rabello
Pesquisa sobre memória afetiva dos espaços de Juiz de Fora

Roteiro de entrevista

1. Por favor, diga o seu nome completo, o local e a data de seu nascimento
2. Quando veio morar em Juiz de Fora? (se não nasceu em Juiz de Fora)
3. Lembra de como era a Av. Rio Branco na época de sua infância? E os desfiles que aconteciam na avenida? E o bonde?
4. Quais cinemas frequentava em Juiz de Fora? Lembra de alguma ocasião especial em um dos cinemas?
5. Como era a Rua Halfeld? Você se lembra dela antes de fazerem o calçadão? Como era o *footing* nesse período?
6. Quais lembranças você tem do Museu Mariano Procópio? Lembra da primeira vez que foi lá?
7. Quais lembranças tem do Colégio (Academia, Jesuítas, Santa Catarina, Granbery, Magister, Stella Matutina)?
8. Lembra quando demoliram a Capela do Stella? Foi em algum evento lá?
9. Tem lembranças de como era o Parque Halfeld? (rinque de patinação, rádio e biblioteca no meio da praça)
10. Tem recordações de ter ido a algum evento no Teatro Central?
11. E as igrejas de Juiz de Fora? Lembra da Catedral e Igreja de São Sebastião?
12. Lembra da Praça da Estação? E da estação de trem? Viajou no trem (Xangai) alguma vez?
13. Lembra das enchentes do Rio Paraibuna? Que lembranças tem do rio?
14. E o Morro do Cristo? Tem lembranças de como era? Chegou a ir nos estúdios da TV Industrial e na casa noturna que havia lá?
15. Lembra do antigo Club de Juiz de Fora? Lembra do incêndio?
16. Tem lembranças do Hospital Militar?
17. Quais personalidades da cidade você conheceu?
18. Lembra quando foi construída a Garganta do Dilermando? E sobre o bairro Manoel Honório?
19. Frequentava o Sport Club? Tem alguma lembrança dos jogos lá?

ANEXO D – Imagens de Juiz de Fora em 2 tempos

Imagem I: Capa “Juiz de Fora em 2 tempos”



Crédito: Rafaella Prata Rabello

Imagem II: contracapa “Juiz de Fora em 2 tempos”



Crédito: Rafaella Prata Rabello

Imagem III: fotografia aleatória do miolo “Juiz de Fora em 2 tempos”



Crédito: Rafaella Prata Rabello

ANEXO E – Imagens de Memória Afetiva

Imagem I: Capa encarte Memória Afetiva



Fonte: <https://tribunademinas.com.br/especiais/31-05-2019/memoria-afetiva-a-juiz-de-fora-que-ficou-na-lembranca.html>

Imagem II: encarte Memória Afetiva



Fonte: <https://tribunademinas.com.br/especiais/31-05-2019/memoria-afetiva-a-juiz-de-fora-que-ficou-na-lembranca.html>

Imagem III: encarte Memória Afetiva



Fonte: <https://tribunademinas.com.br/especiais/31-05-2019/memoria-afetiva-a-juiz-de-fora-que-ficou-na-lembranca.html>

Imagem IV: encarte Memória Afetiva



Fonte: <https://tribunademinas.com.br/especiais/31-05-2019/memoria-afetiva-a-juiz-de-fora-que-ficou-na-lembranca.html>

Imagem V: encarte Memória Afetiva



Fonte: <https://tribunademinas.com.br/especiais/31-05-2019/memoria-afetiva-a-juiz-de-fora-que-ficou-na-lembranca.html>

Imagem VI: encarte Memória Afetiva



Fonte: <https://tribunademinas.com.br/especiais/31-05-2019/memoria-afetiva-a-juiz-de-fora-que-ficou-na-lembranca.html>

Imagem VII: encarte Memória Afetiva

Fonte: <https://tribunademinas.com.br/especiais/31-05-2019/memoria-afetiva-a-juiz-de-fora-que-ficou-na-lembranca.html>